

**MINISTÉRIO DAS CIDADES
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FDS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

MARÇO/2012

**MINISTÉRIO DAS CIDADES
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FDS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, da Portaria-TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 2.546/2010).

Brasília, 30/03/2012

SUMÁRIO

1	Informações de identificação da unidade jurisdicionada	13
2	Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira, da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas.	15
2.1	Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade de execução das políticas públicas	15
2.1.1	Competência institucional	15
2.1.2	Objetivos estratégicos	16
2.2	Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	17
2.2.1	Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.....	17
2.2.2	Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão	18
2.3	Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	19
2.3.1	Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	19
2.3.1.1	Programa Crédito Solidário	19
2.3.1.2	Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades	20
2.3.2	Execução física das ações realizadas pela UJ.....	21
2.3.2.1	Distribuição orçamentária nos programas do FDS	21
2.3.2.1.1	Programa Crédito Solidário	22
2.3.2.1.2	Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades	22
2.3.2.2	Execução do orçamento distribuído nos programas do FDS	23
2.3.2.2.1	Programa Crédito Solidário	23
2.3.2.2.2	Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades	23
2.4	Desempenho orçamentário e financeiro	24
2.4.1	Programação orçamentária das despesas	24
2.4.2	Execução orçamentária das despesas	24
2.4.3	Indicadores Institucionais.....	24

2.4.3.1	Indicador de desempenho das operações contratadas sobre o orçamento – IOCO	24
2.4.3.1.1	No Programa Crédito Solidário	25
2.4.3.1.2	No Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades	25
2.4.3.2	Indicador de Inadimplência	26
2.4.3.2.1	Indicador de Inadimplência PCS – Operações contratadas até 16/05/2008	26
2.4.3.2.2	Indicador de Inadimplência PCS – Operações contratadas após 19/05/2008.....	26
2.4.3.2.3	Indicador de Inadimplência PMCMV-E.....	26
2.4.3.3	Indicador de Rentabilidade das Cotas do Fundo - IRCF	27
3	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	27
4	Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	27
5	Informações sobre recursos humanos da unidade	27
6	Informações sobre transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, vigentes no exercício de referência	28
7	Informações atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.....	28
8	Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº. 8.730/1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.	28
9	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	28
10	Informações quanto a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras (IN nº 1/2010 e Port. nº 2/2010, do MPOG), e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis (Dec. nº. 5.940/2006)	28
11	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.....	28
12	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	29
13	Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	29
14	Informações sobre Renúncia Tributária.....	29

15	Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a UJ se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.....	29
16	Informações sobre tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não cumprimento - Item 15 do Conteúdo Geral (A) das Informações Gerais sobre a Gestão do Anexo II da DN TCU 108/2010.	29
17	Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício	29
17.1	Processo de seleção e hierarquização das propostas	29
17.1.1	No Programa Crédito Solidário	29
17.1.2	No Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades	29
17.2	Resultado das aplicações nos programas com recursos do FDS.....	30
17.2.1	Programa Crédito Solidário	30
17.2.1.1	Recursos financiados e desembolsados – estoque.....	30
17.2.2	Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades	31
17.3	Situação das obras contratadas nos programas com recursos do FDS	32
17.3.1	Programa Crédito Solidário	32
17.3.2	Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades	33
17.4	Situação de inadimplência dos beneficiários finais nas obras contratadas.....	33
17.4.1	No Programa Crédito Solidário	33
17.4.1.1	No Programa Crédito Solidário – operações contratadas até MAI/2008	33
17.4.1.2	No Programa Crédito Solidário – operações contratadas a partir de MAI/2008	36
17.4.1.3	Renegociação dos créditos do Programa Crédito Solidário – operações contratadas até MAI/2008	36
17.4.2	No Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades	39
17.5	Suplementação de recursos nos programas com recursos do FDS.....	39
17.5.1	Programa Crédito Solidário	39
17.5.2.1	Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades	40
17.6	Despesas dos Programas.....	40

17.6.1	Programa Crédito Solidário	40
17.6.2.1	Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades	41
17.7	Patrimônio financeiro do FDS	41
17.8	Disponibilidade FDS - Outros Recursos.....	44
17.9	Receita financeira	44
17.10	Remuneração do banco operador – valor e fundamento legal.....	44
17.11	Atuação da CAIXA nas ações judiciais	45
17.12	Legislação publicada no exercício.....	45
17.13	Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	46
17.14	Avaliação crítica dos resultados alcançados	46
18	Demonstrações Contábeis.....	47
18.1	Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas	47
18.2	Parecer da Auditoria Independente	47
19	Conteúdo específico por UJ ou grupo de unidades afins.....	47
20	Resultados e conclusões	47

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

AF	Agente Financeiro
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CCFDS	Conselho Curador do FDS
CEFUS	Centralizadora Nacional Fundos Sociais
CER	Módulo de Controle Financeiro do SIAPF
CETIP	Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (a partir de 2008, CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos)
CGU	Controladoria-Geral da União
CIWEB	Crédito Imobiliário Web
DEC.	Decreto
DFI	Danos Físicos ao Imóvel
DN	Decisão Normativa
EMGEA	Empresa Gestora de Ativos
EO	Entidade Organizadora
FAF	Fundos de Aplicação Financeira
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GESEF	Gerencia Nacional de Seguros e Fundos Habitacionais
IN	Instrução Normativa
IROR	Indicador de remanejamento de recursos orçamentários
IOCO	Indicador de desempenho das operações contratadas sobre o orçamento
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCidades	Ministério das Cidades
MIP	Morte e Invalidez Permanente
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OCC	Valor das Operações de Crédito Contratadas no Programa no Exercício
OGU	Orçamento Geral da União
PCS	Programa Crédito Solidário
PMCMV-E	Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades
Port.	Portaria
RCCFDS	Resolução do Conselho Curador do FDS
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SIACI	Sistema Integrado de Administração de Créditos
SIAPF	Sistema de Acompanhamento dos Programas de Fomento
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIFOB	Sistema Formatador de Base
SISFIN	Sistema de Administração Financeira
SM	Salário Mínimo
SNH	Secretaria Nacional de Habitação
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação

TMS	Taxa Média de Referência do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC
UH	Unidade habitacional
UJ	Unidade Jurisdicionada
VOA	Valor orçado anual para a contratação de operações de crédito no Programa
VOR	Valor orçado ou valor orçado na reformulação anterior
VIFUG	Vice Presidência de Fundos de Governo e Loterias
VRR	Valor reformulado orçamentariamente

LISTA DE TABELAS, ILUSTRAÇÕES, GRÁFICOS, QUADROS, ETC.

Tabela I – Distribuição Recursos FDS por Região Geográfica – PCS	22
Tabela II – Distribuição Recursos FDS por Região Geográfica - PMCMV-E	23
Tabela III – Execução do Orçamento – PCS	23
Tabela IV – Execução do Orçamento - PMCMV-E exercício 2010.....	24
Tabela V – Seleção de Propostas - PMCMV-E.....	30
Tabela VI – Resultado das Aplicações do FDS - PCS.....	30
Tabela VII – Recursos Financiados e Desembolsados – PCS.....	31
Tabela VIII – Resultado das Aplicações do FDS - PMCMV-E.....	31
Tabela IX – Situação de Obras – PCS	32
Tabela X – Situação das obras - PMCMV-E – Produção.....	33
Tabela XI - Inadimplência PCS – Operações Contratadas até 16/05/2008	34
Tabela XII – Inadimplência PCS no Período de Carência.....	34
Tabela XIII – Dívida Vencida/Saldo Devedor Operações com Fundo Garantidor	35
Tabela XIV – Dív. Venc./Saldo Dev. Op. Garantidas p/Dep. Garantia de Risco.....	35
Tabela XV - Inadimplência PCS – Operações Contratadas após 19/05/2008	36
Tabela XVI – Situação Obra – Antigo PCS	39
Tabela XVII – Inadimplência PMCMV-E.....	39
Tabela XVIII – Suplementação PCS	40
Tabela XIX – Despesas do PCS.....	41
Tabela XX – Despesas do PMCMV-E	41
Tabela XXI – Patrimônio FDS – Fundo de Investimento.....	42
Tabela XXII – Distribuição de Cotas por Instituição	42
Tabela XXIII – Disponibilidade FDS Outros Recursos.....	44

Organograma Funcional

O Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) foi constituído pelo Decreto nº. 103, de 22/04/1991, e ratificado posteriormente pela Lei nº. 8.677, de 13/06/1993. O Decreto nº. 1.081, de 08/03/1994, alterado em 04/09/2001 pelo Decreto nº. 3.907/2001 aprovou o regulamento do FDS.

Os recursos são provenientes:

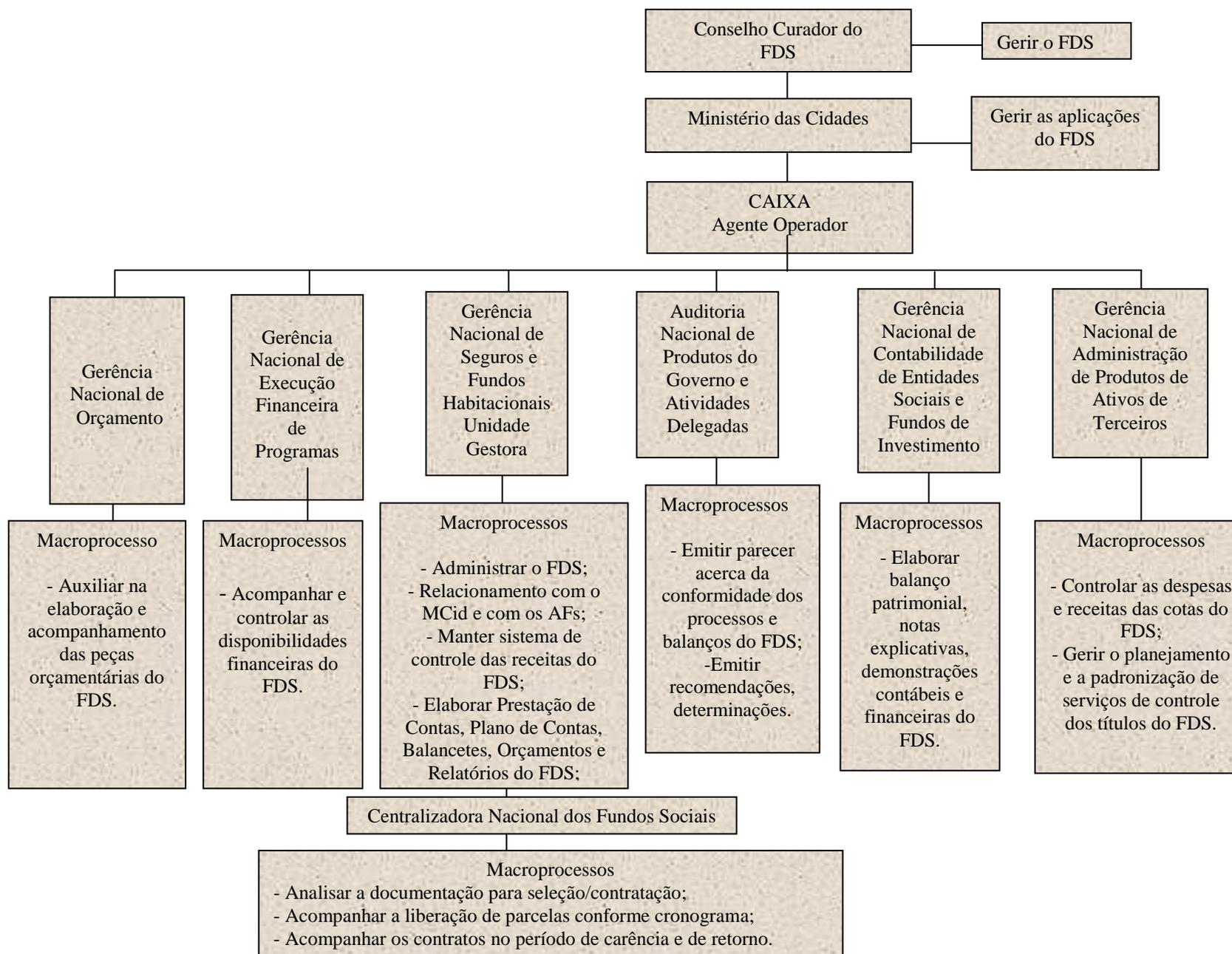
- recursos privados oriundos dos extintos Fundos de Aplicação Financeira (FAF);
- resultado da aplicação das disponibilidades financeiras;
- recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

O CCFDS é responsável pela gestão do Fundo, o MCidades é o Gestor das aplicações dos recursos do FDS e a VIFUG da Caixa Econômica Federal (CAIXA), através da GESEF, atua como Agente Operador e tem como competências, dentre outras, a de praticar todos os atos necessários à operação do FDS, de acordo com as diretrizes, programas e normas estabelecidas pelo CCFDS e pelo Órgão Gestor.

Para atender o objetivo do FDS, foi criado, em 2004, o PCS e, em 2009, o PMCMV-E.

Os Programas com recursos do FDS visam:

- tornar acessível a moradia para famílias de baixa renda que não tem capacidade de poupança, mediante crédito com condições especiais e subsidiadas;
- contribuir efetivamente na redução do déficit habitacional;
- estimular o regime de cooperativismo habitacional e o princípio de ajuda mútua, garantindo a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais comuns, observadas as necessidades, características, usos e costumes locais.



Introdução

O Relatório de Gestão do FDS foi elaborado conforme as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, na DN TCU nº. 108/2010, Portaria TCU nº. 123/2011 e as orientações constantes na Portaria CGU nº. 2.546/2010.

Este Relatório apresenta três partes fundamentais, cujo encadeamento consubstancia, frente às responsabilidades institucionais do FDS, o demonstrativo das ações desenvolvidas no exercício de 2011.

A primeira parte do Relatório, denominada responsabilidades institucionais da unidade, dispõe tanto sobre os aspectos legais, intrínsecos à constituição e às responsabilidades do FDS, quanto aos objetivos estratégicos projetados para o referido exercício.

As demais partes, ao abordarem as estratégias de atuação e os resultados alcançados nos programas de governo, quando da elaboração da proposta orçamentária para o exercício, comparando-se à sua execução, demonstram, respectivamente, a forma pela qual a gestão do Fundo procurou desenvolver as ações necessárias à realização dos objetivos traçados, bem como a mensuração e a avaliação do desempenho do FDS.

Também é apresentada a descrição dos indicadores utilizados para gerenciar a conformidade e o desempenho dos programas, bem como a aferição dos resultados quantitativos e qualitativos alcançados e a eficácia, eficiência e a efetividade no cumprimento das metas ou objetivos previstos.

Do rol de itens da DN TCU nº. 108/2010, não se aplicam à natureza jurídica do FDS:

- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;
- Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores;
- Informações sobre recursos humanos da unidade;
- Informações sobre transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, vigentes no exercício de referência;
- Informações atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV;
- Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros;
- Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal;
- Informações sobre Renúncia Tributária;

- Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins;

A estratégia estabelecida para o exercício de 2011 se resumiu na aplicação dos recursos do FDS no PCS, acompanhamento das obras em andamento, e do retorno dos recursos aplicados. No PMCMV-E deu-se prioridade a adequação das normas emanadas pelo MCidades à legislação vigente.

Como principal medida para o exercício de 2012, será retomada a contratação das operações no âmbito dos Programas PCS e PMCMV-E de acordo com os Planos de Metas Físicas a serem aprovados pelo CCFDS, e a equiparação das condições dos contratos firmados no amparo da Resolução CCFDS nº. 93, de 28/04/2004, às condições do novo PCS definidas na Resolução nº. 121, de 09/01/2008.

1 Informações de identificação da unidade jurisdicionada

Poder	Ministério das Cidades		
Órgão de vinculação/supervisão			
Denominação completa	Fundo de Desenvolvimento Social		
Denominação abreviada	FDS		
Código SIORG	Não se aplica.		
Código LOA	Não se aplica.		
Situação operacional	Ativa		
Natureza jurídica	Outros fundos que, em razão de previsão legal, devam prestar contas ao Tribunal, incluindo os órgãos e entidades supervisoras ou gestores e os bancos operadores desses fundos.		
Principal atividade econômica	Habitação de Interesse Social.		
Telefones/fax de contato	(061)3206-8960	(061)3206-9052	(061)3206-8662
Endereço Eletrônico	gesef@caixa.gov.br; sufus@caixa.gov.br		
Página na internet	www.cidades.gov.br e www.caixa.gov.br		
Endereço postal	MINISTÉRIO DAS CIDADES - SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO - SAUS, Quadra 01, lote 1/6 - Bloco H, 11º Andar – Sala 1.101 Edifício Telemundi II - 70070-010 - Brasília - DF CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - SBS Quadra 04 Lotes 03/04 Edifício Matriz I 13º andar - 70092-900 – Brasília - DF		
NORMAS DE CRIAÇÃO E RELACIONADAS À GESTÃO E ESTRUTURA DA UJ			
<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº. 8.677, de 13/06/1993 – Ratifica o Decreto nº. 103; • Decreto nº. 103, de 22/04/1991 – Autoriza a Caixa Econômica Federal a instituir e gerir o Fundo de Desenvolvimento Social - FDS; • Decreto nº. 1.081, de 08/03/1994 - Regulamenta o FDS; • Decreto nº. 3.907, de 04/09/2001 – Altera o Decreto nº. 1.081. 			
PROGRAMA CRÉDITO SOLIDÁRIO			
<ul style="list-style-type: none"> • Resolução CCFDS nº. 121, de 09/01/2008 - Confere nova disciplina ao PCS criado pela Resolução CCFDS nº 93, de 28/04/2004; • Resolução CCFDS nº. 137, de 09/04/2009 - Estabelece os critérios para a renegociação do saldo devedor; • Resolução CCFDS nº. 156, de 08/04/2010 - Altera a Resolução CCFDS nº. 121 para efeitos da transferência dos recursos alocados na Carteira Subsídios do FDS à conta específica do FDS; • Resolução CCFDS nº. 158, de 08/04/2010 - Inclui a alínea “o.1” no item 11 da Resolução CCFDS nº. 121 e altera o Art. 18 da Resolução CCFDS nº. 137; • Resolução CCFDS nº. 163, de 14/07/2010 - Altera alínea “b” do subitem 9.2 da Resolução CCFDS nº. 121; • Resolução CCFDS nº. 164, de 14/07/2010 - Altera o Art. 14 da Resolução CCFDS nº. 137; • Resolução CCFDS nº. 175, de 05/05/2011 - Altera a Resolução CCFDS nº. 137e inclui prerrogativa de prorrogação automática do prazo de carência; • Resolução CCFDS nº. 179, de 15/06/2011 - Altera a Resolução CCFDS nº. 121 no que se refere à autorização para prorrogar ou conceder novo prazo de carência; • Resolução CCFDS nº. 180, de 15/06/2011 - Altera a Resolução CCFDS nº. 121 quanto à manutenção do registro das operações no CADMUT e CADÚNICO; e as de nº. 137/2009 e 175/2011, quanto à renegociação das dívidas; • Resolução CCFDS nº. 181, de 15/06/2011 - Altera a Resolução CCFDS nº. 121 quanto ao fluxo de liberação de parcelas; • Instrução Normativa Ministério das Cidades nº. 14, de 25/03/2008 – Regulamenta a Resolução CCFDS nº. 121 e confere novas regras ao processo de seleção e contratação de projetos; • Instrução Normativa Ministério das Cidades nº. 15, de 03/04/2008 - Altera o item 2, do Anexo I, da Instrução Normativa nº. 14; 			

- Instrução Normativa Ministério das Cidades nº. 38, de 06/08/2008 – Altera a alínea "b" do subitem 6.4, o subitem 7.1, subitem 7.2 e subitem 10.1 do Anexo I; inclui os subitens 10.7, 10.8 e 10.9, no Anexo I da Instrução Normativa nº. 14;
- Instrução Normativa Ministério das Cidades nº. 6, de 10/02/2009 - Altera o subitem 10.1, do Anexo I, da Instrução Normativa nº. 14.

PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA – ENTIDADES

- Lei nº. 12.424, de 16/06/2011 - Altera a Lei nº. 11.977, de 07/07/2009;
- Decreto nº. 6.962, de 17/09/2009 - Regulamenta as Seções I, II, III e IV do Capítulo I e o Capítulo II da Lei nº 11.977 e dá outras providências;
- Decreto nº. 7.499, de 16/06/2011 - Regulamenta dispositivos da Lei nº. 11.977 que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências;
- Resolução CCFDS nº. 151, de 07/12/2009 - Altera percentual de remuneração das atividades operacionais do Agente Operador;
- Resolução CCFDS nº. 169, de 15/09/2010 - Altera o percentual relativo à taxa de administração do Agente Operador do FDS para gestão do fundo e operacionalização do programa;
- Resolução CCFDS nº. 183, de 10/11/2011 - Altera as condições do PMCMV-E e revoga a Resolução CCFDS nº. 182;
- Instrução Normativa Ministério das Cidades nº. 034, de 28/09/2011 - Regulamenta a Resolução CCFDS nº. 182;
- Portaria Ministério das Cidades nº. 140, de 05/03/2010;
- Portaria Ministério das Cidades nº. 610, de 26/12/2011 – Dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do programa;
- Portaria Interministerial nº. 464, de 30/09/2011 – Dispõe sobre as operações com recursos transferidos ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da UJ

Manual Normativo de Fundos e Programas 137, 188 e 273.

Códigos e nomes das Unidades Gestoras no Sistema SIAFI

Nome	Código
Não se aplica	Não se aplica.

2 **Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira, da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas.**

2.1 **Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade de execução das políticas públicas**

2.1.1 **Competência institucional**

Um Conselho Curador exerce gestão sobre o FDS, órgão colegiado, instituído pelo Decreto nº. 103/1991, com nova redação dada pela Lei nº. 8.677/1993, regulamentado pelo Decreto nº. 1.081/1994 e alterado pelo Decreto nº. 3.907/2001. O Conselho tem como atribuição principal definir as diretrizes a serem observadas na concessão de empréstimos e financiamentos com recursos do FDS e seus respectivos retornos.

O Conselho Curador do FDS é composto por representantes das seguintes entidades:

- Ministério das Cidades;
- Secretaria-Executiva do CCFDS;
- Ministério da Fazenda;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- Caixa Econômica Federal;
- Banco Central do Brasil;
- Confederação Nacional das Instituições Financeiras;
- Confederação Nacional do Comércio;
- Confederação Nacional da Indústria;
- Confederação Geral dos Trabalhadores;
- Central Única dos Trabalhadores;
- Força Sindical; e
- Social-Democracia Sindical.

A presidência do Conselho é exercida pelo Ministério das Cidades.

O Regimento Interno do Conselho Curador, aprovado pelo Decreto nº. 1.081, de 08/03/1994, alterado pelo Decreto nº. 3.907, de 04/09/2001, e Resolução CCFDS nº. 86, de 23/10/2002, estabelece a sua composição e suas atribuições.

As matérias submetidas à deliberação do CCFDS são anteriormente discutidas no Grupo Técnico de Apoio Permanente ao Conselho Curador, constituído por representantes de todas as entidades que integram aquele Colegiado.

Em decorrência da edição da Medida Provisória nº. 103/2003, convertida na Lei nº. 10.683, de 28/05/2003, o MCidades, é o Gestor das aplicações dos recursos do FDS e tem como competências:

- estabelecer critérios, procedimentos e parâmetros básicos para análise, seleção e contratação com recursos do FDS;
- acompanhamento e avaliação dos projetos a serem financiados;
- acompanhar e avaliar permanentemente as ações desenvolvidas para a implementação dos Programas e os resultados obtidos na aplicação dos recursos;
- classificar e selecionar as propostas de financiamento;
- gerir a aplicação dos recursos do FDS.

A CAIXA, de acordo com o Decreto nº. 1.081/1994, alterado pelo Decreto nº. 3.907, de 04/09/2001, atua como agente operador dos recursos do FDS e tem como competências:

- definir e divulgar os procedimentos operacionais necessários à execução dos Programas;
- controlar e acompanhar a execução orçamentária;
- cadastrar e habilitar os Agentes Financeiros;
- analisar as propostas de operações de crédito;
- contratar operações de crédito, responsabilizando-se pelo acompanhamento de sua execução e zelando pela correta aplicação dos recursos;
- orientar, acompanhar e avaliar o desempenho dos Agentes Financeiros e das Entidades Organizadoras (EO);
- acompanhar e avaliar a execução dos empreendimentos;
- avaliar e aperfeiçoar, sistematicamente, os parâmetros operacionais;
- apresentar relatórios mensais de acompanhamento do Programa e dos Projetos, conforme modelo definido pela SNH/MCidades.

2.1.2 Objetivos estratégicos

O FDS tem por objetivo buscar a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, por meio de financiamentos de projetos de investimento de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários.

O Fundo financia projetos de iniciativa de pessoas físicas, empresas e entidades do setor privado, vedada a concessão de financiamentos a projetos de órgãos da administração direta, autárquica ou fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios ou instituições sob seu controle direto ou indireto.

O Plano de Metas e as Diretrizes Gerais para a aplicação dos recursos alocados ao FDS, para o exercício de 2011, no PMCMV-E, foram estabelecidos pela Resolução CCFDS nº. 172, de 17/12/2010, no valor total de R\$ 769.509.208,00 alocados com recursos do OGU, em função do déficit habitacional por região do País e do aporte de recursos pela União.

Para o PCS, o Plano de Metas e as Diretrizes Gerais para aplicação dos recursos do FDS, para o exercício de 2011, foram estabelecidos pela Resolução CCFDS nº. 171, de 17/12/2010, no valor total de R\$ 78.800.000,00, também, em função do déficit habitacional por região do País.

Para o exercício de 2011 foram traçados os seguintes objetivos estratégicos para o FDS:

- aplicação da totalidade dos recursos previstos nos Planos de Metas e Diretrizes Gerais do FDS;
- monitorar e fiscalizar a construção dos empreendimentos;
- regularizar obras atrasadas e paralisadas;
- migração dos contratos do PCS para o Novo PCS.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1 Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

Várias ações foram desenvolvidas para o alcance dos objetivos estratégicos, tais como:

- realização de videoconferências com a participação de Entidades Organizadoras, Agente Financeiro, MCidades e Agente Operador, com o objetivo de identificar dificultadores na regularização de obras atrasadas e paralisadas;
- treinamento dos empregados da CEFUS sobre as rotinas necessárias para a realização da migração dos contratos do PCS para o Novo PCS no sistema SIAPF.
- simplificação do processo de migração para as novas condições;
- treinamento dos empregados da GESEF sobre trabalho técnico social.

A execução destas ações resultou em melhorias na operação dos programas habitacionais com recursos do FDS.

2.2.2 Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

No exercício de 2011, assim como em 2010, o interesse dos beneficiários foi direcionado para os financiamentos regidos pelas regras do PMCMV-E, tendo em vista o programa oferecer condições mais favoráveis para o beneficiário final. No PCS, foi contratado um empreendimento no valor de R\$ 1,5 milhão, equivalente a 1,9% do total de R\$ 78.800.000,00 disponíveis.

Em março de 2011, a demanda pelas contratações foi paralisada em função da expectativa de elevação dos valores unitários das unidades habitacionais e da alteração da faixa de renda dos beneficiários.

Tais limites foram alterados pelo Decreto nº. 7.499, de 16/06/2011, cuja regulamentação se deu pela Resolução CCFDS nº. 182, de 18/08/2011 e 183, de 10/11/2011.

As principais alterações das normas buscando aperfeiçoar os programas, foram:

- A Resolução CCFDS nº. 179, de 15/06/2011, determinou que, a critério do Gestor da Aplicação, e por solicitação justificada do Agente Operador e Financeiro, o prazo de carência estipulado para execução das obras pode ser prorrogado.
- Para não penalizar o mutuário que deseja candidatar-se a financiamento e consta no CADMUT como beneficiado e não usufruiu da moradia porque foi substituído por outro mutuário antes da finalização da obra do empreendimento ou as unidades não foram construídas porque o contrato do empreendimento foi cancelado, a Resolução CCFDS nº. 180, de 15/06/2011, autorizou o Agente Financeiro tomar medidas para exclusão do registro do mutuário no CADMUT.
- Por meio da Resolução CCFDS nº. 181, de 15/06/2011, o prazo para renegociação dos contratos firmados no PCS foi prorrogado até 31/03/2012. Os critérios para renegociação do saldo devedor dos mutuários junto ao Agente Financeiro foram estabelecidos pela Resolução CCFDS nº. 137, de 09/04/2009.
- Considerando que as EO, na maioria dos casos, dependem integralmente das liberações do financiamento para o andamento e término das obras, o fluxo de liberação de parcelas do financiamento dos programas PCS e PMCMV-E foi alterado para evitar desaceleração nos serviços do empreendimento.
- No PMCMV-E, a Resolução CCFDS nº. 182, 18/08/2011, revogada pela nº. 183, de 10/11/2011, estabeleceu:
 - alteração no nome do Programa que passou de Programa Habitacional Popular – Entidades – para PMCMV-E;
 - inclusão da modalidade operacional Aquisição de Terreno pela EO;
 - alteração dos valor máximo da unidade por UF;
 - alteração da renda familiar bruta;
 - alteração da taxa de administração paga ao Agente Financeiro.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1.1 Programa Crédito Solidário

A Resolução CCFDS nº. 121 de 19/01/2008 confere uma nova disciplina ao PCS criado pela Resolução CCFDS nº. 93, de 28/04/2004.

O Programa visa atender às necessidades habitacionais da população de baixa renda organizada em cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, possibilitando a produção e a aquisição de novas habitações, a conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física, em áreas urbanas e rurais em todo território nacional.

O PCS tem como público alvo as famílias, organizadas de forma associativa, com renda bruta mensal de até R\$ 1.125,00, em condições especiais e subsidiadas:

- dispensada a cobrança de taxa de juros;
- dispensada a cobrança de atualização monetária no período de execução da obra;
- desconto de 10% no valor da prestação paga até a data de vencimento;
- pagamento à entidade associativa de 5% do valor da prestação, se o grupo estiver 100% adimplente;
- dispensado o pagamento de prêmio de seguro de MIP, sendo que no caso de sinistro a dívida é assumida pelo FDS a título de subsídio.

É permitida a contratação de financiamento ao beneficiário final maior de 60 anos de idade, limitada a 5% do total de unidades financiadas no Programa.

Os recursos do Programa são oriundos do FDS, previstos no Plano de Contratações e Metas Físicas aprovado pelo CCFDS, limitados à capacidade de assunção pelo Fundo do aporte à Conta Equalizadora e ao pagamento da taxa de administração ao Agente Financeiro com os recursos da Carteira Subsídios do FDS.

Em caráter complementar aos recursos do FDS, é previsto o aporte por parte dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios de recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, necessários à composição do investimento a ser realizado.

Para atender os subsídios do Programa foi constituída a Conta Equalizadora com aporte pelo FDS dos seguintes valores:

- recurso oneroso - constituído do percentual de 20% do valor de financiamento concedido ao beneficiário final;
- recurso da Conta Subsídios do FDS - percentual variável em função do prazo de

amortização e carência, limitado a 30% do valor de financiamento;

- retorno do financiamento pago pelo beneficiário final;

No ato da contratação do financiamento com o beneficiário final, os recursos são depositados na Conta Equalizadora, remunerados à taxa de mercado (SELIC) e movimentados, exclusivamente, nas seguintes situações:

- retorno da prestação mensal dos recursos onerosos do FDS;
- retorno à Conta Subsídios do FDS de eventual saldo remanescente ao final do prazo da operação;
- retorno à Conta Subsídios do FDS de recursos excedentes, após avaliação anual do Agente Operador.

2.3.1.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

A Resolução CCFDS nº. 141, de 10/06/2009 instituiu o PMCMV-E, com o objetivo de atender às necessidades habitacionais da população de baixa renda, em áreas urbanas, por intermédio da concessão de financiamentos aos beneficiários organizados de forma associativa por uma Entidade Organizadora, cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades da sociedade civil, visando à produção e a aquisição de novas habitações, observadas as modalidades operacionais, e atendendo aos padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade.

Os recursos do Programa são oriundos do FDS, por meio de aporte de recursos do OGU, no âmbito do Programa do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida”.

Em agosto de 2011, foram promovidas alterações no programa dentre as quais a de seu nome, passando a ser chamado de PMCMV-E.

O valor desembolsado pelo FDS é composto de financiamento e desconto variável, concedido mensalmente a título de subsídio, de acordo com a capacidade de pagamento do beneficiário, pessoa física.

O comprometimento de renda para pagamento das prestações mensais é de 10% da renda familiar mensal bruta apurada ou R\$ 50,00 mensais, o que for maior. O pagamento do financiamento é realizado por meio de prestações mensais pelo prazo fixo de 120 meses.

O Programa tem como público alvo as famílias organizadas de forma associativa, com renda bruta mensal de até R\$ 1.600,00, em condições especiais e subsidiadas:

- dispensada a cobrança de taxa de juros;
- dispensada a cobrança de atualização monetária no período de execução da obra;
- desconto de 10% no valor da prestação paga até a data de vencimento;

- pagamento à EO de 5% do valor da prestação, se o grupo estiver 100% adimplente;
- em caso de MIP, a dívida remanescente é amortizada pelo FDS, observando-se o percentual de renda pactuado;
- assunção pelo FDS das despesas com recuperação dos imóveis na ocorrência de DFI;
- pagamento pelo FDS das despesas de custas e emolumentos cartorários.

Para garantir o pagamento das despesas de recuperação de DFI, a cada financiamento com o beneficiário final é segregado em conta específica do FDS, remunerada à TMS, na data da contratação, o valor correspondente à aplicação do fator de 0,0001 sobre o valor da operação no prazo de 120 meses.

Caso os recursos segregados para assunção das despesas de recuperação de DFI não sejam suficientes, os recursos da Conta Subsídios do FDS serão utilizados para complementar os valores faltantes.

São priorizados entre os beneficiários as famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar e famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

O Programa possibilita a contratação direta da EO como substituta temporária dos beneficiários nas seguintes formas de intervenções:

- aquisição de terreno pela EO, pagamento de despesas de legalização do terreno e pagamento de assistência técnica para elaboração de projetos, com financiamento futuro aos beneficiários para produção de UH;
- construção de UH pela EO, em terreno de sua propriedade, com financiamento futuro das UH aos beneficiários.

Em caráter complementar aos recursos do FDS é previsto o aporte por parte dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios de recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, necessários à composição do investimento a ser realizado.

2.3.2 Execução física das ações realizadas pela UJ

2.3.2.1 Distribuição orçamentária nos programas do FDS

A distribuição dos recursos orçamentários por região teve como objetivo o atendimento ao déficit habitacional.

2.3.2.1.1 Programa Crédito Solidário

O Plano de Metas e as Diretrizes Gerais estabelecidas pela Resolução CCFDS nº. 171, de 17/12/2010, fixou em R\$ 78.800.000,00 os recursos do FDS a serem aplicados no

PCS para o exercício de 2011, conforme a tabela adiante apresentada:

Tabela I – Distribuição Recursos FDS por Região Geográfica – PCS

Distribuição Recursos FDS por Região Geográfica - PCS			
Regiões	Déficit absoluto até 03 SM (em UH)	Distribuição orçamentária (%)	Distribuição de recursos (R\$)
Norte	675.752	9,57	7.541.160,00
Nordeste	2.398.955	30,08	23.703.040,00
Sudeste	2.308.276	41,51	32.709.880,00
Sul	741.057	10,44	8.226.720,00
Centro-Oeste	450.485	8,40	6.619.200,00
Total	6.574.524	100,00	78.800.000,00

Fonte: RCCFDS nº. 171/2010

2.3.2.1.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

Para o exercício de 2011, o orçamento da União, aprovado por meio da Lei nº. 12.381, de 09/02//2011, previu a transferência de R\$ 820 milhões para o FDS para atendimento do PMCMV, alocados por meio da Resolução CCFDS nº. 172, de 17/12/2010, conforme segue:

a) R\$ 769.509.208,00 foram destinados aos financiamentos e descontos com os beneficiários finais;

b) R\$ 50.490.792,00 foram destinados a suportar as despesas com danos físicos no imóvel e a remuneração dos agentes operador e financeiro, dos quais:

b.1) R\$ 9.840.000,00 para suportar as despesas de danos físicos no imóvel de aproximadamente 21.866 unidades habitacionais, levando-se em consideração o valor médio de contratação de R\$ 35.000,00;

b.2) R\$ 40.650.792,00 para suportar a taxa de administração do Agente Financeiro.

A distribuição dos recursos para contratação foi realizada conforme discriminado na tabela seguinte:

Tabela II – Distribuição Recursos FDS por Região Geográfica - PMCMV-E

Valores em R\$/quantidade

Distribuição Recursos FDS por Região Geográfica - PMCMV-E			
UF	Déficit absoluto até 03 SM (em UH)	%	Orçamento destinado
Norte	675.752	9,57	R\$73.642.031,00
Nordeste	2.398.955	30,08	R\$231.468.370,00
Sudeste	2.308.276	41,51	R\$319.423.272,00
Sul	741.057	10,44	R\$80.336.761,00
Centro-Oeste	450.485	8,40	R\$ 64.638.774,00
TOTAL	6.574.524	100,00	R\$ 769.509.208,00

Fonte: RCCFDS nº. 172/2010

A STN registrou empenho no SIAFI, em favor da CAIXA, do montante de R\$ 242 milhões, os quais foram reclassificados “RESTOS A PAGAR” do exercício 2011 sob o nº 0909.00CY.0001.

2.3.2.2 Execução do orçamento distribuído nos programas do FDS

2.3.2.2.1 Programa Crédito Solidário

Somente 1,90% do orçamento para 2011 foram aplicados. O baixo resultado foi motivado pela criação do PMCMV-E, onde as condições de financiamento são mais favoráveis para o beneficiário final, atraindo um número maior de interessados.

Tabela III – Execução do Orçamento – PCS

Valores em R\$

Execução do Orçamento - PCS		
Regiões	Distribuição orçamentária dos recursos em 2011	Financiamentos realizados em 2011
	(a)	(b)
Norte	7.541.160,00	-
Nordeste	23.703.040,00	-
Sudeste	32.709.880,00	-
Sul	8.226.720,00	-
Centro-oeste	6.619.200,00	1.500.000,00
Total	78.800.000,00	1.500.000,00

Fonte: SIAPF

Posição: 31.12.2011

2.3.2.2.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

Em 2011 foi aplicado o valor remanescente do orçamento para o exercício 2010, quando foram alocados recursos no montante de até R\$ 450.000.000,00 destinados ao Programa, assim distribuídos:

a) R\$ 421.000.000,00 destinados aos financiamentos e descontos com os beneficiários finais;

b) R\$ 29.000.000,00 destinados a suportar as despesas com DFI e a remuneração dos agentes operador e financeiro.

Embora o CCFDS tenha alocado R\$ 450 milhões para aplicação em 2010, a LOA de 2010, aprovada por meio da Lei nº. 12.381, de 09/02//2011, previu a transferência de R\$ 200 milhões e a LOA de 2009, aprovada por meio da Lei nº. 11.897, de 30/12//2008, previu a transferência de mais R\$ 200 milhões, perfazendo um total R\$ 400 milhões.

A STN registrou empenho no SIAFI, em favor da CAIXA, e repassou ao FDS, até 31/12/2011, o montante de R\$ 400.000.000,00, que foram destinados para contratação até DEZ/2011.

Tabela IV – Execução do Orçamento - PMCMV-E exercício 2010

Valores em R\$

Execução do Orçamento - PMCMV-E do exercício 2010				
Regiões	Distribuição orçamentária dos recursos em 2010 (a)	% Participação no orçamento	Financiamento realizado até DEZ/2011	% de realização
			(b)	[(c=b/a)]
Norte	43.278.800,00	10,28	2.553.600,00	5,90
Nordeste	153.622.900,00	36,49	94.541.751,71	61,54
Sudeste	147.813.100,00	35,11	78.363.215,00	53,02
Sul	47.446.700,00	11,27	38.287.091,57	80,69
Centro-oeste	28.838.500,00	6,85	97.121.530,68	336,78
Total	421.000.000,00	100,00	310.867.188,96	73,84

Fonte: SIAPF

Posição: 31.12.2011

Do orçamento para o exercício 2011, a STN registrou empenho no SIAFI, em favor da CAIXA, do montante de R\$ 242 milhões, os quais foram reclassificados “RESTOS A PAGAR” do exercício 2011 sob o nº 0909.00CY.0001.

2.4 Desempenho orçamentário e financeiro

2.4.1 Programação orçamentária das despesas

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.2 Execução orçamentária das despesas

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.3 Indicadores Institucionais

2.4.3.1 Indicador de desempenho das operações contratadas sobre o orçamento – IOCO

Mede o percentual de recursos contratados em operações de crédito no Programa em relação ao orçamento aprovado pelo CCFDS para o exercício em vigor.

Medição:	resultado da divisão entre o valor das operações de crédito contratadas no exercício sobre o valor orçado para o exercício, por programa.
Descrição:	acompanhamento das operações de crédito contratadas em relação ao orçamento do exercício por programa.
Objetivo:	acompanhar a aplicação dos recursos do FDS em habitação de interesse social por programa.
Dimensão:	efetividade / valor
Periodicidade:	anual
Resultado:	quanto maior melhor

$$\text{IOCO}_{2011} = \frac{\text{OCC}}{\text{VOA}}$$

Onde:

IOCO =	indicador de desempenho da contratação do Programa sobre o orçamento
OCC =	valor das operações de crédito contratadas no Programa no exercício
VOA =	Valor orçado anual para a contratação de operações de crédito no Programa

2.4.3.1.1 No Programa Crédito Solidário

O desempenho do PCS em relação ao resultado do indicador demonstra o desinteresse por parte da população pelo programa durante o exercício. Essa situação foi consequência da criação do PMCMV-E que possui condições de financiamento mais benéficas para o beneficiário final o que atrai um número maior de interessados.

$$\text{IOCO}_{2011} = \frac{1.500.000,00}{78.800.000,00} = 1,9\%$$

2.4.3.1.2 No Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

O desempenho do PMCMV-E em relação ao resultado do indicador demonstra que foi utilizado 73,84% do orçamento disponibilizado para 2010 e 0% do orçamento para 2011

$$\text{IOCO}_{2010} = \frac{310.867.188,96}{421.000.000,00} = 73,84\%$$

$$\text{IOCO}_{2011} = \frac{0,00}{769.509.208,00} = 0,00\%$$

Dentro do valor das operações de crédito contratadas no Programa no exercício, está incluída a modalidade de contratação direta com a EO, que utilizou R\$ 18.360.816,80 do valor orçado anual para o Programa.

Nesta modalidade, também, foi empenhado do orçamento o montante de R\$ 133.524.000,00 para operações a serem finalizadas em 2012.

2.4.3.2 Indicador de Inadimplência

Medição:	resultado da divisão entre o número de contratos ativos e os contratos com inadimplência acima de 60 dias.
Descrição:	acompanhamento da inadimplências nos Programas PCS e PMCMV-E.
Objetivo:	acompanhar a performance das ações de cobrança.
Dimensão:	eficácia / valor
Periodicidade:	anual
Resultado:	quanto menor melhor.

$$\text{INAD}_{2011} = \text{QCIN}/\text{QCAT}$$

Onde:

INAD ₂₀₁₁ =	indicador de inadimplência nos programas com recursos do FDS.
QCIN =	quantidade de contratos com inadimplência acima de 60 dias com recursos do FDS no exercício.
QCAT =	quantidade de contratos ativos com recursos do FDS no exercício.

2.4.3.2.1 Indicador de Inadimplência PCS – Operações contratadas até 16/05/2008

$$\text{INAD}_{2011} = 5.526 / 13.118 = 42,13\%$$

A exigência de pagamento de prestação durante o período de carência (obra) contribuiu sobremaneira para o acúmulo de débitos vencidos e não pagos nesta modalidade do programa.

As EO informam que um dos impactos para a evolução da obra é a redução do valor destinado à construção, uma vez que o Agente Financeiro efetua o desconto dos encargos dos recursos do FDS, correção monetária e prêmio de seguro, dos recursos a liberar no período de execução, quando ainda os mutuários estão assumindo as despesas com aluguel.

A escassez de recursos resulta na paralisação das obras e cessação da liberação de parcelas. Daí o acúmulo de prestações vencidas e não pagas.

2.4.3.2.2 Indicador de Inadimplência PCS – Operações contratadas após 19/05/2008

$$\text{INAD}_{2011} = 433 / 8.188 = 5,29\%$$

2.4.3.2.3 Indicador de Inadimplência PMCMV-E

$$\text{INAD}_{2011} = 17 / 8.483 = 0,20\%$$

2.4.3.3 Indicador de Rentabilidade das Cotas do Fundo - IRCF

Os recursos do FDS são aplicados na proporção de 50%, no mínimo, e 90%, no máximo, em financiamentos dos projetos de investimentos de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários e 10% em reserva de liquidez, sendo 5% desses recursos em títulos públicos e 5% em títulos de emissão da CAIXA.

O Indicador mede a rentabilidade da carteira do FDS.

Medição:	resultado da divisão entre o valor da cota no final do período e o valor da cota no início do período.
Descrição:	acompanhamento da rentabilidade da carteira do FDS.
Objetivo:	medir a rentabilidade da disponibilidade da carteira do FDS.
Dimensão:	valor / financeira
Periodicidade:	Anual
Resultado:	> zero é melhor

$$\text{IRCF}_{2011} = \frac{\text{VCPf}}{\text{VCPi}}$$

$$\text{IRCF}_{2011} = \frac{\text{R\$ 0,059157}}{\text{R\$ 0,056052}}$$

$$\text{IRCF}_{2011} = 5,539\%$$

Onde:

IRCF	Indicador de rentabilidade da carteira do FDS.
VCPf	Valor da cota do Patrimônio Líquido no final do período
VCPi	Valor da cota do Patrimônio Líquido no início do período.

3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

5 Informações sobre recursos humanos da unidade

A UJ utiliza a estrutura de Recursos Humanos da CAIXA.

6 **Informações sobre transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, vigentes no exercício de referência**

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

7 **Informações atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV**

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

8 **Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº. 8.730/1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.**

Segue anexo documento intitulado INFORME fornecido pela Unidade de Gestão de Pessoas da CAIXA, contendo informações acerca do cumprimento da Lei nº. 8.730/1993.

9 **Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ**

A UJ utiliza a estrutura de controles internos da CAIXA. Segue anexo o quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da CAIXA, contendo informações a respeito dos aspectos de controle interno desta Empresa.

10 **Informações quanto a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras (IN nº 1/2010 e Port. nº 2/2010, do MPOG), e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis (Dec. nº. 5.940/2006)**

Esta UJ segue os critérios de sustentabilidade ambiental adotados pela CAIXA. Segue anexo o Quadro A.10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis, elaborado pelas Unidades da Caixa Econômica Federal gestoras dos processos de aquisição de bens e materiais de TI.

11 **Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros**

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

12 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

A UJ utiliza a estrutura da TI da CAIXA. Segue anexo o quadro A.12.1 – Gestão de Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada fornecido pela CAIXA contendo informações a respeito da gestão da TI desta Empresa.

13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

14 Informações sobre Renúncia Tributária

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

15 Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a UJ se vincula ou as justificativas para o não cumprimento

O TCU não se pronunciou quanto aos Relatórios de Gestão relativos aos exercícios passados.

16 Informações sobre tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não cumprimento - Item 15 do Conteúdo Geral (A) das Informações Gerais sobre a Gestão do Anexo II da DN TCU 108/2010.

Os apontamentos identificados pela Auditoria Interna foram tratados e sanados no decorrer de 2011.

17 Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício

17.1 Processo de seleção e hierarquização das propostas

17.1.1 No Programa Crédito Solidário

No exercício de 2011, apenas uma proposta foi selecionada no PCS, por que as entidades interessadas na contratação de financiamentos com recursos do FDS optaram pelo PMCMV-E onde as condições de financiamento são mais favoráveis para o beneficiário final.

17.1.2 No Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

Em 2011 foram selecionadas 32 propostas e destas foram contratadas 22 até dezembro de 2011.

Tabela V – Seleção de Propostas - PMCMV-E

Valores em R\$/unidades

Propostas para Seleção – PMCMV-E			
Propostas		Previsão de financiamento FDS	UH
Situação	Quantidade		
Selecionadas em 2010 e contratadas em 2011	10	38.202.670,23	1.102
Selecionadas e contratadas em 2011	22	80.174.942,92	1.546
Selecionadas em 2011 a contratar em 2012	10	58.521.515,19	1.191
Total	42	176.899.128,34	3.839

Fonte: Propostas Selecionadas pelo Ministério das Cidades

Posição: 31/12/2011

17.2 Resultado das aplicações nos programas com recursos do FDS**17.2.1 Programa Crédito Solidário**

O resultado das aplicações dos recursos do FDS no PCS nos anos de 2005 a 2011 está consolidado na tabela VI:

Tabela VI – Resultado das Aplicações do FDS - PCS

Valores em R\$ / Unidade

Resultado das Aplicações do FDS - PCS							
Ano	Recursos Onerosos do FDS	Desembolsado	Moradias construídas UH	Valor médio por Unidade habitacional	Empregos gerados	População beneficiada¹	Renda média familiar
2005	20.636.608,49	20.374.665,48	1.617	11.895,30	1.930	6.533	1,64
2006	88.736.499,77	71.474.793,41	4.743	17.177,92	9.619	19.162	2,1
2007	113.330.693,96	86.870.993,34	5.560	18.703,54	11.481	22.462	2,3
2008	170.678.447,52	151.314.564,52	8.808	18.343,30	19.152	32.352	2,05
2009	45.503.621,95	32.081.279,00	1.674	22.643,39	5.701	6.763	2,31
2010	1.440.000,00	861.600,00	40	30.000,00	259	162	1
2011	1.800.000,00	892.080,00	50	30.000,00	202	202	1
Total	442.125.871,69	363.869.975,75	22.492	21.251,92	48.344	87.636	1,77

Fonte: SIAPF/SIFOB/SIACI

Posição: 31/12/2011

¹A população beneficiada foi apurada considerando a família com 4,04 pessoas.

O PCS atingiu seu objetivo quanto ao atendimento ao público alvo, uma vez que consegue atender a renda média de aproximadamente 2 salários mínimos, ao custo médio de R\$ 21 mil.

17.2.1.1 Recursos financiados e desembolsados – estoque

A Tabela VII apresenta informações consolidadas referentes aos recursos financiados e desembolsados no PCS no período compreendido entre 2005 a 2011:

Tabela VII – Recursos Financiados e Desembolsados – PCS

Valores em R\$

Recursos Financiados e Desembolsados - PCS					
Ano	Financiado obra	Desembolsado obra	Fundo Garantidor	Conta Equalizadora (20%)	Total desembolsado
2005	19.234.692,91	18.972.749,90	1.361.810,8	40.104,78	20.374.665,48
2006	81.474.891,01	63.165.357,94	3.957.314,32	4.352.121,15	71.474.793,41
2007	103.991.705,21	77.532.004,59	5.634.069,05	3.704.919,70	86.870.993,34
2008	146.893.182,14	127.485.599,68	4.194.476,41	19.634.488,43	151.314.564,52
2009	37.905.041,39	24.482.698,44	-	7.598.580,56	32.081.279,00
2010	1.200.000,00	621.600,00	-	240.000,00	861.600,00
2011	1.500.000,00	592.080,00	-	300.000,00	892.080,00
Total	392.199.512,66	312.852.090,55	15.147.670,58	35.870.214,62	363.869.975,75

Fonte: SIAPF

Posição: 31/12/2011

O valor total desembolsado representa o volume de recursos onerosos que já foram destinados às obras conforme cronograma físico-financeiro atestado pela área de engenharia da CAIXA, ao Fundo Garantidor e à Conta Equalizadora.

Verifica-se também na Tabela VII que do valor de R\$ 392 milhões contratados, R\$ 312,8 milhões foram desembolsados para obra, o que representa 79,77% do total contratado, restando desembolsar R\$ 79 milhões.

O contingenciamento de recursos relativos a exercícios anteriores é devido à existência de atrasos e paralisações nas obras.

17.2.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

A Tabela VIII apresenta informações consolidadas referentes ao resultado das aplicações de recursos do FDS no PMCMV-E.

Tabela VIII – Resultado das Aplicações do FDS - PMCMV-E

Valores em R\$ / Unidade

Resultado das Aplicações do FDS – PMCMV-E							
Ano	Valor da Operação	Desembolsado	Moradias construídas	Valor médio por UH ¹	Empregos gerados	População beneficiada ²	Renda média familiar SM
			UH				
2009	11.971.208,99	7.727.737,92	309	38.677,54	1.161	1.248	1,5
2010	202.166.168,19	141.707.988,85	5.532	34.182,41	18.859	22.349	1,19
2011	96.729.811,78	28.791.317,91	2.642	34.514,02	9.394	10.673	1,14
Total	310.867.188,96	178.227.044,68	8.483	34.449,43	29.414	34.270	1,27

Fonte: SIAPF/SIFOB/SIACI

Posição: 31/12/2011

¹O valor médio da UH foi apurado, excluindo os R\$ 18,3 milhões relativo ao financiamento direto com a EO.²A população beneficiada foi apurada considerando a família com 4,04 pessoas.

17.3 Situação das obras contratadas nos programas com recursos do FDS

17.3.1 Programa Crédito Solidário

Em 2011, foi contratada apenas uma obra, no valor de R\$ 1,5 milhões, referente a proposta selecionada no mesmo ano.

A Tabela IX adiante apresenta a situação das obras dos empreendimentos contratados desde o início do Programa:

Tabela IX – Situação de Obras – PCS

Situação das obras	Quantidade de unidades			Total	%
	2009	2010	2011		
No prazo	41	20	9	70	6,94
Concluídas	194	221	245	660	65,41
Atrasadas	79	78	39	196	19,43
Adiantadas	3	-	-	3	0,30
Paralisadas	19	18	43	80	7,93
Total	336	337	336	1.009	100

Fonte: SIAPF

Posição: 31/12/2011

Foram concluídos 65,41% das obras contratadas e o percentual de obras atrasadas e/ou paralisadas, acumulado até dezembro de 2011, foi de 27,35%, em função de:

- inexistência de infraestrutura e saneamento na área de intervenção;
- falta de finalização da infraestrutura, não existindo condições de habitabilidade;
- falta de regularização junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- dificuldades para legalização do empreendimento;
- dificuldades no gerenciamento e acompanhamento das obras pelas entidades associativas;
- abandono da obra pelo responsável pela sua execução;
- não uniformidade do ritmo de execução da obra no regime de mutirão;
- problemas de abastecimento de água;
- alterações de projetos e quantitativo de materiais.

17.3.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

A Tabela X apresenta a situação das obras dos empreendimentos neste Programa:

Tabela X – Situação das obras - PMCMV-E – Produção

Situação das obras	Quantidade de unidades			Total	%
	2009	2010	2011		
Normal	2	45	34	81	49,39
Não Iniciadas	-	2	3	5	3,05
Atrasadas	2	8	41	51	31,10
Adiantadas	-	3	5	8	4,88
Paralisadas	-	-	1	1	0,61
Concluídas	-	-	18	18	10,97
Total	4	58	102	164	100

Fonte: SIAPF

Posição: 31/12/2011

Apesar de o programa ter sido criado em 2009, as obras das operações contratadas só foram iniciadas em 2010, o que impossibilitou o término das construções no mesmo ano. Em 2011 10,97% das obras foram concluídas.

17.4 Situação de inadimplência dos beneficiários finais nas obras contratadas

17.4.1 No Programa Crédito Solidário

17.4.1.1 No Programa Crédito Solidário – operações contratadas até MAI/2008

Até 16/05/2008 e nas condições do PCS Antigo foram firmados com as Entidades Organizadoras, 257 contratos para financiamento da construção de 15.168 unidades habitacionais.

Em 2010, foi iniciado o processo de migração/renegociação nos termos da Resolução CCFDS nº. 137, de 09/04/2009, e decorrido um ano do início das renegociações e considerando a migração parcial de 06 empreendimentos, 25 contratos, totalizando 1.865 unidades, foram renegociados/migrados.

Restam 232 contratos no Antigo PCS, totalizando 13.118 unidades habitacionais, cujas obras se encontram na seguinte situação.

Nas operações contratadas no Programa até 16/05/2008, a inadimplência dos beneficiários finais é suportada pelo Agente Financeiro e garantida pelo Depósito Garantia de risco e pelo Fundo Garantidor.

Em 31/12/2011, a dívida vencida das operações com atraso acima de 60 dias representava 2,75% do saldo devedor e alcançava 46,2% dos contratos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela XI - Inadimplência PCS – Operações Contratadas até 16/05/2008

Posição: 31/12/2011

Faixa	Qtde	% Part.	Div Vencida	% Part.	Saldo Devedor	% Part.
Em dia	5.573	42,5	-	-	76.436.332,54	42,06
01 a 30	1.488	11,3	-	-	21.528.604,83	11,85
31 a 60	630	4,8	94.805,33	1,89	9.216.070,78	5,07
61 a 90	421	3,2	99.529,36	1,99	7.095.026,83	3,90
Acima 90	5.006	38,2	4.810.894,51	96,12	67.475.473,45	37,12
Total	13.118	100	5.005.229,20	100	181.751.508,43	100

Fonte: SIFOB/CIWEB

Posição: 31/12/2011

A exigência de pagamento de prestação durante o período de carência (obra) contribuiu sobremaneira para o acúmulo de débitos vencidos e não pagos nesta modalidade do programa, conforme se observa na tabela seguinte que apresenta a situação de inadimplência dos empreendimentos em construção.

As EO informam que um dos impactos para a evolução da obra é a redução do valor destinado à construção, uma vez que o Agente Financeiro efetua o desconto dos encargos dos recursos do FDS, correção monetária e prêmio de seguro, dos recursos a liberar no período de execução, quando ainda os mutuários estão assumindo as despesas com aluguel.

A escassez de recursos resulta na paralisação das obras e cessação da liberação de parcelas. Daí o acúmulo de prestações vencidas e não pagas.

Tabela XII – Inadimplência PCS no Período de Carência

Posição: 31/12/2011

Faixa	Qtde	% Part.	Div Vencida	% Part.	Saldo Devedor	% Part.
Em dia	408	10,6	-	-	6.749.531,87	12,19
01 a 30	109	2,8	-	-	2.204.328,54	3,98
31 a 60	61	1,6	3.786,53	0,18	1.202.977,36	2,17
61 a 90	174	4,5	39.493,50	1,91	3.598.842,14	6,50
Acima 90	3.086	80,4	2.031.471,43	97,91	41.606.082,67	75,15
Total	3.838	89,37	2.074.751,46	100	55.361.762,58	100

Fonte: SIFOB/CIWEB

Posição: 31/12/2011

Os recursos segregados para suportar os riscos de crédito das operações, ainda não foram utilizados para pagamento das prestações vencidas e não pagas devido às dificuldades operacionais encontradas pelo Agente Financeiro.

Dos 13.118 contratos, 4.785 são assegurados pelo Fundo Garantidor. Segue demonstrativo da dívida vencida e saldo devedor das operações contratadas com a garantia do Fundo Garantidor.

Tabela XIII – Dívida Vencida/Saldo Devedor Operações com Fundo Garantidor

Posição: 31/12/2011

Faixa	Qtde	% Part.	Div Vencida	% Part.	Saldo Devedor	% Part.
Em dia	2.357	49,3	-	-	30.887.570,42	45,38
01 a 30	440	9,2	-	-	6.376.204,55	9,37
31 a 60	173	3,6	27.561,23	1,27	2.622.085,75	3,85
61 a 90	98	2,0	21.230,33	0,98	1.627.360,31	2,39
Acima 90	1.717	35,9	2.119.931,29	97,75	26.549.217,09	39,01
Total	4.785	100	2.168.722,85	100	68.062.438,12	100

Fonte: SIFOB/CIWEB

Posição: 31/12/2011

Dos 13.118 contratos, 8.333 (61,4%) possuem garantia de risco e cujos recursos do Depósito Garantia de Risco, segregados em contra gráfica do FDS e atualizados pela SELIC, totalizavam em 31/12/2011, R\$ 73.046.143,18.

Segue demonstrativo da dívida vencida e saldo devedor das operações garantidas pelo Depósito Garantia de Risco.

Tabela XIV – Dív. Venc./Saldo Dev. Op. Garantidas p/Dep. Garantia de Risco

Posição: 31/12/2011

Faixa	Qtde	% Part.	Div Vencida	% Part.	Saldo Devedor	% Part.
Em dia	3.216	38,6	-	-	45.548.762,12	40,06
01 a 30	1.048	12,6	-	-	15.152.400,28	13,33
31 a 60	457	5,5	67.244,10	2,37	6.593.985,03	5,80
61 a 90	323	3,9	78.299,03	2,76	5.467.666,52	4,81
Acima 90	3.289	39,5	2.690.963,22	94,87	40.926.256,36	36,00
Total	8.333	100	2.836.506,35	100	113.689.070,31	100

Fonte: SIFOB/CIWEB

Posição: 31/12/2011

17.4.1.2 No Programa Crédito Solidário – operações contratadas a partir de MAI/2008

Foram contratados 77 empreendimentos, constituídos por 6.323 unidades habitacionais, no valor de R\$ 134.237.375,35 destinados a obras e serviços e o montante de R\$ 26.527.270,14 dos recursos onerosos foram segregados na Conta Equalizadora para, juntamente com R\$ 45.064.903,26 de recursos não onerosos, possam garantir o retorno dos valores aplicados independentemente do pagamento das prestações pelos beneficiários finais.

Somam-se os contratos renegociados nas condições definidas na Resolução CCFDS nº. 137, de 09/04/2009, conforme subitem 17.4.1.3.

Os valores recebidos dos beneficiários finais são creditados na conta equalizadora e a parcela de amortização do contrato que vincula os contratos firmados com os beneficiários/devedores, controlado no SIAPF, é debitada da conta equalizadora.

Segue demonstrativo da inadimplência da carteira:

Tabela XV - Inadimplência PCS – Operações Contratadas após 19/05/2008

Faixa	Qtde de contratos	% Part,	Div Vencida	% Part.	Saldo Devedor	% Part.
Em dia	7.177	87,65	-	-	131.254.123,10	87,72
01 a 30	364	4,45	-	-	6.736.150,50	4,50
31 a 60	214	2,61	31.773,56	12,39	3.807.683,24	2,54
61 a 90	99	1,21	22.237,44	8,67	1.724.435,84	1,15
Acima 90	334	4,08	202.434,45	78,94	6.099.403,26	4,08
Total	8.188	100	256.445,45	100	149.621.795,94	100

Fonte: SIFOB/CIWEB

Posição: 31/12/2011

Na fase de construção não há cobrança de prestação do mutuário.

Nesta modalidade, o retorno dos créditos concedidos aos beneficiários é garantido pela Conta Equalizadora, independente do pagamento das prestações pelos beneficiários finais.

17.4.1.3 Renegociação dos créditos do Programa Crédito Solidário – operações contratadas até MAI/2008

Em abril de 2009, foi publicada a Resolução CCFDS nº. 137, viabilizando a renegociação do saldo devedor dos contratos do PCS antigo (contratados na vigência da Resolução CCFDS nº. 93, de 28/04/2004) para as condições previstas para o Novo PCS, observando o que segue:

a) o prazo de amortização das operações com os mutuários pode ser mantido ou alterado para no máximo 240 meses;

- b) o prazo de retorno dos recursos onerosos do FDS foi alterado para 300 meses;
- c) o Agente Financeiro devolve o valor do Fundo Garantidor das operações contratadas com essa garantia, descontado o valor pago ao FDS, atualizado pela SELIC;
- d) a renegociação do saldo devedor do mutuário somente é realizada para operações cuja obra esteja concluída ou com andamento normal previsto no cronograma físico-financeiro existente na data da renegociação, sendo possível excepcionar esses critérios mediante justificativa técnica do agente operador;
- e) a garantia representada pelo Fundo Garantidor é transformada em Responsabilidade Solidária, nos casos em que não for possível utilizar a alienação fiduciária ou hipoteca;
- f) o mutuário não paga atualização monetária nas operações em fase de construção;
- g) a Conta Equalizadora suportará o pagamento da correção monetária ao FDS durante a fase de produção;
- h) quando a garantia se constituir de Fundo Garantidor, a renegociação ficará condicionada a adesão de todos os mutuários, uma vez que o Fundo Garantidor foi constituído para o grupo;
- i) quando a operação estiver em fase de construção, a renegociação ficará condicionada a adesão de todos os mutuários do empreendimento, sendo tratado os casos excepcionais.

É paga a taxa de R\$ 120,00 ao Agente Financeiro, relativa à formalização de cada contrato renegociado, cujos recursos serão obtidos dos valores das taxas de equilíbrio devolvidas pelo Agente Financeiro à Carteira Subsídios do FDS.

Em face da complexidade da medida em termos operacionais, vez que exigia aperfeiçoar os sistemas corporativos, somente em dezembro de 2010 foi possível iniciar o processo de migração/renegociação nos termos da Resolução CCFDS nº. 137, de 09/04/2009.

Decorrido um ano do início das renegociações e considerando a migração parcial de 06 empreendimentos, apenas 25 contratos, totalizando 1.865 unidades, foram renegociados/migrados, o que representa 12,29% do total da carteira passível de renegociação.

Diversos fatores contribuíram para o baixo número de renegociações, dentre os quais destacamos os seguintes:

- a) Necessidade de comparecimento para assinatura dos contratos de 100,00% dos beneficiários vinculados a empreendimentos, cuja garantia é o Fundo Garantidor;
- b) Ausência ou não localização de beneficiários pela EO ou CAIXA;

c) Para os empreendimentos com obras concluídas, a EO não se mobiliza, fato que também ocorre para aqueles empreendimentos cujas obras não terminaram e encontra-se com problemas de execução;

d) Inadimplência contratual muitas vezes elevada, o que dificulta a regularização nos tempos e prazos envolvidos nos processos, quando há sinalização neste sentido.

Além destas dificuldades, as regras atuais de renegociação/migração exigem a conformidade do andamento das obras (cronogramas atualizados), a adimplência dos mutuários e assinatura do Termo Aditivo ao contrato originário pelo beneficiário/devedor, os quais possuem elevado impacto no processo.

Diante da baixa performance das renegociações e da necessidade premente de renegociar toda a carteira, o Agente financeiro CAIXA apresentou proposta de cessão, para o FDS, dos créditos oriundos dos financiamentos concedidos aos beneficiários/devedores para construção/aquisição de unidades habitacionais no âmbito do PCS, nas condições previstas na Resolução do CCFDS nº. 93, de 28/04/2004.

A transferência da carteira para o FDS vai ao encontro dos anseios dos beneficiários que buscam condições mais favoráveis ao pleitear que sejam estendidas as condições do novo PCS às operações contratadas nos critérios anteriores e se vêem impedidos de renegociar os contratos por não atenderem aos condicionantes vigentes, constantes da Resolução CCFDS nº. 137, de 09/04/2009, quais sejam:

- Necessidade de comparecimento para assinatura dos contratos de 100% dos beneficiários vinculados a cada um dos empreendimentos, cuja garantia é o Fundo Garantidor;
- Quando a operação estiver em fase de construção, a renegociação ficou condicionada a adesão de todos os mutuários do empreendimento; e
- Exigência de adimplência dos mutuários e assinatura do Termo Aditivo ao contrato originário pelo beneficiário/devedor.

A proposta encontra-se em análise e será apresentada para deliberação do CCFDS.

Restam 232 empreendimentos no Antigo PCS, totalizando 13.118 unidades habitacionais, cujas obras se encontram na seguinte situação:

Tabela XVI – Situação Obra – Antigo PCS

Situação das obras	Quantidade de empreendimentos	Quantidade de unidades
Em amortização	195	9.284
Adiantada	-	-
Concluída	3	170
Normal	1	30
Em atraso	12	1.324
Paralisada	25	2.310
Total	236	13.118

Fonte: SIAPF

Posição: 31/12/2011

17.4.2 No Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

O Programa não apresenta inadimplência na fase de construção, pois não há cobrança de encargos no período de execução das obras.

Os empreendimentos na fase de amortização apresentam 2,0% de inadimplência.

Tabela XVII – Inadimplência PMCMV-E

Valores em R\$

Inadimplência PMCMV-E				
Fase	Qtde Ativos	Qtde Ac 60 Dias	% Inad Qtde	Dívida Total
Amortização	710	17	2,0	5.243.557,88
Construção	7.773	-	-	54.154.906,74
Total	8.483	17	2,0	59.398.464,62

Fonte: CIWEB

Posição: 31/12/2011

17.5 Suplementação de recursos nos programas com recursos do FDS

17.5.1 Programa Crédito Solidário

O CCFDS, por meio da Resolução CCFDS nº. 125, de 25/03/2008, autorizou a suplementação dos contratos assinados e não concluídos até 20/03/2008, quanto ao limite do valor de financiamento. As suplementações têm o objetivo de permitir a conclusão das obras.

Em 2011 houve suplementação de recursos financeiros em 10 contratos.

A Tabela XVIII a seguir apresenta o total de contratações, por exercício, desde 2005, e as respectivas suplementações.

Tabela XVIII – Suplementação PCS

Valores em R\$

Suplementação PCS em 2011			
Ano da contratação	Valor da suplementação 2011	Valor final de contratação	% Suplem.
2005	-	20.636.608,49	-
2006	506.801,00	88.736.499,77	0,57
2007	4.472.528,70	113.330.693,96	3,95
2008	2.848.584,46	170.678.447,52	1,67
2009	635.412,47	45.503.621,95	1,40
2010	-	1.440.000,00	-
2011	-	1.800.000,00	-
TOTAL	8.463.326,63	442.125.871,69	1,91

Fonte: SIAPF

Posição: 31/12/2011

Verifica-se que para as operações contratadas em 2010 e 2011 não houve suplementação dos valores contratados.

17.5.2.1 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

Não está prevista suplementação de recursos neste Programa.

17.6 Despesas dos Programas

17.6.1 Programa Crédito Solidário

O pagamento da taxa de administração ao Agente Financeiro, quando da concessão de financiamento ao beneficiário final, é realizado à vista e em espécie por operação de crédito realizada, com os recursos da Conta Subsídios do FDS, apurada com base no valor presente, descontada a taxa nominal de juros de 12% a.a., no prazo de carência e amortização no valor máximo de R\$ 21,43.

Até maio de 2008, as despesas consistiam na remuneração do agente financeiro, que compreende a taxa de administração e taxa de equilíbrio da operação, e na remuneração do agente operador, que se refere à taxa de risco de crédito.

A partir de 19/05/2008, com a operacionalização do Novo PCS, as despesas assumidas pelo FDS se resumem à taxa de administração do Agente Financeiro.

A Tabela XIX adiante demonstra as despesas pagas em 2011 e aquelas a desembolsar, que se encontram provisionadas.

Tabela XIX – Despesas do PCS

Valores em R\$

Despesas do PCS					
Situação em 2011	Taxa Administração	Taxa de Equilíbrio	Taxa de Risco	Taxa Renegociação/Migração	Total Despesas
Pagas	351.726,74	313.161,62	-	208.800,00	873.688,36
A pagar	740.820,00	313.600,25	45.876,98	-	1.100.297,23

Fonte: Aplicativo PCS

Posição: 31/12/2011

As despesas a pagar relativas à taxa de equilíbrio da operação e à taxa de risco de crédito se referem às operações contratadas no âmbito do PCS de acordo com as condições fixadas pela Resolução CCFDS n.º 93, de 28/04/2004, revogada a partir de 19/05/2008.

17.6.2.1 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

A taxa de administração do Agente Financeiro é paga à vista e em espécie por operação realizada, com recursos do FDS. Essa taxa é apurada com base no valor presente, descontada a taxa nominal de juros de 12% a.a, no prazo de carência e amortização no valor máximo de R\$ 22,06.

No exercício de 2011 foi provisionada a quantia de R\$ 1.812.316,29 e realizado o pagamento de R\$ 12.620.637,85 ao Agente Financeiro CAIXA, referente à contratação de 8.483 UH.

Tabela XX – Despesas do PMCMV-E

Valores em R\$

Despesas do PMCMV-E		
Situação em 2011	Taxa Administração	Total Despesa
Paga	12.620.637,85	12.620.637,85
A pagar	1.812.316,29	1.812.316,29

Fonte: Aplicativo PMCMV-E

Posição: 31.12.2011

17.7 Patrimônio financeiro do FDS

Em cumprimento ao que determina a Lei n.º 8.677/1993, a disponibilidade financeira do Fundo e o retorno dos empréstimos concedidos devem ser aplicados em títulos públicos federais e em títulos de emissão da própria CAIXA.

O patrimônio financeiro do Fundo de Investimento está dividido em cotas registradas na CETIP em nome das instituições financeiras.

As Tabelas XXI e XXII demonstram a composição do Patrimônio do FDS:

Tabela XXI – Patrimônio FDS – Fundo de Investimento

Valores em R\$ mil

Patrimônio FDS – Fundo de Investimento		
Modalidade	Saldo 31/12/2011	Participação (%)
1. Operações de Crédito	374.548,78	46,80%
2. Operações Financeiras	426.286,63	53,20
2.1 Carteira Própria	42.238,96	5,27
2.2 Carteira de Terceiros	384.047,67	47,96
2.3 Ajustes ¹	-2,96	-
Total	800.832,51	100,00

Fonte: SISFIN

Posição: 31/12/2011

¹ a parcela relativa a “ajustes” é decorrente de arredondamento de valores, tendo em vista que o valor da cota é inferior a 1.

Encontram-se registradas na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos o montante de 13.537.409.216,94 de cotas FDS sob a titularidade de 47 instituições financeiras, cujo total financeiro é de R\$ 800.832.516,80 posicionado em 31/12/2011. A distribuição das cotas por instituição financeira é demonstrada na Tabela XXII com os valores em 31/12/2011:

Tabela XXII – Distribuição de Cotas por Instituição

Valores em R\$

Distribuição de Cotas por Instituição		
Instituição financeira	Quantidade de cotas	Valor
Alvorada Cartões CFI S/A	144.578.102,07	8.552.806,78
Banco Agrimisa S/A	8.740.049,73	517.035,12
Banco Alvorada S/A	73.374.169,65	4.340.595,74
Banco Bradesco Financiamentos S/A	25.608.828,75	1.514.941,48
Banco Bradesco S/A	1.395.744.262,63	82.568.043,33
Banco Crefisul S/A	15.819.219,80	935.817,58
Banco de Tóquio-Mitsubishi Ufj Brasil S/A	22.217.402,79	1.314.314,89
Banco Dibens S/A	5.809.426,28	343.668,23
Banco do Brasil S/A	83.022.570,02	4.911.366,17
Banco do Estado de Rondônia S/A	6.543.116,87	387.071,16
Banco do Estado do Pará S/A	118.228.873,35	6.994.065,46
Banco do Nordeste do Brasil S/A	94.225.468,25	5.574.096,02
Banco Fiat S/A	3.459.090,80	204.629,42
Banco Fibra S/A	102.280,73	6.050,62
Banco Garavelo S/A	9.306.665,00	550.554,38
Banco Hércules S/A	1.891.289,38	145.695,13
Banco Indusval S/A	2.462.855,30	138.047,96

Distribuição de Cotas por Instituição		
Instituição financeira	Quantidade de cotas	Valor
Banco Panamericano S/A	4.742.490,00	280.551,48
Banco Porto Real De Investimentos S/A	1.271.414,70	75.213,07
Banco Santander S/A	621.031.628,34	36.738.368,03
Banco Simples S/A	12.572.644,64	743.759,93
Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S/A	5.578.969,48	330.035,09
BANESTES S/A Banco do Estado do ES	353.620.571,00	20.919.132,11
BBC Adm. Partic S/A - Em Liq. Ordinária	11.470.784,57	678.577,20
Banco ABN Amro S/A Incopor Banco Real Comercial	466.711.534,03	27.609.254,21
Banco Mercantil do Brasil S/A	82.386.422,52	4.873.733,59
Banco Santander Br S/A Incc Banco ABN Amro Real	28.521.856,69	1.687.267,47
Banco Schamin S/A	8.540.923,00	505.255,38
Banco Universal S/A	152.046,00	8.994,58
BMD S/A CCVM Em Liq. Extrajudicial	12.114.686,93	716.668,53
Boreal DTVM S/A	3.054.106,09	180.671,75
Brasbanco S/A Banco Comercial	861.985,98	50.992,50
Caixa Econômica Estadual do RS	45.297.541,46	2.679.666,66
Unicard Banco Múltiplo S/A	84.024.491,29	4.970.636,83
Citibank N/A Filial Brasileira	347.802.054,90	20.574.926,15
Deutsche Bank S/A - Banco Alemão	8.704.258,32	515.917,80
HSBC Bank Brasil S/A - B.M.	242.974.162,92	14.373.622,55
Lavra DTVM S/A	14.000.000,00	828.198,00
Magliano S/S CCVM	1.868.186,70	110.516,32
Mil Banco S/A	1.647.630,84	97.468,89
Paraná Banco S/A	2.445.299,79	144.656,59
Itaú Unibanco S/A	2.200.536.000,00	130.177.108,15
BB Gestão De Recursos - DTVM S/A	2.113.542.890,99	118.468.306,12
Banco Bamerindus Do Brasil - Em Liquidação	2.271.202.513,22	134.357.527,07
Itaú Unibanco S/A	1.418.489.513,81	83.913.584,16
Caixa Econômica Federal	1.161.108.937,33	68.687.721,40
Total	13.537.409.216,94	800.832.516,80

Fonte: CETIP

Posição: 31/12/2011

Os critérios para resgate/aquisição das cotas do FDS foram estabelecidos pela Resolução CCFDS nº. 118, de 13/12/2007.

No exercício de 2011 não houve solicitação de resgate de cotas pelas instituições financeiras.

17.8 Disponibilidade FDS - Outros Recursos

O FDS possui ainda as contas abaixo atualizadas pela SELIC:

- a Conta Subsídios que suporta as despesas do PCS;
- a Conta Equalizadora que suporta o pagamento mensal das prestações dos recursos onerosos do FDS no PCS;
- a Conta Garantia de Risco que é utilizada para o pagamento de encargos no caso de inadimplência dos beneficiários no PCS;
- a Conta Recursos do OGU que recebe todo o aporte de recursos da União para dar suporte ao PMCMV-E;
- a Conta DFI que assume as ocorrências de danos físicos no imóvel financiado.

Tabela XXIII – Disponibilidade FDS Outros Recursos

Valores em R\$ 1,00

Disponibilidade FDS – Outros Recursos		
Modalidade	Saldo 31/12/2011	Participação (%)
Conta Subsídios	54.361.180,83	10,63
Conta Equalizadora	116.183.088,25	22,73
Conta Depósito Garantia de Risco	73.046.143,18	14,29
Recursos União – OGU	262.442.164,51	51,33
Conta DFI (PMCMV-E)	3.774.461,07	0,74
Conta DFI (PCS)	1.433.322,89	0,28
Total	511.240.360,73	100

Fonte: SISFIN
Posição: 31/12/2011

17.9 Receita financeira

As rendas auferidas com a aplicação das disponibilidades do FDS alcançaram no exercício de 2011 o montante de R\$ 64.092.768,97.

17.10 Remuneração do banco operador – valor e fundamento legal

Por ocasião das ações de criação do PMCMV-E e do PCS, a CAIXA realizou estudos no intuito de dimensionar a remuneração do Agente Operador nas atividades de sua operacionalização.

Em 26/03/1992, com a aprovação da Resolução CCFDS n.º. 18, a taxa de administração da CAIXA foi estabelecida em 2% a.a., a título de remuneração pela prestação dos serviços de gestão do FDS, calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo de Investimento do FDS, apropriada e repassada a cada dia útil.

Em 15/09/2010, a Resolução CCFDS n.º. 169 fixou em 1% a.a. (um por cento ao ano) o percentual da taxa de administração.

No exercício de 2011, a CAIXA recebeu um total de R\$ 7.794.017,59, resultante da alteração na forma de cálculo da taxa de administração.

17.11 Atuação da CAIXA nas ações judiciais

Consoante os controles da Unidade Jurídica da CAIXA, registre-se que há uma ação judicial em que a requerente reclama descumprimento de “Contrato de Empréstimo para Produção de Habitações e Outros Pactos, através do Programa de Habitação do Trabalhador com recursos do FDS”.

A ação de indenização por perdas e danos nº. 96.0702011-1 (atual nº. 07020119319964036106) e a apelação nº. 2001.03.99.040596-7 estão com os autos conclusos ao relator perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região desde 18/02/2008. Ressalta-se a desnecessidade de provisionamento visto tratar-se de ação judicial contra a CAIXA na qualidade de Agente Financeiro, que efetuou a contratação com a empresa construtora.

17.12 Legislação publicada no exercício

- Lei nº. 12.424, de 16/06/2011 - Altera a Lei nº. 11.977, de 07/07/2009;
- Decreto nº. 7.499, de 16/06/2011 - Regulamenta dispositivos da Lei nº. 11.977 que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências;
- Resolução CCFDS nº. 174, de 05/05/2011 - Prorroga do prazo de carência dos empreendimentos Residencial Nova Era I, Residencial Araguaia, Florestan Fernandes I, Conjunto Habitacional Sônia Maria, Projeto Construindo Juntos, Projeto Construindo Juntos - Segunda Etapa, Mar Azul - Paripe Módulo I, Mar Azul – Paripe Módulo II, COOPERCASA I, Zé Doca II, Vila Lobão, Pirapemas I, Condomínio Habitacional Ernesto Che Guevara I e Condomínio Nossa Senhora Aparecida;
- Resolução CCFDS nº. 175, de 05/05/2011 - Altera Resolução CCFDS Nº. 137 e inclui prerrogativa de prorrogação automática do prazo de carência, até a data da migração dos empreendimentos, pelo Agente Operador;
- Resolução CCFDS nº. 176, de 05/05/2011 - Define novo prazo de carência na operação relativa ao empreendimento Residencial Castelo II;
- Resolução CCFDS nº. 177, de 05/05/2011 - Aprovação da Prestação de Contas do FDS relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010;
- Resolução CCFDS nº. 178, de 12/05/2011 - Autoriza a renegociação das condições do contrato relativo ao Empreendimento Condomínio das Mangueiras, em Salvador/BA, firmado originalmente no âmbito do Programa Crédito Solidário - PCS, com migração para o Programa Habitacional Popular;

- Resolução CCFDS nº. 179, de 15/06/2011 - Altera as Resoluções CCFDS nºs. 121 e 125/2008 e 141/2009, no que se refere à autorização para prorrogar ou conceder novo prazo de carência nas operações do PCS e do PMCMV-E;
- Resolução CCFDS nº. 180, de 15/06/2011– Altera as Resoluções CCFDS nº. 121/2008 e nº. 141/2009, que normatizaram o PCS e o PMCMV-E quanto à manutenção do registro das operações no CADMUT e CADÚNICO; e as de No-137/2009 e 175/2011, quanto à renegociação das dívidas dos contratos do PCS;
- Resolução CCFDS nº. 181, de 15/06/2011 - Alteração do fluxo de liberação de parcelas do PCS e do PMCMV-E;
- Resolução CCFDS nº. 182 de 18/08/2011- Altera as condições do PMCMV-E e revoga a Resolução nº. 141;
- Resolução CCFDS nº. 183, de 10/11/2011 - Altera as condições do PMCMV-E e revoga a Resolução CCFDS nº. 182;
- Instrução Normativa Ministério das Cidades nº. 034, de 28/09/2011 - Regulamenta a Resolução CCFDS nº. 182;
- Portaria Ministério das Cidades nº. 610, de 26/12/2011 – Dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do programa;
- Portaria Interministerial nº. 464, de 30/09/2011 – Dispõe sobre as operações com recursos transferidos ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS;

17.13 Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas

Não foram registradas fiscalizações no período.

17.14 Avaliação crítica dos resultados alcançados

Desde o retorno das contratações do FDS em julho de 2005, com a assinatura do Contrato de Abertura de Crédito - CAC com a CAIXA, até o final do exercício de 2011 já foram desembolsados no PCS R\$ 312,8 milhões, correspondentes a 79,77% dos R\$ 392 milhões alocados ao Fundo, beneficiando 87.636 mil brasileiros com renda média de dois salários mínimos e gerando aproximadamente 48.344 mil empregos, fato este que vai ao encontro das políticas públicas implementadas pelo Governo Federal.

Isto demonstra a aderência do Programa e a participação direta das EO que estão adquirindo cada vez mais a capacitação técnico-institucional necessária na elaboração de projetos habitacionais e gestão de obras.

Depreende-se, então, que o Fundo ao longo desse período de existência, vem se consolidando como uma alternativa de crédito para a população de baixa renda, conforme prevê a Lei de criação do próprio FDS, que dispõe sobre a aplicação dos seus recursos em habitação de interesse social.

Em 2011, não houve disponibilização de recurso do OGU para o PMCMV-E, foi contratado até o final de 2011 o montante de R\$ 310,8 milhões e o desembolsado R\$ 178,2 milhões, foi gerado 29.414 empregos, a aplicação atendeu 8.483 famílias beneficiando 34.270 brasileiros.

Para o exercício de 2012, espera-se que a União efetue o aporte dos recursos previstos na LOA 2012 relativo ao PMCMV-E de R\$ 898,4 milhões para que o FDS possa alcançar as metas previstas no Plano de Contratações e Metas Físicas aprovado pelo CCFDS, e se consiga também aplicar os recursos onerosos remanescentes do FDS, no valor de R\$ 45,9 milhões, no PCS.

18 Demonstrações Contábeis

18.1 Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas

Segue anexa a documentação relativa às demonstrações contábeis, composta das seguintes peças: Voto ao Conselho Diretor; Notas Explicativas; Balancete Mensal; Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração de Fluxo de Caixa; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração das Variações Patrimoniais; Proposta Orçamentária e Execução Orçamentária.

18.2 Parecer da Auditoria Independente

Segue apenso a este relatório o Parecer dos auditores independentes, emitido pela PriceWaterHouseCoopers (PWC), datado de 28/02/2012.

19 Conteúdo específico por UJ ou grupo de unidades afins

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

20 Resultados e conclusões

Desde a criação do PCS e PMCMV-E foram construídas 30.975 unidades habitacionais pelo montante de R\$ 703.066.701,62, gerando 77.758 empregos e beneficiando uma população de 119.906 pessoas. Até 31/12/2011 foi desembolsado para execução das obras o valor de R\$ 491.079.135,23.

No exercício em referência, primou-se pelo acompanhamento das ações desenvolvidas dentre as quais destaca-se o treinamento de empregados para melhor desempenho das atividades executadas nos Programas, e pelo acompanhamento mensal dos relatórios operacionais, contábeis e financeiros, com pontual atendimento a todas as demandas de auditoria interna e independente, bem como de órgãos públicos externos, com vistas a manter a conformidade operacional do Fundo.

A gestão concentrou-se ainda na costumeira observância às disposições legais e regulamentares, empreendendo-se os esforços necessários para o alcance das metas traçadas para o exercício. Como forma de amenizar os impactos, procede-se a um processo de seleção/contratação onde se buscou atender a projetos de EO que apresentassem comprovadamente maior capacidade de execução das obras.

Com o objetivo de corrigir distorções no Programa e facilitar as contratações das operações foram submetidas ao CCFDS alterações nas normas.

Para evitar desaceleração na execução das obras do empreendimento e conceder maior agilidade aos processos, foi alterado o fluxo de liberação de parcelas do financiamento dos programas e determinado que a critério do Gestor da Aplicação, e por solicitação justificada do Agente Operador e Financeiro, o prazo de carência estipulado para cada programa pode ser prorrogado ou concedido novo prazo.

No PMCMV-E, foi autorizado o pagamento pelo FDS das despesas de custas e emolumentos.

No PCS foi prorrogado até 31/03/2012 o prazo para renegociação dos contratos firmados até 16/05/2008. Até o final de 2011 foram renegociados 25 contratos, restando 232 a serem renegociados.

Para 2012, estima-se a efetiva implantação da renegociação dos 232 contratos restantes, no valor total de R\$ 213.572.883,20, correspondente às obras e R\$ 14.099.843,87 correspondente ao Fundo Garantidor.

Em 2012 serão aperfeiçoados os sistemas de controle e acompanhamento de modo a propiciar sustentabilidade operacional para reduzir o percentual de obras atrasadas, evitando assim que venham a sofrer descontinuidade e inadimplência, zelando pelos recursos destinados aos Programas, para que se cumpra o principal objetivo do FDS, que é o de atender a população de baixa renda na aquisição de sua moradia.

E para melhor atender esse objetivo e dar continuidade às contratações no âmbito do PMCMV-E é necessário que a União aporte os recursos previstos no orçamento de 2012, no valor de R\$ 898 milhões.

FÁBIO FERREIRA CLETO
Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias

JORGE FONTES HEREDA
Presidente

INFORME – Cumprimento Lei nº 8.730/93

Relativamente ao gerenciamento do cumprimento das disposições da referida lei, declaramos, para fins de comprovação perante o TCU, que todos os empregados da CAIXA são obrigados a apresentar anualmente a esta Instituição a Declaração de Bens e Valores em uma das seguintes formas:

- autorizar o acesso, por meio eletrônico, à sua Declaração de Ajuste Anual do IRPF com as respectivas retificações, apresentas à SRFB, do Ministério da Fazenda; ou

- apresentar anualmente, em envelope lacrado, Formulário de Entrega da Declaração de Bens e Valores, declarando todos os bens e valores.

A Declaração em papel é entregue na unidade de lotação do empregado, que autua processo e o mantém arquivado em local adequado à preservação do sigilo das informações, trancado sob responsabilidade do gestor da unidade.

A obrigatoriedade de entrega da Declaração de Bens e Valores está disposta em normativo interno desta Empresa, MN RH059 – Declaração de Bens e Valores – Apresentação à CAIXA, cujos registros quanto ao cumprimento constam no Sistema de Recursos Humanos – SISRH.

Em caso de descumprimento da norma, cabe ao gestor da unidade a responsabilidade pela cobrança ao empregado e sujeita o responsável às cominações previstas no Regulamento de Pessoal da CAIXA.

As informações relacionadas à entrega das declarações de bens e rendas encontram-se demonstradas no Quadro anexo.

Brasília, 02 de fevereiro de 2012.



JOÃO ACÁCIO PEREIRA
Gerente Nacional – S.E.
GN Relações do Trabalho e Provitamento

Estrutura de controles internos da CAIXA

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da CAIXA

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da CAIXA percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela CAIXA são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					x
3. A comunicação dentro da CAIXA é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da CAIXA na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da CAIXA.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela CAIXA.					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da CAIXA estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da CAIXA.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da CAIXA a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da CAIXA, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					x
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais					x

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
ressarcimentos.					
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da CAIXA, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela CAIXA são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela CAIXA possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela CAIXA são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					x
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para CAIXA é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela CAIXA são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à CAIXA é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da CAIXA, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da CAIXA, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da CAIXA é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da CAIXA tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da CAIXA tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x

Considerações Gerais:

1. A avaliação do item 4 partiu da consulta ao Manual Normativo.

1.1. Para os itens 16 e 18 do questionário, a avaliação foi realizada com base nas informações encaminhadas pelos Gestores das Unidades da Matriz, por meio do Relatório de Controles Internos da Unidade.

1.2. O item 28 foi avaliado a partir da existência da atividade de Monitoramento do Sistema de

Controles Internos.

2 Para os demais itens, a avaliação foi realizada com na percepção da área de Controle Institucional, frente às diretrizes existentes e informações institucionais disponíveis.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da CAIXA.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da CAIXA, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da CAIXA.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da CAIXA, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da CAIXA.

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <p>Os editais e termos de referências da CAIXA já prevêem compromissos aos licitantes no que se refere no uso e destinação sustentável dos recursos naturais, busca de maior eficiência em equipamentos, não utilização de mão-de-obra escrava e vedação ao trabalho infantil.</p>					X
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Obs: Consideramos a utilização de métodos construtivos diferenciados (steel frame e pré-fabricados) para novas agências. 				X	
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p> <p>A CAIXA, após diversos estudos sobre as questões ambientais, decidiu quando da contratação das empresas de limpeza, que elas passassem a fornecer produtos comprovadamente biodegradáveis e que não agridam a natureza. A CAIXA controla o cumprimento dessa regra específica.</p>				X	
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <p>Os editais e termos de referências já contemplam práticas sustentáveis de destinação de resíduos sólidos. A CAIXA também tem incentivado a eficiência conquistando assim a obtenção da Etiqueta INMETRO/PROCEL em suas edificações. A CAIXA prioriza a compra de equipamentos que já possuam o Selo PROCEL (mini-splits, geladeiras, microondas, como exemplos). Quanto aos demais fornecedores, certificações ambientais são desejáveis, mas não exigidas em licitações. Para as contratações de equipamentos de tecnologia são exigidas certificações ROHS e EPEAT. Ambas tratam respectivamente de restrição quanto ao uso de materiais pesados na fabricação dos equipamentos de TI e a biodegradação dos equipamentos para redução de danos no meio ambiente.</p>				X	
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <p>A CAIXA tem priorizado a utilização de produtos e equipamentos economizadores, tais como, torneiras com retorno automático, lâmpadas T5 e eletrodomésticos que apresentam os melhores índices de eficiência energética dentro de cada categoria de acordo com as diretrizes do PROCEL.</p>					X

Nas unidades etiquetadas com o Selo INMETRO/PROCEL há uma economia estimada em 12% em água e 25% em energia.				
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <p>O papel adquirido pela CAIXA para uso em impressoras de escritório é certificado no processo produtivo (FSC). No processo gráfico realizado por empresas terceirizadas, como por exemplo, envelopes, faturas de cartão de crédito, revistas, agendas, folheterias, calendários, dentre outros, é utilizado papel reciclado.</p>			X	
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? <p>A CAIXA solicita, em suas licitações de serviços de transporte de empregados, veículos modelo zero quilômetro, flex, com catalisadores e que venham de fábrica já com as regras estipuladas pelo CONATRAN e pelos órgãos fiscalizadores quanto aos índices aceitos de motores mais eficientes e menos poluentes.</p>			X	
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 		X		
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p>				X
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p> <p>As unidades contratadas/construídas pela CAIXA, obrigatoriamente devem possuir itens de sustentabilidade, que incluem a utilização de tecnologias que reduzam o impacto ambiental.</p>				X
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p> <p>Obs:</p> <p>Para consolidar o processo de coleta seletiva, a CAIXA constituiu a Comissão Nacional e Comissões Regionais, para atuarem com atribuições estratégicas, em nível nacional e operacional nas regiões de abrangência, tendo como membros, representantes da área de pessoas, logística, desenvolvimento urbano e rede.</p> <p>Também, foi publicado o Manual Normativo interno sobre os procedimentos da coleta seletiva com premissas, princípios, diretrizes e normas para instruir a realização da coleta nas unidades, alinhadas às legislações pertinentes.</p> <p>Assim, a CAIXA está desenvolvendo atividades de coleta seletiva adequadas ao modelo ambiental estabelecido pela Empresa, à dinâmica do trabalho e às estratégias de negócio existentes nas unidades.</p>			X	

<p>Em 2011 a CAIXA iniciou o processo de credenciamento das cooperativas/associações de catadores e também a licitação para aquisição de coletores e contêineres necessários à adequada execução da coleta seletiva na CAIXA, que se encontra em curso, em todo o país.</p> <p>Alguns municípios não possuem associações ou cooperativas de catadores. Nesses casos, a CAIXA tem orientado aos gestores das unidades, com o apoio da comissão regional, a fomentar a organização de catadores e a implantação da coleta seletiva, por meio da interlocução com outras entidades como prefeitura, ONG, secretarias, etc.</p> <p>Para capacitar os empregados a CAIXA disponibilizou o Curso Coleta Seletiva CAIXA, além disso, promoveu vários encontros, conferências, peças teatrais, a fim de sensibilizar o público interno para o tema.</p> <p>Promoveu ajuste contratual, prevendo capacitação periódica dos prestadores de serviço de limpeza sobre o tema.</p>				
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? <p>No ano de 2011 foi aperfeiçoado o sistema de gerenciamento de consumo de água e energia, objetivando mensurar o consumo individualizado das unidades e orientado aos gestores sobre a importância do consumo consciente.</p> <p>Na política de construção/locação de unidades é determinada a observação de diversos itens que contribuem para a redução de insumos de água, energia, entre outros relacionados à sustentabilidade.</p> <p>O piloto do projeto Outsourcing de Impressão foi implantado em 5 Estados proporcionando a redução do consumo de energia, tonner e papel.</p> <p>Envio de email marketing a todos os empregados com dicas para redução do consumo de energia, no âmbito da Campanha Caixa Mais Sustentável.</p>				X
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? <p>A CAIXA visando promover a conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais realizou:</p> <p>Disponibilizou na Universidade CAIXA, ambiente de educação à distância, acessível a todos os empregados da empresa os cursos: Conhecendo a Responsabilidade Social Empresarial; Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial; Responsabilidade Ambiental nos Negócios, Auditoria Ambiental e Coleta Seletiva Solidária CAIXA. No ano de 2011, 49.982 pessoas foram treinadas nos cursos de educação socioambiental.</p> <p>Em 2011 o Projeto Quintas Ambientais promoveu 6 encontros na Matriz da empresa em Brasília, com o objetivo de disseminar conhecimentos e discutir com os empregados temas voltados para preservação ambiental e sustentabilidade. Ao todo participaram dos encontros 611 empregados.</p> <p>Reedição da Campanha Nós Fazemos que teve como objetivo reconhecer e valorizar as equipes da CAIXA que trabalham as ações propostas, baseadas nas 7 dimensões CAIXA de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e nos princípios do Desenvolvimento Sustentável (DS), a seguir relacionadas: Valores, Transparência e Governança; Público Interno; Meio Ambiente; Relacionamento com Fornecedores; Clientes; Comunidade; Governo e sociedade.</p>				X

<p>Treinamento de 49 engenheiros e arquitetos da empresa em Etiquetagem Energética RTQ-C, para construção de novas unidades da empresa com a certificação do INMETRO/PROCEL para edifícios comerciais.</p> <p>Capacitação de técnico para atuar na avaliação socioambiental de clientes Pessoa Jurídica, no Curso <i>Análisis de Riesgos Ambientales y Sociales (ARAS)</i>, promovido pela Iniciativa de Finanças do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI).</p>					
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Devido à sua vocação social, produtos utilizados pela CAIXA tais como revestimentos e pisos precisam apresentar boa durabilidade. Por isso, a CAIXA define em seus padrões que todos os produtos e soluções técnicas aplicadas em suas unidades precisam possuir alto desempenho e atender às normas técnicas específicas. Além disso, os padrões desenvolvidos têm que resistir o tempo necessário para a depreciação do patrimônio.</p> <p>De uma forma geral, os contratos da CAIXA relacionados a obras ou serviços de engenharia exigem em seu escopo que as soluções definidas sejam eficientes. Em determinados itens, enfatizamos a importância de utilização de materiais e técnicas regionais, reduzindo o impacto relacionado ao transporte. Além disso, a CAIXA desenvolveu novos padrões de edificação com a utilização de sistemas construtivos industrializados, que têm reduzido o desperdício e permite a reutilização ou reciclagem de grande parte dos materiais utilizados.</p> <p>A CAIXA, em suas contratações de bens e serviços adota critérios de sustentabilidade quanto aos insumos e materiais utilizados para a execução dos serviços, tais como uso de madeiras e papéis oriundos de manejo florestal, necessidade de manutenção e regulação dos veículos automotores pelas empresas contratadas a fim de que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente (PROCONVE), e a destinação correta de combustíveis e lubrificantes e peças substituídas, como pneus e câmaras.</p>					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

ITEM 12 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. Considerações: Informamos que as áreas de TI elaboram as suas licitações baseadas em contratação de Serviços e de Aplicativos de Negócio, geralmente realizados em ambiente externo à CAIXA, sem nenhuma visibilidade interna sobre o quantitativo de pessoas envolvidas na realização das atividades objeto do contrato, inviabilizando assim o fornecimento das informações baseadas em quantitativo de pessoal terceirizado. Muito embora, ainda haja a necessidade de parte dos serviços serem realizadas em ambiente interno à CAIXA, o acompanhamento da qualidade, o controle das atividades e dos resultados, bem como a remuneração associada às entregas, são realizados através de indicadores de performance e ferramentas de monitoração e de gestão, sempre através da interação com preposto da terceirizada alocado exclusivamente para este fim. Devido uma nova estruturação da área de tecnologia da informação, houve a redução dos servidores Caixa de 6.179 informado no ano de 2010 para atuais 2.948 servidores.					Servidores Caixa: 2.948
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ. Considerações: Conforme informado no Quesito 4 desta tabela, sobre a impossibilidade do levantamento da quantidade de pessoal terceirizado atuando nas atividades de TI da CAIXA, informamos que a obtenção do percentual de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ requer uma análise profunda, não sendo disponível no para este relatório.					Vide considerações à esquerda.
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais					

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DIRETOR Nº 5832/2012 #20

Dispõe sobre as Demonstrações Contábeis e a Execução Orçamentária do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, referentes ao exercício de 2011.

O Conselho Diretor da Caixa Econômica Federal, em reunião realizada em 13 de março de 2012, em atendimento ao Art. 24, inciso V, alíneas “b” e “c”, do Decreto nº 6.473, de 05 de junho de 2008, que aprovou o Estatuto da CAIXA, e no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º **Aprovar** as Demonstrações Contábeis e declarar-se ciente da Execução Orçamentária do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, referentes ao exercício de 2011.

Art. 2º **Apresentar** a matéria para:

I - deliberação do Conselho de Administração, conforme dispõe o Art. 18, inciso XI, alínea “e” do Estatuto da CAIXA;

II - análise do Conselho Fiscal, conforme dispõe o Art. 42, inciso IV do Estatuto da CAIXA.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Brasília, 13 de março de 2012.


JORGE FONTES HEREDA
Presidente

Ao
CONSELHO DIRETOR

Ementa: Submete à apreciação as Demonstrações Contábeis do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, referentes ao exercício de 2011 e apresenta a Execução Orçamentária para conhecimento.

Senhor Presidente,
Senhores Vice-Presidentes,

- 1 Em cumprimento ao disposto no art. 24, inciso V, alíneas “b” e “c” do Estatuto da CAIXA, submetemos à apreciação desse Conselho, com voto favorável do Vice-Presidente signatário à sua aprovação e posterior encaminhamento para os fins previstos nos art. 18, inciso XI, alínea “e” e art. 42 daquele instrumento legal, o Balancete do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, referente ao exercício de 2011, assim como a Execução Orçamentária, para conhecimento.
- 2 O FDS foi criado pelo Decreto nº 103, de 22/04/91, com a finalidade de financiar projetos de investimentos de relevante interesse social e iniciativas de empresas ou entidades do setor privado, nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários.
 - 2.1 A Resolução CCFDS nº 121, de 09 de janeiro de 2008, regulamentada pela IN nº 14, de 25 de março de 2008, alterada pela IN nº 15 de 03 de abril de 2008, conferiu nova disciplina ao Programa Crédito Solidário, voltando-o ao atendimento às necessidades habitacionais da população de baixa renda organizada em cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, visando à produção e aquisição de novas habitações, à conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física.
 - 2.2 Conforme mencionado no item 2 da CI GN Contabilidade de Entidades Sociais e Fundos de Investimento 022/12, Anexo I, houve a necessidade de ajuste na política contábil adotada com conseqüentes reflexos nos saldos das contas de Resultado, Passivo e Patrimônio Líquido, relativa aos subsídios concedidos do Programa Habitacional Popular – PHP - Entidades Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

- 3 O resultado líquido apurado pelo FDS, no exercício, foi de R\$ 110.361 mil proveniente das receitas e despesas apresentadas abaixo:

Demonstrações de Resultados	Realizado 2010	Orçado 2011 (A)	Realizado 2011 (B)	(%) (B/A)
RECEITAS OPERACIONAIS	81.965	122.281	136.989	112,03
Operações de Crédito	1.886	2.058	3.137	152,43
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	76.333	87.846	100.662	114,59
Títulos e Valores Mobiliários	3.459	19.077	4.372	22,92
Outras Receitas Operacionais	287	13.300	28.818	216,68
DESPESAS OPERACIONAIS	(26.837)	(338.799)	(26.628)	7,86
Despesas de Provisão p/ Perdas - PMCMV	1.323	(210.887)	-	-
Despesas com Desconto PMCMV	-	(91.393)	-	-
Comissões e Tarifas	(28.151)	(36.519)	(13.802)	37,79
Tx de Administração - CAIXA	(12.952)	(7.200)	(7.794)	108,25
Tx Administração - PCS/NPCS Ag. Financ.	(613)	(5.786)	(920)	15,90
Tx de Equilíbrio	(348)	(2.400)	(325)	13,54
Tx Administração PMCMV - Ag. Operador	(1.449)	-	-	-
Tx Administração PMCMV - Ag. Financ.	(12.789)	(21.133)	(4.763)	22,54
Outras Despesas Operacionais	(9)	-	(12.826)	-
RESULTADO LÍQUIDO	55.128	(216.518)	110.361	(50,97)

Fonte : Balancete FDS

- 3.1 As receitas operacionais apresentaram realização de 12,03% acima do orçado, devido, principalmente, aos itens aplicação interfinanceira de liquidez e outras receitas operacionais.
- 3.1.1 O item outras receitas operacionais foi impactado, sobretudo, pela receita de subvenção, motivado pela finalização dos empreendimentos do PMCMV.
- 3.2 As despesas operacionais realizaram 7,86% do valor orçado, em função, principalmente, da mudança contábil mencionada no item 2.2, que implicou a não realização das despesas de provisão e de desconto do PMCMV previstas no orçamento.
- 4 O Fundo registrou ativo total de R\$ 1.461.014 mil, 72,90% do valor esperado para 2011.

Balanco Patrimonial	Realizado 2010	Orçado 2011 (A)	Realizado 2011 (B)	(%) (B/A)
ATIVO				
CIRCULANTE E REALIZÁVEL	1.380.487	2.004.068	1.461.014	72,90
Depósitos Bancários	560.686	1.304.326	511.727	39,23
Depósitos Remunerados na CAIXA	208.459	225.530	245.448	108,83
Depósito Conta Remunerada - FDS/PMCMV	349.993	1.064.281	262.505	24,67
Dep. Rem. na CAIXA - FDS/PMCMV-DFI	2.234	14.515	3.774	26,00
Aplicação Interfinanceira de Liquidez/TVM	398.346	161.000	426.287	264,77
Operações de Crédito	404.739	517.376	507.405	98,07
Outros Créditos	5.254	10.403	4.747	45,63
Outros Valores e Bens	11.462	10.963	10.848	98,95
PASSIVO				
Depósitos à Vista	32	29	0	-
Credores Diversos	414.490	12.297	384.688	-
Patrimônio Líquido Ajustado	965.965	1.991.742	1.076.326	54,04
TOTAL DO PASSIVO	1.380.487	2.004.068	1.461.014	72,90

1 - O valor de Fundo de Liquidez inclui Certificados de Depósitos Bancários e parte do saldo de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.

VO CAIXA/SN Contabilidade e Tributos/SN Monitoramento e Avaliação
de Resultados 112/12#20

FL. 3

- 4.1 Observa-se que os depósitos bancários apresentaram realização de R\$ 511.727 mil, 39,23% do orçado para 2011, devido, principalmente, ao fato da elaboração do orçamento ter considerado que seriam repassados R\$ 820.000 mil de recursos da União.
- 4.2 Os credores diversos apresentaram realização de R\$ 372.391 mil superior ao orçado devido, principalmente, à reclassificação do aporte de recursos da União ocorrido no mês de janeiro, conforme subitem 2.2.
- 5 Apresentamos as contratações e os desembolsos relativos ao FDS/PCS e PHP - MCMV:

FDS/PCS	abr/2004 a dez/2010 realizado		Orçado 2011	Realizado 2011		abr/2004 a dez/2011 realizado		R\$ mil (%)
	Quant. Unid.	Valor	Valor (A)	Quant. Unid.	Valor (B)	Quant. Unid.	Valor	
								(B/A)
Contratações PCS	337	433.716	78.800	3	8.410	340	442.126	10,67
Cancelamento de Contrato	-	-	-	-2	(3.500)	-2	(3.500)	
Total de Contratos PCS	337	433.716	78.800	1	4.910	338	438.626	
Desembolsos PCS	0	362.438	39.400	0	33.909	0	396.347	86,06
Contratações PHP - MCMV	69	208.074	820.000	33	102.521	102	310.595	12,50
Desembolsos PHP - MCMV	0	69.574	467.467	0	108.653	0	178.227	23,24

Obs.: Quantidade de Unidade é igual a Empreendimentos.
Fonte: GN Seguros e Fundos Habitacionais

- 6 Anexos:
Anexo I - CI GN Contabilidade de Entidades Sociais e Fundos de Investimento 022/12;
Anexo II – Demonstrações Contábeis – Exercício 2011;
Anexo III – Parecer dos Auditores Independentes;
Anexo IV – Relatório de Auditoria Interna.

LORE MANICA RIBEIRO
Superintendente Nacional
SN Monitoramento e Avaliação de Resultados

MARCOS BRASILIANO ROSA
Superintendente Nacional
SN Contabilidade e Tributos

RAPHAEL REZENDE NETO
Vice-Presidente
VP Controladoria e Riscos

À
SUCON
C/Cópia à GESEF

Assunto: Demonstrações Contábeis do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS - Exercício/2011

Senhor Superintendente

- 1 Encaminhamos a V.S^a. as Demonstrações Contábeis do FDS, referentes ao exercício de 2011, para apreciação, e posterior envio ao Conselho Diretor, nos termos do disposto no art. 24, inciso VI, alínea “b” do Estatuto da CAIXA.

- 1.1 Seguem abaixo os comentários dos principais itens patrimoniais e de resultado e, em anexo, os documentos a seguir relacionados:
 - . Balancete;
 - . Balanço Patrimonial;
 - . Demonstração do Resultado do Exercício;
 - . Demonstrações da Evolução do Patrimônio Líquido;
 - . Notas Explicativas;
 - . Relatório dos Auditores Independentes;
 - . Relatório de Auditoria Interna.

2 No mês de janeiro/11, houve a necessidade de alteração na política contábil relativa aos subsídios do Programa Habitacional Popular – PHP – Entidades – Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, com recursos do FDS, que corresponde à parcela resultante da diferença entre o valor pago pelo imóvel no âmbito PHP – Entidades – PMCMV e o valor presente do financiamento ao beneficiário final. A dotação recebida da União para aplicação no PHP – Entidades – PMCMV é reconhecida como passivo até que o Programa cumpra a obrigação de entregar o imóvel ao beneficiário final, momento no qual é baixado contra resultado (receita), para contrapor o reconhecimento da despesa referente ao subsídio concedido.

3 Neste exercício, o FDS demonstrou Ativo no valor de R\$ 1.461.014 mil, conforme relacionado abaixo:

ATIVO	Exerc./2011	Exerc./2010	R\$ milhares	
			Variação	Variação%
		Nota 2 (e)		
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	1.461.014	1.380.487	80.527	5,83
DEPÓSITOS BANCÁRIOS	511.727	560.686	(48.959)	(8,73)
Depósitos Remunerados na CAIXA	245.448	208.459	36.989	17,74
Dep. Rem. na CAIXA-FDS/PMCMV ⁽¹⁾	262.442	349.993	(87.551)	(25,02)
Dep. Rem. na CAIXA-FDS/PMCMV-DFI ⁽²⁾	3.774	2.234	1.540	68,93
Dep.Rem. na CAIXA-FDS/PMCMV-RETORNO	63	0	63	0,00
APLIC INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	384.048	360.201	23.847	6,62
Letras Financeiras do Tesouro	384.048	360.201	23.847	6,62
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	42.239	38.145	4.094	10,73
Certificados de Depósito Bancário	42.239	38.145	4.094	10,73
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	507.405	404.739	102.666	25,37
Financiamentos Habitacionais - FDS ⁽³⁾	15.712	19.111	(3.399)	(17,79)
Financiamentos Habitacionais - PCS ⁽⁴⁾	176.172	219.394	(43.222)	(19,70)
Financiamentos Habitacionais - Novo PCS ⁽⁵⁾	149.845	96.661	53.184	55,02
Financiamentos Habitacionais - PMCMV	165.676	69.573	96.103	138,13
OUTROS CRÉDITOS	4.747	5.254	(507)	(9,65)
Remuneração a Receber	4.747	5.254	(507)	(9,65)
OUTROS VALORES E BENS	10.848	11.462	(614)	(5,36)
Despesas Antecipadas c/ Novo PCS - Tx Adm	10.848	11.462	(614)	(5,36)
TOTAIS	1.461.014	1.380.487	80.527	5,83

- (1) PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida.
(2) DFI – Danos Físicos no Imóvel.
(3) FDS – Fundo de Desenvolvimento Social.
(4) PCS – Programa Crédito Solidário.
(5) Novo PCS – Novo Programa Crédito Solidário

3.1 A variação negativa de R\$ 48.959 mil, em Depósitos Bancários na CAIXA, está demonstrada no item 11 desta CI.

- 3.2 A variação positiva de R\$ 23.847 mil, equivalente a 6,62%, em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, decorreu da movimentação a seguir:

R\$ milhares

EVENTO	ENTRADA	SAÍDA	VARIAÇÃO
Compra com Revenda	34.317.930		34.317.930
Revenda		(34.335.024)	(34.335.024)
Efetivação da Renda a Apropriar	40.941		40.941
Totais	34.358.871	(34.335.024)	23.847

- 3.3 A Reserva de Liquidez do FDS é composta de 10% em títulos⁽⁶⁾, sendo 50% em Títulos Públicos e 50% em Títulos de Emissão da CAIXA, conforme a seguir demonstrado:

R\$ milhares

	Exerc./2011	Exerc./2010
Títulos Públicos Federais	21.314	19.917
Certificados de Depósito Bancário	21.314	19.917
Totais	42.628	39.836

(6) Base de Cálculo - somatório das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários.

- 3.4 A variação positiva de R\$ 4.094 mil, equivalente a 10,73%, em Títulos e Valores Mobiliários (nota explicativa 5 em anexo), decorreu da seguinte movimentação:

R\$ milhares

EVENTO	ENTRADA	SAÍDA	VARIAÇÃO
Compra Final	162.000	-	162.000
Venda Final	-	(162.278)	(162.278)
Rendimento - TRF	4.372	-	4.372
Totais	166.372	(162.278)	4.094

- 3.5 A variação positiva de R\$ 102.666 mil, equivalente a 25,37%, em Operações de Crédito (nota explicativa 6 em anexo), decorreu de novas liberações de parcelas de empréstimos, das amortizações dos projetos habitacionais, das atualizações monetárias, conforme demonstração abaixo:

	R\$ milhares	
	Exerc./2011	Exerc./2010
		Nota 2 (e)
FDS	(3.399)	(3.426)
Amortização/Juros	(3.713)	(3.693)
Atualização Monetária/juros	314	267
PCS	(43.222)	2.060
Empréstimo	7.958	11.647
Amortização	(21.365)	(11.616)
Atualização Monetária	3.095	(25)
Carência	0	2.050
Condicionais	0	4
Migração	(32.910)	0
NOVO PCS	53.184	22.767
Empréstimo	22.393	22.269
Conta Equalizadora	0	0
Amortização por Transferência na Migração	32.910	1.137
Atualização Monetária	508	359
Amortização	(2.512)	(998)
Carência	0	0
Condicionais	0	0
Bônus Concedido	(115)	0
PMCMV	96.103	68.942
Amortização	(42)	0
Atualização Monetária	(9)	0
Empréstimo	108.653	67.618
Bônus Concedido	(3)	0
Provisão para Perda (-)	0	1.324
Subsídio Concedido	(12.496)	0
Totais	102.666	90.343

3.6 Em Outros Créditos, a variação negativa de R\$ 507 mil, equivalente a (9,65)%, decorreu da diminuição dos rendimentos a receber sobre os depósitos na CAIXA, em virtude da redução dos índices utilizados para as rendas auferidas.

3.7 Em Outros Valores e Bens, a variação negativa de R\$ 614 mil refere-se à apropriação das despesas com taxas de administração, efetuada conforme rotina mensal de diferimento.

4 O Passivo e o Patrimônio Líquido totalizaram R\$ 1.461.014 mil, conforme abaixo relacionado:

R\$ milhares

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exerc./2011	Exerc./2010	Variação	Variação%
		Nota 2 (e)		
PASSIVO	384.688	414.522	(29.834)	(7,20)
DEPÓSITOS A VISTA	0	32	(32)	(100,00)
Saldos Cred. Habitação, Saneam. e Des. Urb	0	32	(32)	(100,00)
CREDORES DIVERSOS	384.688	414.490	(29.802)	(7,19)
Taxas e Tarifas a Repassar	1.327	1.359	(32)	(2,35)
Outros Credores	2	2	0	0,00
Dotação União - PMCMV	381.547	400.000	(18.453)	(4,61)
Taxas Admin a Pagar Ag. Financ- PMCMV	1.812	13.129	(11.317)	(86,20)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.076.326	965.965	110.361	11,42
CAPITAL SOCIAL	1.076.326	965.965	110.361	11,42
Pessoa Jurídica	4.923	4.923	0	0,00
Crédito Solidário	147.608	147.608	0	0,00
Fundo Conta Geral	923.795	813.434	110.361	13,57
TOTAIS	1.461.014	1.380.487	80.527	5,83

4.1 Em Depósitos à Vista, a variação negativa de R\$ 32 mil refere-se a saldos credores de financiamentos relativos ao exercício anterior devidos em razão de regularização de prestações pagas quando da alteração na carência de contratos do PCS e apropriados no exercício quando do pagamento das atualizações monetárias dos contratos durante o prazo de carência.

4.2 Os Credores Diversos apresentaram variação negativa de R\$ 29.802 mil, em virtude basicamente, da apropriação da receita com subvenção, motivado pela finalização dos empreendimentos do PMCMV e da taxa de administração referente ao PMCMV paga ao Agente Financeiro no exercício.

4.3 O Patrimônio Líquido (nota explicativa 9 em anexo) registrou um aumento de R\$ 110.361 mil, equivalente a 11,42%, decorrente do resultado apurado neste exercício e dos efeitos produzidos pela mudança da política contábil em janeiro/2011, conforme descrito no item 2 desta CI.

- 5 O FDS apurou no exercício resultado positivo de R\$ 110.361 mil, com aumento de R\$ 55.233 mil em relação ao exercício anterior, proveniente das receitas e despesas que apresentamos a seguir:

	R\$ milhares			
	Exerc./2011	Exerc./2010	Variação	Variação%
		Nota 2 (e)		
RECEITAS OPERACIONAIS	136.989	81.965	55.024	67,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.137	1.886	1.251	66,33
Rendas de Financ. Imobiliários	3.137	1.886	1.251	66,33
APLIC INTERFINANC. DE LIQUIDEZ	100.662	76.333	24.329	31,87
Rdas de Aplic Op. Compromissadas	100.662	76.333	24.329	31,87
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4.372	3.459	913	26,39
Rendas de Títulos de Renda Fixa	4.372	3.459	913	26,39
OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS	28.818	287	28.531	9.941,11
Reversão de Provisões Operacionais	3.459	0	3.459	0,00
Receita com Subvenção	18.453	0	18.453	0,00
Receitas Eventuais	6.906	287	6.619	2.306,27
DESPESAS OPERACIONAIS	26.628	26.837	(209)	(0,78)
DESP. DE PROV. P/PERDAS - PMCMV	0	(1.323)	1.323	(100,00)
COMISSÕES E TARIFAS	13.802	28.151	(14.349)	(50,97)
Tx de Administração-CAIXA	7.794	12.952	(5.158)	(39,82)
Tx Administração-Créd. Solidário	325	348	(23)	(6,61)
Tx Administração-PCS Ag. Financ.	306	0	306	0,00
Tx Administração-NPCS Ag. Financ.	614	613	1	0,16
Tx Administração-PMCMV - Ag. Operador	0	1.449	(1.449)	(100,00)
Tx Administração-PMCMV Ag. Financ.	4.763	12.789	(8.026)	(62,76)
DESPESAS COM SUBSÍDIOS - PMCMV	12.496	0	12.496	0,00
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	330	9	321	3.566,67
RESULTADOS LÍQUIDOS	110.361	55.128	55.233	100,19

5.1 A variação positiva de R\$ 55.024 mil nas receitas refere-se, basicamente:

- a receita com subvenção, motivado pela finalização dos empreendimentos do PMCMV;
- a reversão de provisões operacionais, em função de ajuste efetuado no mês de out/2011, relativo aos períodos de agosto a outubro/2011, decorrente da nova legislação (resoluções CCFDS nº 182 e 183, de 2011) que motivou a revisão dos cálculos da provisão de taxa de administração do PMCMV.

5.2 As despesas operacionais apresentaram variação negativa de R\$ 209 mil em razão, basicamente:

- da despesa com subsídio em função da finalização dos empreendimentos do PMCMV e início do retorno dos financiamentos.
- da diminuição das comissões e tarifas, motivado pela regularização de provisão de taxa de administração do PMCMV referente à compra direta do terreno e desenvolvimento do projeto, firmados pelas Entidades Organizadoras, relativo aos períodos de agosto/10 a setembro/11, em função da revisão dos cálculos destas taxas, conforme legislação CCFDS Resoluções CCFDS nº 182 e nº 183, de 2011.

6 As contas de compensação apresentaram os seguintes valores:

	R\$ milhares			
	Exerc./2011	Exerc./2010	Varição	Varição%
CONTAS DE COMPENSAÇÃO - ATIVO	220.386	370.188	(149.802)	(40,47)
Títulos para Negociação	42.239	38.145	4.094	10,73
Valores Contratados a Liberar	45.779	71.278	(25.499)	(35,77)
Valores Contratados a Liberar - PMCMV	132.368	138.500	(6.132)	(4,43)
Financiamentos NPCS	0	122.265	(122.265)	(100,00)
CONTAS DE COMPENSAÇÃO - PASSIVO	220.386	370.188	(149.802)	(40,47)
Títulos para Negociação	42.239	38.145	4.094	10,73
Valores Contratados a Liberar	45.779	71.278	(25.499)	(35,77)
Valores Contratados a Liberar - PMCMV	132.368	138.500	(6.132)	(4,43)
Financiamentos NPCS	0	122.265	(122.265)	(100,00)

7 Segue, abaixo, relação de alguns indicadores do FDS:

INDICADOR	COMPOSIÇÃO	Exerc./2011	Exerc./2010
Retorno Líquido	Lucro Líquido/Receita Total	0,81	0,67
Remuneração dos Ativos	Receita total/Ativo Total	0,09	0,06
Relação Cap.Terc. s/ Cap.Próprio	Circulante e Exigível/PL Ajust.	0,36	0,43

7.1 As variações verificadas nos indicadores foram decorrentes do resultado obtido no período.

8 Apresentamos, adiante, o comportamento do patrimônio líquido ajustado e das operações de crédito dos últimos doze meses, com os ajustes descritos na nota explicativa 2 (e):

8.1 Patrimônio Líquido

Período	Patrimônio Líquido Anterior	Aporte da união	Resgate de cotas	Patrimônio Líquido Atual	Resultado	R\$ milhares	
						Patrimônio Líquido Atual Ajustado	PL do Exercício Anterior Ajustado
jan/11	965.965			965.965	49.233	1.015.198	1.113.157
fev/11	965.965	-	-	965.965	56.340	1.022.305	1.115.529
mar/11	965.965	-	-	965.965	63.929	1.029.894	1.114.370
abr/11	965.965	-	-	965.965	72.002	1.037.967	1.115.172
mai/11	965.965	-	-	965.965	82.537	1.048.502	1.118.022
jun/11	965.965	-	-	965.965	92.784	1.058.749	1.122.232
jul/11	965.965	-	-	965.965	98.686	1.064.651	1.110.837
ago/11	965.965	-	-	965.965	112.587	1.078.552	1.221.511
set/11	965.965	-	-	965.965	121.053	1.087.018	1.223.539
out/11	965.965	-	-	965.965	132.311	1.098.276	1.322.034
nov/11	965.965	-	-	965.965	140.063	1.106.028	1.324.364
dez/11	965.965			965.965	110.361	1.076.326	965.965

8.2 Operações de Crédito

Período	Saldo Anterior	Atualiz. Monet.	Desembolso	Amortização	Ajustes	Subsídio	R\$ milhares
							Saldo Atual
jan/11	361.973	215	13.504	(1.409)	42.767	0	417.050
fev/11	417.050	151	8.397	(1.979)	0	0	423.619
mar/11	423.619	372	12.434	(3.572)	0	0	432.853
abr/11	432.853	127	14.119	(4.467)	0	0	442.632
mai/11	442.632	865	20.895	(14.787)	0	0	449.605
jun/11	449.605	(159)	20.350	(14.174)	0	0	455.622
jul/11	455.622	1.008	18.551	(8.739)	0	0	466.442
ago/11	466.442	517	13.118	(2.015)	0	0	478.062
set/11	478.062	258	12.655	(1.310)	0	0	489.665
out/11	489.665	163	7.934	(1.386)	0	0	496.376
nov/11	496.376	216	4.553	(1.416)	0	0	499.729
dez/11	499.729	174	22.061	(2.063)	0	(12.496)	507.405
	361.973	3.907	168.571	(57.317)	42.767	(12.496)	507.405

9 Segue a descrição das principais contas do FDS:

CONTA	DESCRIÇÃO
DISPONIBILIDADES	Correspondem aos valores dos Depósitos Remunerados na CAIXA, referentes ao Programa Crédito Solidário, do Novo Programa Crédito Solidário, do Programa Minha Casa Minha Vida e são remunerados pela taxa SELIC.
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	Correspondem às aplicações em operações compromissadas.
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	São aplicações em títulos de renda fixa.
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	<p>Representam os financiamentos feitos à CAIXA conforme Resoluções do Conselho Curador do FDS, destinados a financiamentos de projetos habitacionais. Em 29/06/2001, os mesmos foram transferidos da CAIXA para EMGEA, conforme contrato celebrado entre as partes.</p> <p>Correspondem, também, aos financiamentos concedidos ao Agente Financeiro CAIXA, referente ao Programa Crédito Solidário.</p> <p>Por meio da Resolução CCFDS nº 121, de 09 de janeiro de 2008, regulamentada pela IN nº 14, de 25 de março de 2008, alterada pela IN nº 15 de 03 de abril de 2008, o Programa de Crédito Solidário foi reformulado, surgindo o Novo Programa Crédito Solidário, voltado ao atendimento às necessidades habitacionais da população de baixa renda organizada em cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, visando a produção e aquisição de novas habitações, a conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física.</p> <p>Representam, ainda, os financiamentos do Programa Minha Casa Minha Vida.</p>
NOVO PROGRAMA CRÉDITO SOLIDÁRIO – VALORES A RECEBER	Registra os valores a serem recebidos, dos mutuários finais, por meio do sistema SIACI, de financiamentos concedidos com recursos do Novo Programa de Crédito Solidário, liberados de acordo com o cronograma de desembolso.
DESPESAS ANTECIPADAS COM NOVO PCS – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	Referem-se às taxas de administração, a serem pagas ao agente financeiro, sobre o valor das contratações com recursos do Novo Programa de Crédito Solidário.
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS - PAÍS	Referem-se a Valores a Pagar aos agentes financeiros, atualizados mensalmente, devido a acertos de prestações pagas quando da alteração na carência de alguns contratos do PCS e que estão sendo apropriados quando do pagamento das atualizações monetárias, dos referidos contratos, durante o prazo de carência e também às obrigações do Fundo para. fazer face às amortizações dos financiamentos, registradas de acordo com às liberações de recursos onerosos e não onerosos e que serão baixados pelo SIAPF, quando da devolução desses recursos ao Fundo.
TAXAS E TARIFAS A REPASSAR	Referem-se às taxas a serem pagas ao agente financeiro e operador do PCS, na apresentação, pelos agentes, de comprovação de direitos junto ao Fundo.

CONTA	DESCRIÇÃO
OUTRAS OBRIGAÇÕES	Referem-se a Créditos a Apropriar - CRAPO, instrumento utilizado pelo administrador para manter o equilíbrio do patrimônio e a linearidade das cotas.
CAPITAL SOCIAL	Está constituído por 3% (três por cento) do patrimônio líquido do ex-Fundo de Aplicação Financeira – FAAF, bem como pelos recursos do Programa Crédito Solidário.
RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Correspondem às rendas de financiamentos dos projetos habitacionais, atualização monetária e juros.
RENDAS DE APLICAÇÕES INTERF. DE LIQUIDEZ	Referem-se às rendas de aplicações em operações compromissadas e disponibilidades do FDS.
RENDAS COM TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	É a rentabilidade dos papéis que compõem a carteira de títulos no exercício.
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	Correspondem aos ajustes positivos de patrimônio registrados transitoriamente, para manter a linearidade das cotas, reversão de provisões operacionais, devolução de taxas pelo Agente Financeiro na renegociação e receita de subvenção quando da finalização dos empreendimentos e início do retorno dos financiamentos.
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	Correspondem aos ajustes negativos de patrimônio registrados transitoriamente, para manter a linearidade das cotas, a taxa de administração, que é calculada à base de 2% a.a. sobre o Patrimônio Líquido mais Carteira Administrada de Subsídio, apropriada e repassada a cada dia útil à administradora – CAIXA, bem como as taxas de administração e equilíbrio do agente financeiro e taxa de risco do agente operador, referentes ao Programa de Crédito Solidário .
DESPESAS OPERACIONAIS	Correspondem às Atualizações Monetárias sobre as obrigações com contratos do Novo Programa Crédito Solidário.

10 As subcontas do FDS que têm contrapartida com as da CAIXA encontram-se conciliadas e sem diferenças.

11 Segue a movimentação das disponibilidades do FDS dos últimos dois exercícios:

	R\$ milhares			
	Exerc./2011	Exerc./2010	Variação	Var. %
ENTRADAS	34.591.125	36.397.612	(1.806.487)	(4,96)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	34.375.114	35.803.938	(1.428.824)	(3,99)
Tít. e Valores Mob.e Instrum. Financ. Deriv	122.187	339.339	(217.152)	(63,99)
Operações de Crédito	28.395	15.454	12.941	83,73
Rendimentos	59.684	38.880	20.804	53,51
Devolução de Tx de Risco	1.002	0	1.002	0,00
Devolução de Tx de Equilíbrio	2.940	0	2.940	0,00
Devolução de Tx de Administração	238	0	238	0,00
Devolução Recursos/TR/SELIC	418	0	418	0,00
Multa - Renegociação	4	0	4	0,00
Aporte da União	0	200.000	(200.000)	(100,00)
Acerto Remuneração	1.143	0	1.143	0,00
SAÍDAS	(34.640.084)	(36.185.135)	1.545.051	(4,27)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(34.357.929)	(35.732.432)	1.374.503	0,00
Tít. e Valores Mob.e Instrum. Financ. Deriv	(122.000)	(335.934)	213.934	10.127,58
Custeio Administrativo	(20.507)	(14.865)	(5.642)	720,71
Operações de Crédito	(138.873)	(101.904)	(36.969)	(79,88)
Taxa de Equilíbrio	(304)	0	(304)	0,00
Taxa de Risco de Crédito	0	0	0	0,00
Taxa de Administração - Ag. Financeiro	(270)	0	(270)	0,00
Taxa de Formalização de Contrato	(201)	0	(201)	0,00
VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	(48.959)	212.477	(261.436)	(100,09)
SALDO ANTERIOR	560.686	348.209	212.477	(114,06)
SALDO ATUAL	511.727	560.686	(48.959)	(8,73)

Atenciosamente

KARLA HANDRÉA FARAY MELO
Gerente Executivo
GN Contabilidade de Entidades Sociais e Fundos de Investimento

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES
Gerente Nacional
GN Contabilidade de Entidades Sociais e Fundos de Investimento

25/01/2012 PZ.ARQ: 30A
18:33:00
ENTIDADE : FDS

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANÇETE MENSAL ATIVO

PAG. 1
FDS621SA - #10
REF: 12.2011

CODIGO	DV	NOME		
1	-7	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		1.461.013.920,90
1.1	-4	DISPONIBILIDADES		511.727.941,25
1.1.2	-0	DEPOSITOS BANCARIOS		511.727.941,25
1.1.2.20	-8	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA		245.448.080,80
1.1.2.20.10	-3	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA		245.448.080,80
1.1.2.20.10.06	-2	DEPOSITOS REMUNERADOS CAIXA-OUTR FUNDOS	245.448.080,80	
1.1.2.30	-1	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA		266.279.860,45
1.1.2.30.30	-8	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA		266.279.860,45
1.1.2.30.30.07	-5	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA - FDS/PMCMV	262.442.164,48	
1.1.2.30.30.08	-3	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA - FDS/PMCMV- DFI	3.774.461,07	
1.1.2.30.30.14	-8	DEPOSITOS REMUN. NA CAIXA - FDS/PMCMV - RETORNO	63.234,90	
1.2	-1	APLICACOES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		384.047.671,43
1.2.1	-0	APLICACOES EM OPERACOES COMPROMISSADAS		384.047.671,43
1.2.1.10	-3	REVENIDAS A LIQUIDAR-POSICAO BANCADA		384.047.671,43
1.2.1.10.03	-2	LETRAS FINANC TESOUREO-REV A LIQ-POS BANC		377.229.342,02
1.2.1.10.03.01	-0	LFT - REV A LIQUIDAR/POS BANCADA	377.384.921,95	
1.2.1.10.03.11	-8	LFT - RENDAS A APROPRIAR/-/	-155.579,93	
1.2.1.10.07	-8	NOTAS DO TESOUREO NACIONAL - REV A LIQ - POS BANC		6.818.329,41
1.2.1.10.07.01	-6	NTN - REV A LIQUIDAR/PB	6.821.126,81	
1.2.1.10.07.11	-3	NTN - RENDAS A APROPRIAR/-/	-2.797,40	
1.3	-9	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		42.238.967,40
1.3.1	-7	LIVRES		42.238.967,40
1.3.1.10	-0	TITULOS DE RENDA FIXA		42.238.967,40
1.3.1.10.25	-3	CERTIFICADOS DE DEPOSITO BANCARIO		42.238.967,40
1.3.1.10.25.01	-1	CERTIFICADOS DE DEPOSITO BANCARIO	42.238.967,40	
1.6	-0	OPERACOES DE CREDITO		507.404.889,58
1.6.4	-3	FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS		507.404.889,58
1.6.4.30	-4	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS		507.404.889,58
1.6.4.30.10	-0	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS		506.911.985,43
1.6.4.30.10.03	-4	FINANC IMOB ST PUBL - RESIDENCIAL	191.693.155,07	
1.6.4.30.10.08	-5	FINANC HAB COM DIVIDA NEGATIVA	331,11	
1.6.4.30.10.15	-8	FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL/NOVO PCS	149.571.554,94	
1.6.4.30.10.16	-6	FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL/PMCMV-FDS	165.646.944,31	
1.6.4.30.12	-2	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS - VALORES A RECEBER		237.444,87
1.6.4.30.12.03	-7	FINANC IMOB ST PUBL - RESIDENCIAL/VLRS A RECEBER	-2.888,69	
1.6.4.30.12.15	-0	FINANC IMOBILIARIO-RESID/REC FDS-VLRS A RECEBER	215.255,96	
1.6.4.30.12.16	-9	FINANC IMOBILIARIO-RESID/REC PMCMV VLR A RECEBER	25.077,60	
1.6.4.30.14	-5	FINANCIAMENTOS HAB-PAG/REC CONDICIONAIS (-)		-3.608,96
1.6.4.30.14.02	-1	FINANC IMOB ST PUBL - RESID/REC CONDICIONAIS	-3.608,96	
1.6.4.30.16	-8	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS - RDA A INCORPORAR		259.068,24
1.6.4.30.16.03	-2	FINANC IMOB ST PUBL - RESIDENCIAL/RDAS A INCORP	255.338,57	
1.6.4.30.16.04	-0	FINANC HABIT - VALORES A RECEBER - RDA A INCORP	21,04	
1.6.4.30.16.05	-9	FINANC HABIT -PAG/REC CONDIC-RDA A INCORPORAR(-)	-113,96	
1.6.4.30.16.16	-4	FIN IMOB ST PUBL-RESID REC.FDS-PMCMV/RDAS INCORP	3.822,59	
1.8	-5	OUTROS CREDITOS		4.746.542,46
1.8.3	-0	RENDAS A RECEBER		4.746.542,46
1.8.3.30	-0	REMUNERACAO A RECEBER		4.746.542,46
1.8.3.30.10	-6	REMUNERACAO A RECEBER		4.746.542,46

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

25/01/2012 PZ.ARQ: 30A
18:33:00

CE F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
B A L A N C E T E M E N S A L A T I V O

PAG. 2
FDS621SA - #10
REF: 12.2011

CODIGO	DV	NOME			
1.8.3.30.10.01-4		RENDIMENTOS DEPOSITOS NA CAIXA A RECEBER	2.233.279,12		
1.8.3.30.10.16-2		RENDIMENTOS A RECEBER S/RECURSOS PMCMV	2.513.263,34		
1.9	-2	OUTROS VALORES E BENS		10.847.908,78	
1.9.9	-6	DESPESAS ANTECIPADAS		10.847.908,78	
1.9.9.10	-0	DESPESAS ANTECIPADAS		10.847.908,78	
1.9.9.10.21	-7	DESPESAS ANTECIPADAS - FDS		10.847.908,78	
1.9.9.10.21.01-5		DESPESAS ANTECIPADAS C/NOVO PCS-TXADMINISTRACAO	10.847.908,78		
3	-0	COMPENSACAO		220.385.949,70	
3.0	-0	COMPENSACAO		220.385.949,70	
3.0.3	-4	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		42.238.967,40	
3.0.3.30	-5	TITULOS PARA NEGOCIACAO		42.238.967,40	
3.0.3.30.60	-8	TITULOS EMITIDOS POR INST FINANC-RENDA FIXA		42.238.967,40	
3.0.3.30.60.01-6		TITULOS EMITIDOS POR INST FINANC-RENDA FIXA	42.238.967,40		
3.0.8	-5	CONTRATOS		178.146.982,30	
3.0.8.40	-0	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		178.146.982,30	
3.0.8.40.10	-5	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		178.146.982,30	
3.0.8.40.10.01-3		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	45.778.688,03		
3.0.8.40.10.03-0		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR- PMCMV	132.368.294,27		
8	-1	CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS		26.628.362,99	
8.1	-9	DESPESAS OPERACIONAIS		26.628.362,99	
8.1.9	-2	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		26.628.362,99	
8.1.9.94	-3	COMISSOES E TARIFAS		13.802.121,35	
8.1.9.94.10	-9	COMISSOES E TARIFAS		13.802.121,35	
8.1.9.94.10.01-7		TAXA DE ADMINISTRACAO	7.794.017,59		
8.1.9.94.10.17-3		TAXA DE EQUILIBRIO - FDS PROG CREDITO SOLIDARIO	325.467,93		
8.1.9.94.10.20-3		TAXA DE ADMINISTRACAO FDS AGENTE FINANCEIRO	920.111,56		
8.1.9.94.10.29-7		TAXA DE ADMINISTRACAO PMCMV-AGENTE FINANCEIRO	4.762.524,27		
8.1.9.99	-6	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		12.826.241,64	
8.1.9.99.99	-2	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS - OUTRAS ENTIDADES		12.826.241,64	
8.1.9.99.99.10-0		DESCONTO CONCEDIDO S/PRESTACOES	121.819,13		
8.1.9.99.99.79-7		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	208.800,00		
8.1.9.99.99.85-1		DESPESA COM SUBSIDIO - PMCMV	12.495.622,51		
		TOTAL ATIVO:		1.708.028.233,59	

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

25/01/2012 PZ.ARQ: 30A
18:33:00
ENTIDADE : FDS

CE F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
B A L A N C E T E M E N S A L P A S S I V O

PAG. 3
FDS621SA - #10
REF: 12.2011

CODIGO	DV	NOME		
4	-6	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		384.688.401,35
4.1	-3	DEPOSITOS		331,11
4.1.1	-1	DEPOSITOS A VISTA		331,11
4.1.1.90	-4	SALDOS CREDORES EM CONTAS DE EMPR E FIN		331,11
4.1.1.90.10	-0	SALDOS CREDORES EM CONTAS DE EMPR E FINANC		331,11
4.1.1.90.10.30-1		SALDOS CRED HABITACAO,SANEAM E DESENV URB	331,11	
4.9	-1	OUTRAS OBRIGACOES		384.688.070,24
4.9.9	-5	DIVERSAS		384.688.070,24
4.9.9.92	-7	CREDORES DIVERSOS - PAIS		384.688.070,24
4.9.9.92.38	-4	DOTACAO UNIAO - PMCMV		381.547.427,25
4.9.9.92.38.01-2		DOTACAO UNIAO - PMCMV	381.547.427,25	
4.9.9.92.91	-2	CREDORES DIVERSOS - OUTROS		1.328.326,68
4.9.9.92.91.64-9		TAXAS E TARIFAS A REPASSAR	1.326.702,61	
4.9.9.92.91.70-3		OUTROS CREDORES	1.624,07	
4.9.9.92.92	-9	CREDORES DIVERSOS - PAIS(CONT)		1.812.316,31
4.9.9.92.92.36-0		TAXA DE ADMINIST. A PAGAR AG. FINANCEIRO - PMCMV	1.812.316,31	
6	-9	PATRIMONIO LIQUIDO		965.965.018,12
6.1	-6	PATRIMONIO LIQUIDO		965.965.018,12
6.1.1	-4	CAPITAL SOCIAL		965.965.018,12
6.1.1.10	-8	CAPITAL AUTORIZADO		965.965.018,12
6.1.1.10.10	-3	CAPITAL		965.965.018,12
6.1.1.10.10.21-6		PESSOAS JURIDICAS	4.922.694,26	
6.1.1.10.10.30-5		CAPITAL SOCIAL	147.608.009,62	
6.1.1.10.10.45-3		FUNDO CONTA GERAL	813.434.314,24	
7	-5	CONTAS DE RESULTADO CREDORAS		136.988.864,42
7.1	-2	RECEITAS OPERACIONAIS		136.988.864,42
7.1.1	-0	RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO		3.137.514,57
7.1.1.15	-7	RENDAS DE FINANCIAMENTOS		3.137.514,57
7.1.1.15.10	-2	RENDAS DE ATUALIZ MONETARIA - FINANCIAMENTOS		3.050.258,00
7.1.1.15.10.03-7		RENDAS DE ATUALIZ MONETARIA-FINANC AO S PUBLICO	3.050.258,00	
7.1.1.15.20	-8	RENDAS DE JUROS S/FINANCIAMENTOS		87.256,57
7.1.1.15.20.03-2		RENDAS DE JUROS S/FINANC AO SETOR PUBLICO	87.256,57	
7.1.4	-5	RENDAS APLIC INTERFINANCEIRAS LIQUIDEZ		100.661.831,44
7.1.4.10	-9	RENDAS DE APLIC EM OPER COMPROMISSADAS		40.940.718,24
7.1.4.10.10	-4	POSICAO BANCADA		40.940.718,24
7.1.4.10.10.10-1		RENDAS APLIC EM OP COMPROM-POS BANCADA	40.940.718,24	
7.1.4.20	-2	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		59.721.113,20
7.1.4.20.10	-8	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		59.721.113,20
7.1.4.20.10.03-2		ATUAL MONETARIA S/DEPOSITOS NA CAIXA	25.263.762,78	
7.1.4.20.10.12-1		ATUAL MONETARIA S/DEPOSITOS PMCMV	34.457.350,42	
7.1.5	-3	RDAS C/TIT VAL MOBIL E INSTRUM DERIVAT		4.371.655,77
7.1.5.10	-7	RENDAS DE TITULOS DE RENDA FIXA		4.371.655,77
7.1.5.10.10	-2	RENDAS DE TITULOS DE RENDA FIXA		4.371.655,77
7.1.5.10.10.10-0		RENDAS DE TIT DE RDA FIXA-ENT SOC.ADMIN	4.371.655,77	
7.1.9	-6	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		28.817.862,64
7.1.9.90	-9	REVERSAO DE PROVISOES OPERACIONAIS		3.456.685,64
7.1.9.90.90	-8	REVER PROV PERDAS SOCIED COLIGADAS E CONTROLADAS		3.456.685,64
7.1.9.90.90.02-4		REVERSAO DE PROVISOES	3.458.685,64	

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

25/01/2012 PZ.ARQ: 30A
18:33:00

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANÇETE MENSAL PASSIVO

PAG. 4
FDS621SA - #10
REF: 12.2011

CODIGO	DV	NOME		
7.1.9.99	-0	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS		25.359.177,00
7.1.9.99.10	-5	OUTRAS RDAS OP-FDOS E PROGRAMAS SOCIAIS		6.906.604,25
7.1.9.99.10.41-2		RECEITAS EVENTUAIS	6.866.426,94	
7.1.9.99.10.84-6		JUROS DE MORA	40.177,31	
7.1.9.99.90	-9	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS - DIVERSOS		18.452.572,75
7.1.9.99.90.65-3		OUTRAS RECEITAS - PMCMV	18.452.572,75	
9	-8	COMPENSACAO		220.385.949,70
9.0	-8	COMPENSACAO		220.385.949,70
9.0.3	-2	TITULOS E VAL MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA		42.238.967,40
9.0.3.20	-0	TITULOS E VAL MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA		42.238.967,40
9.0.3.20.10	-5	TITULOS E VAL MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA		42.238.967,40
9.0.3.20.10.01-3		TITULOS E VLRS MOBIL CLASSIFICADOS P/CATEGORIA	42.238.967,40	
9.0.8	-3	CONTRATOS		178.146.982,30
9.0.8.40	-8	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		178.146.982,30
9.0.8.40.10	-3	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		178.146.982,30
9.0.8.40.10.01-1		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	45.778.688,03	
9.0.8.40.10.03-8		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR - PMCMV	132.368.294,27	
TOTAL PASSIVO:				1.708.028.233,59

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

25/01/2012 PZ.ARQ: 30A
18:33:00
ENTIDADE : FDS

CE F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
B A L A N C E T E M E N S A L P A S S I V O

PAG. 5
FDS621SA - #10
REF: 12.2011

TOTAL ATIVO: 1.708.028.233,59 TOTAL PASSIVO: 1.708.028.233,59

JORGE FONTES HEREDA
PRESIDENTE

FABIO FERREIRA CLETO
VICE-PRESIDENTE - RESPONSÁVEL PELOS
FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

FABIO LENZA
VICE-PRESIDENTE

GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA
VICE-PRESIDENTE

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE

JOSE HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
VICE-PRESIDENTE

JOSE URBANO DUARTE
VICE-PRESIDENTE

MARCIO PERCIVAL ALVES PINTO
VICE-PRESIDENTE

PAULO ROBERTO DOS SANTOS
VICE-PRESIDENTE

RAPHAEL REZENDE NETO
VICE-PRESIDENTE

SERGIO PINHEIRO RODRIGUES
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES
GERENTE NACIONAL DE CONTAB. DE ENTIDADES
SOCIAIS E FUNDOS DE INVESTIMENTO
CRC/DF 11025/0

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0E

27/01/2012 PZ.ARQ: 30A
21:17:31
ENTIDADE : FDS

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANCO PATRIMONIAL ATIVO

PAG. 1
FDS631SA - #10
REF: 2011

CODIGO	DV	NOME		
1	-7	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		1.461.013.920,90
1.1	-4	DISPONIBILIDADES		511.727.941,25
1.1.2	-0	DEPOSITOS BANCARIOS		511.727.941,25
1.1.2.20	-8	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA		245.448.080,80
1.1.2.20.10	-3	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA		245.448.080,80
1.1.2.20.10.06	-2	DEPOSITOS REMUNERADOS CAIXA-OUTR FUNDOS	245.448.080,80	
1.1.2.30	-1	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA		266.279.860,45
1.1.2.30.30	-8	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA		266.279.860,45
1.1.2.30.30.07	-5	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA - FDS/PMCMV	262.442.164,48	
1.1.2.30.30.08	-3	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA - FDS/PMCMV- DFI	3.774.461,07	
1.1.2.30.30.14	-8	DEPOSITOS REMUN. NA CAIXA - FDS/PMCMV - RETORNO	63.234,90	
1.2	-1	APLICACOES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		384.047.671,43
1.2.1	-0	APLICACOES EM OPERACOES COMPROMISSADAS		384.047.671,43
1.2.1.10	-3	REVENIDAS A LIQUIDAR-POSICAO BANCADA		384.047.671,43
1.2.1.10.03	-2	LETRAS FINANC TESOUREO-REV A LIQ-POS BANC		377.229.342,02
1.2.1.10.03.01	-0	LFT - REV A LIQUIDAR/POS BANCADA	377.384.921,95	
1.2.1.10.03.11	-8	LFT - RENDAS A APROPRIAR/-/	-155.579,93	
1.2.1.10.07	-8	NOTAS DO TESOUREO NACIONAL - REV A LIQ - POS BANC		6.818.329,41
1.2.1.10.07.01	-6	NTN - REV A LIQUIDAR/PB	6.821.126,81	
1.2.1.10.07.11	-3	NTN - RENDAS A APROPRIAR/-/	-2.797,40	
1.3	-9	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		42.238.967,40
1.3.1	-7	LIVRES		42.238.967,40
1.3.1.10	-0	TITULOS DE RENDA FIXA		42.238.967,40
1.3.1.10.25	-3	CERTIFICADOS DE DEPOSITO BANCARIO		42.238.967,40
1.3.1.10.25.01	-1	CERTIFICADOS DE DEPOSITO BANCARIO	42.238.967,40	
1.6	-0	OPERACOES DE CREDITO		507.404.889,58
1.6.4	-3	FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS		507.404.889,58
1.6.4.30	-4	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS		507.404.889,58
1.6.4.30.10	-0	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS		506.911.985,43
1.6.4.30.10.03	-4	FINANC IMOB ST PUBL - RESIDENCIAL	191.693.155,07	
1.6.4.30.10.08	-5	FINANC HAB COM DIVIDA NEGATIVA	331,11	
1.6.4.30.10.15	-8	FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL/NOVO PCS	149.571.554,94	
1.6.4.30.10.16	-6	FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL/PMCMV-FDS	165.646.944,31	
1.6.4.30.12	-2	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS - VALORES A RECEBER		237.444,87
1.6.4.30.12.03	-7	FINANC IMOB ST PUBL - RESIDENCIAL/VLRS A RECEBER	-2.888,69	
1.6.4.30.12.15	-0	FINANC IMOBILIARIO-RESID/REC FDS-VLRS A RECEBER	215.255,96	
1.6.4.30.12.16	-9	FINANC IMOBILIARIO-RESID/REC PMCMV VLR A RECEBER	25.077,60	
1.6.4.30.14	-5	FINANCIAMENTOS HAB-PAG/REC CONDICIONAIS (-)		-3.608,96
1.6.4.30.14.02	-1	FINANC IMOB ST PUBL - RESID/REC CONDICIONAIS	-3.608,96	
1.6.4.30.16	-8	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS - RDA A INCORPORAR		259.068,24
1.6.4.30.16.03	-2	FINANC IMOB ST PUBL - RESIDENCIAL/RDAS A INCORP	255.338,57	
1.6.4.30.16.04	-0	FINANC HABIT - VALORES A RECEBER - RDA A INCORP	21,04	
1.6.4.30.16.05	-9	FINANC HABIT -PAG/REC CONDIC-RDA A INCORPORAR(-)	-113,96	
1.6.4.30.16.16	-4	FIN IMOB ST PUBL-RESID REC.FDS-PMCMV/RDAS INCORP	3.822,59	
1.8	-5	OUTROS CREDITOS		4.746.542,46
1.8.3	-0	RENDAS A RECEBER		4.746.542,46
1.8.3.30	-0	REMUNERACAO A RECEBER		4.746.542,46
1.8.3.30.10	-6	REMUNERACAO A RECEBER		4.746.542,46

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

27/01/2012 PZ.ARQ: 30A
21:17:31
ENTIDADE : FDS

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANCO PATRIMONIAL ATIVO

PAG. 2
FDS631SA - #10
REF: 2011

CODIGO	DV	NOME		
1.8.3.30.10.01-4		RENDIMENTOS DEPOSITOS NA CAIXA A RECEBER	2.233.279,12	
1.8.3.30.10.16-2		RENDIMENTOS A RECEBER S/RECURSOS PMCMV	2.513.263,34	
1.9	-2	OUTROS VALORES E BENS		10.847.908,78
1.9.9	-6	DESPESAS ANTECIPADAS		10.847.908,78
1.9.9.10	-0	DESPESAS ANTECIPADAS		10.847.908,78
1.9.9.10.21	-7	DESPESAS ANTECIPADAS - FDS		10.847.908,78
1.9.9.10.21.01-5		DESPESAS ANTECIPADAS C/NOVO PCS-TXADMINISTRACAO	10.847.908,78	
3	-0	COMPENSACAO		220.385.949,70
3.0	-0	COMPENSACAO		220.385.949,70
3.0.3	-4	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		42.238.967,40
3.0.3.30	-5	TITULOS PARA NEGOCIACAO		42.238.967,40
3.0.3.30.60	-8	TITULOS EMITIDOS POR INST FINANC-RENDA FIXA		42.238.967,40
3.0.3.30.60.01-6		TITULOS EMITIDOS POR INST FINANC-RENDA FIXA	42.238.967,40	
3.0.8	-5	CONTRATOS		178.146.982,30
3.0.8.40	-0	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		178.146.982,30
3.0.8.40.10	-5	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		178.146.982,30
3.0.8.40.10.01-3		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	45.778.688,03	
3.0.8.40.10.03-0		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR- PMCMV	132.368.294,27	
		TOTAL ATIVO:		1.681.399.870,60

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

27/01/2012 PZ.ARQ: 30A
21:17:31
ENTIDADE : FDS

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANCO PATRIMONIAL PASSIVO

PAG. 3
FDS631SA - #10
REF: 2011

CODIGO	DV	NOME		
4	-6	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		384.688.401,35
4.1	-3	DEPOSITOS		331,11
4.1.1	-1	DEPOSITOS A VISTA		331,11
4.1.1.90	-4	SALDOS CREDORES EM CONTAS DE EMPR E FIN		331,11
4.1.1.90.10	-0	SALDOS CREDORES EM CONTAS DE EMPR E FINANC		331,11
4.1.1.90.10.30-1		SALDOS CRED HABITACAO,SANEAM E DESENV URB	331,11	
4.9	-1	OUTRAS OBRIGACOES		384.688.070,24
4.9.9	-5	DIVERSAS		384.688.070,24
4.9.9.92	-7	CREDORES DIVERSOS - PAIS		384.688.070,24
4.9.9.92.38	-4	DOTACAO UNIAO - PMCMV		381.547.427,25
4.9.9.92.38.01-2		DOTACAO UNIAO - PMCMV	381.547.427,25	
4.9.9.92.91	-2	CREDORES DIVERSOS - OUTROS		1.328.326,68
4.9.9.92.91.64-9		TAXAS E TARIFAS A REPASSAR	1.326.702,61	
4.9.9.92.91.70-3		OUTROS CREDORES	1.624,07	
4.9.9.92.92	-9	CREDORES DIVERSOS - PAIS(CONT)		1.812.316,31
4.9.9.92.92.36-0		TAXA DE ADMINIST. A PAGAR AG. FINANCEIRO - PMCMV	1.812.316,31	
6	-9	PATRIMONIO LIQUIDO		1.076.325.519,55
6.1	-6	PATRIMONIO LIQUIDO		1.076.325.519,55
6.1.1	-4	CAPITAL SOCIAL		1.076.325.519,55
6.1.1.10	-8	CAPITAL AUTORIZADO		1.076.325.519,55
6.1.1.10.10	-3	CAPITAL		1.076.325.519,55
6.1.1.10.10.21-6		PESSOAS JURIDICAS	4.922.694,26	
6.1.1.10.10.30-5		CAPITAL SOCIAL	147.608.009,62	
6.1.1.10.10.45-3		FUNDO CONTA GERAL	923.794.815,67	
9	-8	COMPENSACAO		220.385.949,70
9.0	-8	COMPENSACAO		220.385.949,70
9.0.3	-2	TITULOS E VAL MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA		42.238.967,40
9.0.3.20	-0	TITULOS E VAL MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA		42.238.967,40
9.0.3.20.10	-5	TITULOS E VAL MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA		42.238.967,40
9.0.3.20.10.01-3		TITULOS E VLRS MOBIL CLASSIFICADOS P/CATEGORIA	42.238.967,40	
9.0.8	-3	CONTRATOS		178.146.982,30
9.0.8.40	-8	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		178.146.982,30
9.0.8.40.10	-3	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		178.146.982,30
9.0.8.40.10.01-1		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	45.778.688,03	
9.0.8.40.10.03-8		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR - PMCMV	132.368.294,27	
		TOTAL PASSIVO:		1.681.399.870,60

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

27/01/2012 PZ.ARQ: 30A
21:17:31
ENTIDADE : FDS

CE F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
B A L A N C O P A T R I M O N I A L P A S S I V O

PAG. 4
FDS631SA - #10
REF: 2011

TOTAL ATIVO: 1.681.399.870,60 TOTAL PASSIVO: 1.681.399.870,60

JORGE FONTES HEREDA
PRESIDENTE

FABIO FERREIRA CLETO
VICE-PRESIDENTE - RESPONSÁVEL PELOS
FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

FABIO LENZA
VICE-PRESIDENTE

GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA
VICE-PRESIDENTE

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE

JOSE HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
VICE-PRESIDENTE

JOSE URBANO DUARTE
VICE-PRESIDENTE

MARCIO PERCIVAL ALVES PINTO
VICE-PRESIDENTE

PAULO ROBERTO DOS SANTOS
VICE-PRESIDENTE

RAPHAEL REZENDE NETO
VICE-PRESIDENTE

SERGIO PINHEIRO RODRIGUES
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES
GERENTE NACIONAL DE CONTAB. DE ENTIDADES
SOCIAIS E FUNDOS DE INVESTIMENTO
CRC/DF 11025/0

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0E

27/01/2012 PZ.ARQ: 30A
21:21:40
ENTIDADE : FDS

CE F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO - RECEITAS

PAG. 1
FDS632SA - #10
REF: 2011

CODIGO	DV	NOME		
7	-5	CONTAS DE RESULTADO CREDORAS		136.988.864,42
7.1	-2	RECEITAS OPERACIONAIS		136.988.864,42
7.1.1	-0	RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO		3.137.514,57
7.1.1.15	-7	RENDAS DE FINANCIAMENTOS		3.137.514,57
7.1.1.15.10	-2	RENDAS DE ATUALIZ MONETARIA - FINANCIAMENTOS		3.050.258,00
7.1.1.15.10.03-7		RENDAS DE ATUALIZ MONETARIA-FINANC AO S PUBLICO	3.050.258,00	
7.1.1.15.20	-8	RENDAS DE JUROS S/FINANCIAMENTOS		87.256,57
7.1.1.15.20.03-2		RENDAS DE JUROS S/FINANC AO SETOR PUBLICO	87.256,57	
7.1.4	-5	RENDAS APLIC INTERFINANCEIRAS LIQUIDEZ		100.661.831,44
7.1.4.10	-9	RENDAS DE APLIC EM OPER COMPROMISSADAS		40.940.718,24
7.1.4.10.10	-4	POSICAO BANCADA		40.940.718,24
7.1.4.10.10.10-1		RENDAS APLIC EM OP COMPROM-POS BANCADA	40.940.718,24	
7.1.4.20	-2	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		59.721.113,20
7.1.4.20.10	-8	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		59.721.113,20
7.1.4.20.10.03-2		ATUAL MONETARIA S/DEPOSITOS NA CAIXA	25.263.762,78	
7.1.4.20.10.12-1		ATUAL MONETARIA S/DEPOSITOS PMCMV	34.457.350,42	
7.1.5	-3	RDAS C/TIT VAL MOBIL E INSTRUM DERIVAT		4.371.655,77
7.1.5.10	-7	RENDAS DE TITULOS DE RENDA FIXA		4.371.655,77
7.1.5.10.10	-2	RENDAS DE TITULOS DE RENDA FIXA		4.371.655,77
7.1.5.10.10.10-0		RENDAS DE TIT DE RDA FIXA-ENT SOC.ADMIN	4.371.655,77	
7.1.9	-6	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		28.817.862,64
7.1.9.90	-9	REVERSAO DE PROVISOES OPERACIONAIS		3.458.685,64
7.1.9.90.90	-8	REVER PROV PERDAS SOCIED COLIGADAS E CONTROLADAS		3.458.685,64
7.1.9.90.90.02-4		REVERSAO DE PROVISOES	3.458.685,64	
7.1.9.99	-0	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS		25.359.177,00
7.1.9.99.10	-5	OUTRAS RDAS OP-FDOS E PROGRAMAS SOCIAIS		6.906.604,25
7.1.9.99.10.41-2		RECEITAS EVENTUAIS	6.866.426,94	
7.1.9.99.10.84-6		JUROS DE MORA	40.177,31	
7.1.9.99.90	-9	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS - DIVERSOS		18.452.572,75
7.1.9.99.90.65-3		OUTRAS RECEITAS - PMCMV	18.452.572,75	
T O T A L R E C E I T A S				136.988.864,42

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

27/01/2012 PZ.ARQ: 30A
21:21:40

CE F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO - DESPESAS

PAG. 2
FDS632SA - #10
REF: 2011

CODIGO	DV	NOME		
8	-1	CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS		26.628.362,99
8.1	-9	DESPESAS OPERACIONAIS		26.628.362,99
8.1.9	-2	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		26.628.362,99
8.1.9.94	-3	COMISSOES E TARIFAS		13.802.121,35
8.1.9.94.10	-9	COMISSOES E TARIFAS		13.802.121,35
8.1.9.94.10.01	-7	TAXA DE ADMINISTRACAO	7.794.017,59	
8.1.9.94.10.17	-3	TAXA DE EQUILIBRIO - FDS PROG CREDITO SOLIDARIO	325.467,93	
8.1.9.94.10.20	-3	TAXA DE ADMINISTRACAO FDS AGENTE FINANCEIRO	920.111,56	
8.1.9.94.10.29	-7	TAXA DE ADMINISTRACAO PMCMV-AGENTE FINANCEIRO	4.762.524,27	
8.1.9.99	-6	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		12.826.241,64
8.1.9.99.99	-2	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS - OUTRAS ENTIDADES		12.826.241,64
8.1.9.99.99.10	-0	DESCONTO CONCEDIDO S/PRESTACOES	121.819,13	
8.1.9.99.99.79	-7	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	208.800,00	
8.1.9.99.99.85	-1	DESPESA COM SUBSIDIO - PMCMV	12.495.622,51	
T O T A L D E S P E S A S				26.628.362,99

D E M O N S T R A T I V O D O R E S U L T A D O
T O T A L R E C E I T A S 136.988.864,42
T O T A L D E S P E S A S 26.628.362,99
L U C R O / P R E J U I Z O 110.360.501,43

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

30/01/2012 PZ.ARQ: 30A
21:21:40
ENTIDADE : FDS

CE F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO

PAG. 3
FDS632SA - #10
REF: 2011

CODIGO DV NOME

JORGE FONTES HEREDA
PRESIDENTE

FABIO FERREIRA CLETO
VICE-PRESIDENTE - RESPONSAVEL PELOS
FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

FABIO LENZA
VICE-PRESIDENTE

GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA
VICE-PRESIDENTE

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE

JOSE HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
VICE-PRESIDENTE

JOSE URBANO DUARTE
VICE-PRESIDENTE

MARCIO PERCIVAL ALVES PINTO
VICE-PRESIDENTE

PAULO ROBERTO DOS SANTOS
VICE-PRESIDENTE

RAPHAEL REZENDE NETO
VICE-PRESIDENTE

SERGIO PINHEIRO RODRIGUES
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES
GERENTE NACIONAL DE CONTAB. DE ENTIDADES
SOCIAIS E FUNDOS DE INVESTIMENTO
CRC/DF 11025/0

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0
DESTINO:

1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0E

DEMONSTRAÇÕES DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Fundo de Desenvolvimento Social - FDS
 (Valores em reais)

	<u>2.011</u>	<u>2.010</u> (Nota 2 e)
Patrimônio líquido no início do exercício		
13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,054111 cada uma		732.522.750,13
13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,0567235 cada uma	767.889.231,72	
Programa Crédito Solidário	198.075.786,40	178.314.227,13
Dotação Orçamentária da União - PMCMV		400.000.000,00
	<u>965.965.018,12</u>	<u>1.310.836.977,26</u>
Ajuste (Nota 2 e)		(400.000.000,00)
Patrimônio líquido antes do resultado do exercício	965.965.018,12	910.836.977,26
Resultado do exercício		
Receitas	136.988.864,42	81.964.950,99
Rendas de operações de crédito	3.137.514,57	1.886.096,59
Rendas de aplicações em oper. Compromissadas	40.940.718,24	34.732.674,74
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	59.721.113,20	41.599.620,28
Rendas com títulos e valores mobiliários	4.371.655,77	3.459.332,14
Reversão de despesas de taxa de administração (Nota 13)	3.458.685,64	
Receitas com subvenção (Nota 7)	18.452.572,75	
Outras despesas operacionais	6.906.604,25	287.227,24
Despesas	26.628.362,96	26.836.910,13
Despesas de provisões operacionais (Nota 2 e)		41.442.840,12
Despesas administrativas - comissões e tarifas	13.802.121,35	28.151.259,40
Despesas com subsídios - PMCMV (Nota 11)	12.495.622,51	
Outras despesas operacionais	330.619,10	9.240,00
Ajuste (Nota 2 e)		(42.766.429,39)
Resultado do exercício	110.360.501,46	55.128.040,86
Patrimônio líquido final		
13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,0567235 cada uma		767.889.231,72
13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,0627585 cada uma	849.587.496,34	
Programa Crédito Solidário	226.739.023,21	198.075.786,40
Patrimônio líquido total	1.076.326.519,55	965.965.018,12

JORGE FONTES HEREDA
PRESIDENTE

FABIO FERREIRA CLETO
VICE-PRESIDENTE - RESPONSÁVEL
PELOS FUNDOS E PROGRAMAS
DO GOVERNO FEDERAL

FABIO LENZA
VICE-PRESIDENTE

GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA
VICE-PRESIDENTE

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE

JOSE HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
VICE-PRESIDENTE

JOSE URBANO DUARTE
VICE-PRESIDENTE-RESPONSÁVEL

MARCIO PERCIVAL ALVES PINTO
VICE-PRESIDENTE

PAULO ROBERTO DOS SANTOS
VICE-PRESIDENTE

RAPHAEL RESENDE NETO
VICE-PRESIDENTE

SERGIO PINHEIRO RODRIGUES
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES
GERENTE NACIONAL DE CONTAB. DE
ENTIDADES SOCIAIS E FUNDOS DE INVESTIMENTO
CRC/DF 11025/O

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FDS Proposta Orçamentária – 2011

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 A presente proposta orçamentária do FDS foi elaborada em atendimento ao disposto no Decreto nº 103, de 22.04.1991, no inciso VII, do art. 6º, da Lei 8.677, de 13.06.1993, e no Regimento Interno do Conselho Curador do FDS, alterado pela Resolução CCFDS nº 86, de 23.10.2002, e objetiva oferecer um planejamento com vistas à adequada aplicação dos recursos financeiros do Fundo.

1.2 Foram consideradas as seguintes premissas na elaboração do orçamento 2011:

Indicadores Econômicos	Realizado 2009	Orçado 2010	Orçado 2011
Taxa Referencial (TR) média	1,91% a.a.	0,56% a.a.	0,80% a.a.
SELIC média	13,62% a.a.	9,14% a.a.	10,71% a.a.
Contratações PCS no ano (R\$ mil)	R\$ 100.000	R\$ 80.000	R\$ 78.800
Contratações MCMV no ano (R\$ mil)	-	R\$ 421.000	R\$ 769.509

1.2.1 As contratações ocorrerão no âmbito dos Programas Crédito Solidário e Programa Habitacional Popular Minha Casa Minha Vida.

1.2.2 Para o Programa Crédito Solidário aprovado pelo CCFDS através da Resolução nº 121 de 09/01/2008 com o objetivo de conceder financiamento a adquirentes ou proprietários de habitações ou lotes, com faixa de renda de até três Salários Mínimos, sem cobrança de juros, sendo a remuneração dos agentes financeiros custeada pelo FDS.

1.2.3 Para o Programa Habitacional Popular Minha Casa Minha Vida, criado pela Resolução CCFDS nº 141 de 10/06/2009, voltado para o atendimento de necessidades habitacionais de famílias de baixa renda, utilizando os recursos definidos no art. 18 da Lei nº 11.977, de 07/07/2009, alocados ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.

2 ORÇAMENTO OPERACIONAL

2.1 Para 2011 prevê-se contratação de R\$ 78.800 mil no Programa Crédito Solidário, com a seguinte distribuição regional:



REGIÕES	Percentual orçamento 2011	Recursos por região
NORTE	10%	7.880.000,00
NORDESTE	35,10%	27.658.800,00
SUDESTE	36,90%	29.077.200,00
SUL	10,50%	8.274.000,00
CENTRO-OESTE	7,50%	5.910.000,00
TOTAL	100,00%	78.800.000,00

- 2.2 No programa MCMV em 2011, prevê-se contratação de R\$ 769.509 mil, com a seguinte distribuição regional:

REGIÕES	Percentual orçamento 2011	Recursos por região
NORTE	10%	76.950.921,00
NORDESTE	35,10%	270.097.732,00
SUDESTE	36,90%	283.948.898,00
SUL	10,50%	80.798.467,00
CENTRO-OESTE	7,50%	57.713.190,00
TOTAL	100,00%	769.509.208,00

3 ORÇAMENTO FINANCEIRO

3.1 ENTRADAS DE RECURSOS

3.1.1 ARRECADAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

3.1.1.1 A arrecadação prevista para retorno de financiamentos é de R\$ 53.600 mil, considerando o Programa Habitacional do Trabalhador e do Cidadão (PHT), de R\$ 3.672 mil, o Programa Crédito Solidário de R\$ 39.400 mil e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) de R\$ 10.528 mil.

3.1.1.2 Além disso, preve-se devolução da taxa de equilíbrio, da taxa de risco de crédito, e do fundo garantidor do PCS, no valor total de R\$ 23.300 mil, devido a renegociação de operações de crédito do PCS com migração para o novo PCS.

3.1.1.3 As arrecadações de empréstimos do Programa Habitacional do Trabalhador e do Cidadão (PHT) decorrem de duas operações de crédito do FDS assumidas pela empresa pública EMGEA – Empresa Gestora de Ativos do Governo Federal, criada pela Medida Provisória nº 2196, de 29.06.2001.

3.1.2 RECEITAS FINANCEIRAS

3.1.2.1 Correspondem à remuneração das disponibilidades do FDS, representadas por aplicações em títulos públicos e privados, sendo projetadas, com base na taxa SELIC, em R\$ 101.284 mil.



3.1.3 APOORTE OGU

3.1.3.1 Para fazer frente às operações do Programa Minha Casa Minha Vida está previsto um aporte do OGU de R\$ 820.000 mil, conforme PLOA 2011.

3.2 SAÍDAS DE RECURSOS

3.2.1 APLICAÇÕES

3.2.1.1 Para atender aos Programas em 2011, estima-se o desembolso de R\$ 537.533 mil, sendo R\$ 39.400 mil do PCS e R\$ 467.467 mil do PMCMV.

3.2.2 ENCARGOS DO FDS

3.2.2.1 Para a Taxa de Administração do Agente Operador do FDS prevê-se despesa de R\$ 7.200 mil.

3.2.2.2 Os pagamentos do FDS referentes ao PCS estão previstos em R\$ 7.572 mil e ao PMCMV em R\$ 21.133 mil, correspondentes à Taxa de Administração – Agente Financeiro.

3.3 DISPONIBILIDADE FINAL

3.3.1 A disponibilidade total projetada para 2011 é de R\$ 1.465.328 mil.

4 ORÇAMENTO ECONÔMICO

4.1 Caso as estimativas se concretizem, o FDS apresentará resultado negativo de R\$ 216.518 mil, com destaque para despesas com desconto do Programa MCMV.

Demonstração de Resultados	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	R\$ mil
	2009	2010	Até Out/10	2011	(%)
		(A)		(B)	(B/A)
(+) Rendas de Operações de Crédito	1.795	2.370	1.419	2.058	86,84
(-) Despesas Administrativas e Operacionais	(17.853)	(191.862)	(53.275)	(338.799)	176,58
Taxa de Administração - CAIXA	(14.427)	(10.897)	(11.628)	(7.200)	66,07
Taxa de Administração PCS - Ag Operador	(918)	(678)	(348)	-	-
Despesas com as Operações do PCS	(591)	(8.924)	(511)	(8.186)	91,73
Taxa de Administração PMCMV - Ag. Financ.	(224)	(1.750)	(10.576)	(21.133)	1.207,60
Taxa de Administração PMCMV - Ag. Oper.	(341)	(1.560)	(1.449)	-	-
Despesas Desconto PMCMV	-	-	-	(91.393)	-
Despesas Provisão p/ Perdas PMCMV	(1.324)	(168.000)	(28.763)	(210.887)	125,53
Resultado Transações Tit./Val. Mobiliários	(28)	(53)	-	-	-
(+) Resultados Financeiros	59.313	54.923	63.053	106.923	194,68
(+) Outras Receitas / Despesas Operacionais	-	-	-	13.300	-
(=) Resultado Líquido	43.255	(134.569)	11.197	(216.518)	160,90

Fonte: Balancete FDS

4.2 A seguir apresentamos o Balanço Patrimonial projetado:

Balanço Patrimonial	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	RS mil
	2009	2010	Até Out/10	2011	(%)
		(A)		(B)	(B/A)
ATIVO					
Disponibilidades	348.209	489.474	568.922	1.304.326	266,48
Depósito Remunerado na CAIXA	149.220	205.474	204.825	225.530	109,76
Depósito Remunerado CAIXA - FDS/PMCMV	198.914	284.000	362.264	1.064.281	374,75
Depósito Remunerado CAIXA - FDS/PMCMV-DFI	75	0	1.833	14.515	-
Aplic. Interfinanceiras de Liquidez e TVM	435.514	306.155	394.465	161.000	52,59
Recursos Disponíveis - TVM	391.962	279.762	355.020	119.287	42,64
Fundo de Liquidez*	43.552	26.393	39.445	41.713	158,05
Financiamentos Habitacionais	314.396	606.250	355.310	517.376	85,34
Programa Habit. do Trabalhador/Cidadão	22.537	20.087	19.675	15.649	77,91
Programa de Crédito Solidário	291.228	366.511	313.420	316.509	86,36
Financiamentos Habitacionais PMCMV	631	219.652	22.215	185.218	84,32
Outros Créditos	2.635	1.447	4.117	10.403	718,94
Outros Valores e Bens	11.996	12.168	11.564	10.963	90,10
TOTAL DO ATIVO	1.112.650	1.415.494	1.334.376	2.004.068	141,58
PASSIVO					
Credores Diversos	1.757	4.663	12.296	12.297	263,71
Saldos Credores San. e Desen. Urbano	56	-	48	29	-
Patrimônio Líquido	1.110.837	1.410.831	1.322.034	1.991.742	141,18
TOTAL DO PASSIVO	1.112.650	1.415.494	1.334.376	2.004.068	141,58

* - O valor de Fundo de Liquidez inclui Certificados de Depósitos Bancários e parte do saldo de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.


 ELIS REGINA ROCHA
 Assistente Executivo Júnior


 ERLON ALEXANDRE DA SILVA GUIMARÃES
 Gerente Executivo


 IRENA SKORUPA PARACHIN
 Gerente Nacional
 Orçamento - GEORC

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FDS

Execução Orçamentária de 2011

1 OBJETIVO

1.1 O presente relatório refere-se à execução orçamentária do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, relativa ao exercício de 2011, com base no Orçamento aprovado pelo Conselho Curador do FDS.

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1 O FDS foi criado em 1991 com o objetivo de buscar a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, através de financiamentos de projetos de investimentos de relevante interesse social.

2.1.1 Para tanto, após alguns anos sem novas operações, foi criado o Programa de Crédito Solidário, que se destina ao atendimento de necessidades habitacionais da população de baixa renda, conforme Resoluções nº 93, de 28/04/04 e nº 94, de 02/06/04, cujas contratações iniciaram-se em julho de 2005, regido atualmente pela Resolução 121, de 09/01/2008.

2.1.2 A Resolução CCFDS nº 141 de 10/06/2009, criou o Programa Habitacional Popular Minha Casa Minha Vida, voltado para o atendimento de necessidades habitacionais de famílias de baixa renda, utilizando os recursos definidos no art. 18 da Lei nº 11.977, de 07/07/2009, alocados ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.

3 ORÇAMENTO FINANCEIRO

3.1 O fluxo financeiro do exercício de 2011 apresentou saldo final de R\$ 938.015 mil.

Fluxo Financeiro	R\$ mil			
	Realizado 2010	Orçado 2011 (A)	Realizado 2011 (B)	(%) (B/A)
SALDO INICIAL	783.723	1.009.916	959.033	94,96
ENTRADAS	292.079	998.184	138.362	13,86
Operações de Crédito	15.454	76.900	28.395	36,92
Receitas Financeiras	76.625	101.284	109.967	108,57
Aporte da União	200.000	820.000	0	-
SAÍDAS	116.769	542.772	159.380	29,36
Aplicações	101.904	506.867	138.873	27,40
Encargos do FDS	14.865	14.772	7.887	53,39
Encargos do Programa MCMV	0	21.133	12.620	59,72
SALDO ATUAL	959.033	1.465.328	938.015	64,01

Fonte : GN Contabilidade Entidades Sociais e Fundos de Investimentos

3.1 As entradas de recursos no FDS totalizaram R\$ 138.362 mil, 13,86% do valor orçado devido a não realização do valor de R\$ 820.000 mil previsto para Aporte de Recursos OGU.

3.2 As saídas de recursos no FDS realizaram R\$ 159.380 mil, 29,36% do valor orçado para o exercício, em virtude das aplicações que apresentaram realização de 27,40% do esperado.

4 ORÇAMENTO ECONÔMICO

4.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

4.1.1 O FDS apresentou resultado de R\$ 110.361 mil, proveniente das receitas e despesas apresentadas abaixo:

Demonstrações de Resultados	R\$ mil			
	Realizado 2010	Orçado 2011 (A)	Realizado 2011 (B)	(%) (B/A)
RECEITAS OPERACIONAIS	81.965	122.281	136.989	112,03
Operações de Crédito	1.886	2.058	3.137	152,43
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	76.333	87.846	100.662	114,59
Títulos e Valores Mobiliários	3.459	19.077	4.372	22,92
Outras Receitas Operacionais	287	13.300	28.818	216,68
DESPESAS OPERACIONAIS	(26.837)	(338.799)	(26.628)	7,86
Despesas de Provisão p/ Perdas - PMCMV	1.323	(210.887)	-	-
Despesas com Desconto PMCMV	-	(91.393)	-	-
Comissões e Tarifas	(28.151)	(36.519)	(13.802)	37,79
Tx de Administração - CAIXA	(12.952)	(7.200)	(7.794)	108,25
Tx Administração - PCS/NPCS Ag. Financ.	(613)	(5.786)	(920)	15,90
Tx de Equilíbrio	(348)	(2.400)	(325)	13,54
Tx Administração PMCMV - Ag. Operador	(1.449)	-	-	-
Tx Administração PMCMV - Ag. Financ.	(12.789)	(21.133)	(4.763)	22,54
Outras Despesas Operacionais	(9)	-	(12.826)	-
RESULTADO LÍQUIDO	55.128	(216.518)	110.361	(50,97)

Fonte : Balancete FDS

4.1.1.1 As receitas operacionais apresentaram realização de 12,03% acima do orçado, devido, principalmente, aos itens aplicação interfinanceira de liquidez e outras receitas operacionais.

4.1.1.2 As despesas operacionais realizaram 7,86% do valor orçado, devido, principalmente, à não realização das despesas de provisão e de desconto do PMCMV.

4.2 BALANÇO PATRIMONIAL

4.2.1 O fundo registrou ativo total de R\$ 1.461.014 mil, 72,90% do valor esperado para 2011.

R\$ mil

Balço Patrimonial	Realizado 2010	Orçado 2011 (A)	Realizado 2011 (B)	(%) (B/A)
ATIVO				
CIRCULANTE E REALIZÁVEL	1.380.487	2.004.068	1.461.014	72,90
Depósitos Bancários	560.686	1.304.326	511.727	39,23
Depósitos Remunerados na CAIXA	208.459	225.530	245.448	108,83
Depósito Conta Remunerada - FDS/PMCMV	349.993	1.064.281	262.505	24,67
Dep. Rem. na CAIXA - FDS/PMCMV-DFI	2.234	14.515	3.774	26,00
Aplicação Interfinanceira de Liquidez/TVM	398.346	161.000	426.287	264,77
Operações de Crédito	404.739	517.376	507.405	98,07
Outros Créditos	5.254	10.403	4.747	45,63
Outros Valores e Bens	11.462	10.963	10.848	98,95
PASSIVO				
Depósitos à Vista	32	29	0	-
Credores Diversos	414.490	12.297	384.688	-
Patrimônio Líquido Ajustado	965.965	1.991.742	1.076.326	54,04
TOTAL DO PASSIVO	1.380.487	2.004.068	1.461.014	72,90

1 - O valor de Fundo de Liquidez inclui Certificados de Depósitos Bancários e parte do saldo de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.

- 4.2.2 Observa-se que os depósitos bancários apresentaram realização de R\$ 511.727 mil, 39,23% do orçado para 2011, devido, principalmente, ao fato da elaboração do orçamento ter considerado que seriam repassados R\$ 820.000 mil de recursos da União.
- 4.2.3 Os Credores Diversos apresentaram realização de R\$ 372.391 mil acima do orçado, devido, principalmente, à reclassificação do aporte de recursos da União ocorrido no mês de janeiro.

ELIS REGINA ROCHA
Assistente Executivo

ERLON ALEXANDRE DA SILVA GUIMARÃES
Gerente Executivo

ITAMAR DOS SANTOS LIRA
Gerente Nacional
GN Orçamento

Fundo de Desenvolvimento Social - FDS

**(Administrado pela Caixa Econômica Federal -
CAIXA)**

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2011**



Relatório dos auditores independentes

Aos Administradores
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (“FDS” ou “Entidade”) que compreendem a demonstração da composição e diversificação das aplicações em 31 de dezembro de 2011 e a demonstração da evolução do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do FDS é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis aplicáveis ao Fundo de Desenvolvimento Social e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a composição e a diversificação das aplicações do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS em 31 de dezembro de 2011, e a evolução do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis ao Fundo de Desenvolvimento Social (Nota 2).

Brasília, 28 de março de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” DF

Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG05926/O-o “S” DF

Fundo de Desenvolvimento Social - FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações
Em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Aplicações/especificações	Valor	% sobre o total do ativo
Ativo		
Depósitos bancários (Nota 3)		
Depósitos remunerados CAIXA	511.727	35,02
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)		
Títulos federais - Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	377.230	25,82
Títulos federais – Notas do Tesouro Nacional (NTN)	6.818	0,50
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)		
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	42.239	2,89
Operações de crédito (Nota 6)		
Financiamentos habitacionais	507.405	34,73
Outros créditos	4.747	0,30
Outros valores e bens	10.848	0,74
Total do ativo	<u>1.461.014</u>	<u>100,00</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Dotação União – PMCMV (Nota 7)	381.547	26,11
Outras obrigações (Nota 8)	3.141	0,22
Patrimônio líquido (Nota 9)	<u>1.076.326</u>	<u>73,67</u>
Representado por 13.537.409.216,94		
Cotas a R\$ 0,0627585 cada uma	849.588	58,15
Programa Crédito Solidário	<u>226.738</u>	<u>15,52</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>1.461.014</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo de Desenvolvimento Social - FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Demonstrações da evolução do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2011	2010
Patrimônio líquido no início do exercício		(Nota 2 e)
2010 - 13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,054111 cada uma		732.523
2011 - 13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,0567235 cada uma	767.889	
Programa Crédito Solidário	198.075	178.315
Dotação Orçamentária da União - PMCMV		400.000
	<u>965.965</u>	<u>1.310.837</u>
Ajuste (Nota 2 e)		(400.000)
Ajustado		910.837
Resultado do exercício		
Receitas (Nota 12)		
Rendas de operações de crédito	3.137	1.886
Rendas de aplicações em oper. compromissadas	40.941	34.733
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	59.721	41.600
Rendas com títulos e valores mobiliários	4.372	3.459
Receitas com subvenção (Nota 7)	18.453	
Reversão de despesas de taxa de administração (Nota 13)	3.459	
Outras receitas operacionais	6.906	287
	<u>136.989</u>	<u>81.965</u>
Despesas (Nota 12)		
Despesas de provisões operacionais (Nota 2 e)		(41.443)
Despesas administrativas – comissões e tarifas (Nota 10)	(13.802)	(28.151)
Despesas com subsídios – PMCMV (Nota 11)	(12.496)	
Outras despesas operacionais	(330)	(9)
	<u>(26.628)</u>	<u>(69.603)</u>
Ajuste (Nota 2 e)		42.766
Saldo ajustado		(26.837)
Resultado do exercício	<u>110.361</u>	<u>55.128</u>
Patrimônio líquido final		
2010 - 13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,0567235 cada uma		767.890
2011 - 13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,0627585 cada uma	849.588	
Programa Crédito Solidário	226.738	198.075
Patrimônio líquido total	<u><u>1.076.326</u></u>	<u><u>965.965</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

1 Contexto operacional

O Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (“FDS” ou “Entidade”), gerido pela Caixa Econômica Federal - CAIXA, foi constituído pelo Decreto nº 103, de 22 de abril de 1991, e iniciou suas operações em 2 de maio de 1991.

O objetivo do FDS é financiar projetos de iniciativa de empresas ou entidades do setor privado, caracterizados como de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários, sendo vedada a concessão de financiamentos a projetos de órgãos da administração direta, autarquias ou fundações da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios ou entidades sob seu controle direto ou indireto.

Os recursos do FDS provinham da emissão de cotas adquiridas pelos extintos Fundos de Aplicação Financeira-FAF e, atualmente, provem substancialmente do resultado de suas próprias aplicações.

A metodologia de aquisição de quotas pelo FDS prevista nas Resoluções do Conselho Curador do FDS - CCFDS nºs 71/96, 75/97 e 90/03, foi alterada pela Resolução nº 118/2007, de 13 de dezembro de 2007, que revogou todas as disposições nelas contidas.

A proposta de aquisição permite às instituições financeiras detentoras de cotas FDS o resgate dessas cotas ao Fundo pela cotação da data de extinção do FAF do qual elas foram adquiridas. Haverá dedução de valor correspondente ao percentual de provisão realizado pelo FAF ou de valor equivalente ao percentual de deságio praticado pela instituição quando da aquisição, valendo o que for maior. Além disto, deduzir-se-á também o valor correspondente aos resgates parciais efetuados pela instituição junto ao FDS.

Com a edição da Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a criação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), a União, em 1999, destinou recursos do FDS para a constituição de um fundo financeiro, denominado Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

(a) Programa de Crédito Solidário - PCS

O CCFDS, por meio da Resolução nº 93, de 28 de abril de 2004, criou o Programa Crédito Solidário - PCS voltado para o atendimento de necessidades habitacionais de famílias de baixa renda, com renda de 3 a 5 salários mínimos, organizadas em cooperativas ou associações e demais entidades da sociedade civil. Os contratos firmados neste programa poderão ser renegociados conforme disposto na Resolução CCFDS nº 137, de 9 de abril de 2009, alterada pela Resolução CCFDS nº 164, de 14 de julho de 2010, em seu art. 14 com relação às renegociações dos imóveis.

Conforme Instrução Normativa nº 11, de 14 de maio de 2004, alterada pela IN 039, de 28 de dezembro de 2005, que regulamenta o PCS, os recursos para os financiamentos do programa serão do FDS e, em caráter complementar aos recursos do FDS, a participação de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por intermédio de aporte de recursos financeiros ou bens ou serviços economicamente mensuráveis necessários à composição do investimento a ser realizado.

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais características do PCS são as seguintes:

- Valor de financiamento unitário: até R\$ 12.000,00, podendo ser acrescido em até 150% para o Distrito Federal e para os municípios integrantes das regiões metropolitanas das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Belo Horizonte; em até 100% para os municípios integrantes das demais regiões metropolitanas, e em até 50% nos municípios com população superior a 50 mil habitantes e valor máximo de avaliação do imóvel de R\$ 72.000,00;
- Dispensada a cobrança de juros ao agente financeiro e ao beneficiário final;
- Sistema e forma de amortização: tabela Price, em parcelas mensais;
- Prazo de amortização: até 240 meses para o beneficiário final;
- Desembolsos: os recursos podem ser liberados em parcela única ou mensalmente, de acordo com o cronograma físico-financeiro;
- Remunerações do agente financeiro: taxa de administração, por operação de crédito realizada, no valor máximo de R\$ 25,00, paga à vista, em espécie, ao valor presente calculado à taxa de desconto de 12% ao ano no prazo contratado e taxa de equilíbrio, por operação de crédito, realizada à vista, em percentual de até 4% ao ano;
- Remuneração do agente operador: taxa de risco de crédito, paga à vista, em espécie, em percentual diferenciado por tomador, levando-se em conta a classificação da operação e o nível de risco em percentual variável limitado à taxa de risco de 0,8% aplicado sobre o saldo devedor da operação;
- Criação de conta específica no balanço patrimonial do FDS, segregando recursos, destinados à cobertura de risco de crédito do agente financeiro.

O PCS teve como capital inicial o montante de R\$ 120.885, integralizado em abril de 2005.

Em setembro de 2007, foi assinado contrato de abertura de crédito entre o agente operador do FDS e o agente financeiro do PCS, ambos representados pela CAIXA, no valor de R\$ 150.000.

(b) Novo Programa de Crédito Solidário - NPCS

Em função da reformulação do PCS, por meio da Resolução CCFDS nº 121, de 9 de janeiro de 2008, regulamentada pela IN nº 14, de 25 de março de 2008, alterada pela IN nº 15 de 3 de abril de 2008, no exercício de 2008, foi liberado o montante de R\$ 40.366 para o Novo Programa Crédito Solidário, voltado ao atendimento às necessidades habitacionais da população de baixa renda organizada em cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, visando à produção e aquisição de novas habitações, à conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física.

A Resolução CCFDS nº 144, de 26 de novembro de 2009, incluiu a prerrogativa de cobertura de danos físicos no imóvel para as operações contratadas nas condições da Resolução CCFDS nº 121, de 24 de março de 2008.

A Resolução CCFDS nº 121, de 9 de janeiro de 2008, foi alterada pelas Resoluções CCFDS nº 156, de 8 de abril de 2010, no que se refere à transferência dos recursos alocados na Carteira Subsídios do FDS para a conta específica do FDS e nº 158, de 8 de abril de 2010, que estabelece critérios para o FDS assumir as despesas com recuperação de imóveis.

Até o momento, o orçamento para o FDS do exercício de 2012 não foi aprovado pelo CCFDS.

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais características no Novo Programa Crédito Solidário – NPCS são as seguintes:

- . Fontes de recursos financeiros (recursos do FDS, recursos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal e outros que venham a ser destinados ao Programa) e não financeiros (bens e serviços que agreguem valor ao investimento, mensuráveis financeiramente, oriundos de Estados, Distrito Federal e Municípios);
- . Criação de subconta específica no balanço do FDS – Conta Equalizadora na disponibilidade do Fundo, constituída com aporte do FDS dos seguintes valores:
 - recurso oneroso - constituído do percentual de 20% (vinte por cento) do valor de financiamento concedido ao beneficiário final;
 - recurso da Carteira Subsídios do FDS - em percentual variável em função do prazo de amortização e carência, no percentual máximo de 50% do valor de financiamento, e
 - retorno do financiamento pago pelo beneficiário final.
- . Os recursos destinados à constituição da Conta Equalizadora do FDS serão depositados pelo agente operador, no ato da contratação do financiamento com o beneficiário final, e deverão, a partir de então, ser remunerados à taxa de mercado;
- . A utilização dos recursos onerosos do FDS será limitada à capacidade de assunção pelo Fundo, do aporte à Conta Equalizadora do FDS e do pagamento da taxa de administração ao agente financeiro, com os recursos constantes da Carteira Subsídios;
- . Prazo de carência: o previsto para execução das obras, limitado a, no mínimo, 6 (seis) meses e no máximo de 24 (vinte e quatro) meses;
- . Prazo de amortização: 240 (duzentos e quarenta) meses: o previsto para execução das obras, limitado a no mínimo 6 (seis);
- . Sistema e forma de amortização: Tabela Price, em parcelas mensais;
- . Dispensada a cobrança de juros ao agente financeiro e ao beneficiário final;
- . Desembolsos: os recursos podem ser liberados em parcela única ou mensalmente, de acordo com o cronograma físico-financeiro;
- . Remunerações do agente financeiro: taxa de administração, será paga à vista e em espécie, por operação de crédito realizada, no valor mensal máximo de R\$ 21,43 (vinte e um reais e quarenta e três centavos), apurada durante o prazo de carência e amortização, descontado à taxa nominal de 12% ao ano até o início do prazo de carência.

O risco de crédito das operações de crédito com o novo PCS é do próprio Fundo, bancado pela conta equalizadora da União. Dessa forma, essas operações encontram-se classificadas como AA.

O fluxo financeiro destas operações ocorre mediante a liberação de recursos transferidos da conta de subsídios (registrada em depósitos bancários), para as operações de crédito e, conseqüentemente, constituído passivo para refletir a obrigação do FDS para o NPCS, uma vez que a garantia do pagamento das prestações destas operações é efetuada pela conta equalizadora (registrada em depósitos bancários).

(c) Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV

A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, autoriza a União a transferir recursos ao FDS até o limite de R\$ 500.000, tendo sido transferido até este exercício o montante de R\$ 400.000.

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Lei nº 12.249, de 11 de julho de 2010, ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida, altera o art. 6º da Lei 11.977, que facilita a aquisição, produção e requalificação do imóvel residencial.

A Portaria nº 140, de 5 de abril de 2010, dispõe sobre os critérios de elegibilidade e seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, conforme disposto no art. 2º, § 4º, do Decreto nº 6.962, de 17 de setembro de 2009, que regulamenta a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

2 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações contábeis estão baseadas nas práticas contábeis aplicáveis aos fundos de investimentos e consideram atos e fatos contábeis específicos relativos ao Fundo, bem como as adaptações pertinentes ao Plano Contábil dos Fundos de Investimentos (COFI), Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), nas normas emanadas pelo Conselho Curador e nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais práticas contábeis estão assim resumidas:

(a) Resultado

Apurado pelo regime de competência.

O resultado (lucro) obtido pelo FDS está isento de tributação, com base na legislação vigente, em razão da natureza de suas atividades.

(b) Títulos e valores mobiliários

A Instrução CVM nº 438, de 12 de julho de 2006, estabeleceu um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários que são classificados de acordo com a intenção da Administração em duas categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- . Ativos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados diariamente ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- . Ativos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

A Resolução do CCFDS nº 126/08, de 2 de abril de 2008, autorizou a CAIXA, na posição de gestora do FDS, a adotar a marcação a mercado para os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira do FDS.

(c) Outros valores de bens

Representam as taxas de administração, pagas à vista ao agente financeiro, sobre o valor das contratações com recursos do NPCF.

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Passivo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias, ocorridas “pro rata” dia.

(e) Subsídios do PMCMV

Corresponde à parcela resultante da diferença entre o valor pago pelo imóvel no âmbito do PMCMV, com recursos do FDS, e o valor presente do financiamento ao beneficiário final. Este subsídio é dado por ocasião da alienação do imóvel, ocasião que haverá o reconhecimento em despesa. A dotação da União para aplicação no PMCMV é reconhecida como um passivo até que o FDS cumpra a obrigação de financiar o imóvel ao beneficiário final, momento no qual é baixado contra resultado (receita), para contrapor o reconhecimento da despesa relativamente ao subsídio concedido. O resultado líquido das operações enquadradas no PMCMV advém dos financiamentos dos imóveis.

Apresentamos a seguir os efeitos produzidos com a mudança da referida política nos saldos referentes ao exercício de 2010:

	<u>2010</u>	<u>Ajuste</u>	<u>2010</u> <u>Ajustado</u>
Ativo			
Total do ativo	1.337.721	42.766	1.380.487
Passivo			
Dotação União		400.000	400.000
Outras obrigações	<u>14.522</u>		<u>14.522</u>
Total do passivo	14.522	400.000	414.522
Patrimônio Líquido			
Capital	152.531		152.531
Dotação orçamentária – União	400.000	(400.000)	
Fundo conta geral	<u>770.668</u>	<u>42.766</u>	<u>813.434</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.323.199</u>	<u>(357.234)</u>	<u>965.965</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u><u>1.337.721</u></u>	<u><u>42.766</u></u>	<u><u>1.380.487</u></u>

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2010	Ajuste	2010 Ajustado
Receitas			
Rendas de operações de crédito	1.886		1.886
Rendas de aplicações em operações compromissadas	34.733		34.733
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	41.600		41.600
Rendas com títulos e valores mobiliários	3.459		3.459
Outras receitas operacionais	287		287
	<u>81.965</u>		<u>81.965</u>
Despesas			
Despesas de provisões para perdas	(41.443)	42.766	1.323
Comissões e tarifas	(28.151)		(28.151)
Outras despesas operacionais	(9)		(9)
	<u>(69.603)</u>	<u>42.766</u>	<u>(26.837)</u>

3 Depósitos bancários

Estão representados pelos recursos depositados na CAIXA, os quais incorporam os rendimentos proporcionais auferidos, remunerados pela taxa SELIC.

A remuneração desses depósitos está registrada na rubrica outros créditos no montante de R\$ 4.747 referente a dez/11. No exercício de 2011, o valor dos rendimentos incorporados foi de R\$ 60.229.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e aplicadas à taxa de mercado.

Composição da carteira

	2011
Operações compromissadas	
Posição bancada	
Letras Financeiras do Tesouro	377.230
Notas do Tesouro Nacional	<u>6.818</u>
Totais 2011	<u><u>384.048</u></u>

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Títulos e valores mobiliários

Representados por títulos públicos federais, com remuneração equivalente à taxa SELIC. Estão registrados ao custo de aquisição atualizado pelos índices de remuneração pactuados.

Todos os títulos registrados nesse componente estão classificados, a partir do exercício de 2008, na categoria 1 – títulos para negociação, conforme Resolução do CCFDS nº 126, de 2 de abril de 2008.

Composição da carteira

	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>
CDB – Certificado de Depósito Bancário – até 3 meses	42.239	42.239

Os CDBs são de emissão da CAIXA, remunerados por 99% do CDI e são custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados (CETIP).

6 Operações de crédito

Correspondem à linha de crédito aberta à CAIXA e transferida à EMGEA (empresa controlada integralmente pela União) com base na MP 2.196/01, para repasse aos tomadores finais de financiamentos habitacionais, e estão sendo atualizadas de acordo com remuneração básica dos depósitos de poupança (Taxa Referencial – TR), acrescida de juros de 0,5% ao ano.

Correspondem, também, aos financiamentos concedidos ao Agente Financeiro CAIXA referentes ao Programa Crédito Solidário, Novo Programa Crédito Solidário e PMCMV.

Os financiamentos habitacionais são reconhecidos pelos valores liberados com base na regulamentação vigente e atualizadas com base nas taxas de remuneração pactuadas, não sendo constituída provisão para créditos de realização duvidosa tendo em vista que o credor é instituição controlada integralmente pela União. O risco de crédito com o mutuário final no PCS é do Agente Financeiro. No NPCS e PMCMV o risco de crédito é do Fundo.

	<u>2011</u>
FDS	15.712
Programa Crédito Solidário (PCS)	176.172
Novo Programa Crédito Solidário (NPCS)	149.845
Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)	165.676
	<u>507.405</u>

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Dotação União - PMCMV

Representa a dotação recebida da União para aplicação no Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV até que o Programa cumpra a obrigação de entregar o imóvel ao beneficiário final, momento no qual é baixado contra resultado (receita), para contrapor o reconhecimento da despesa referente ao subsídio concedido. Até o exercício de 2011 foi recebido da União o valor de R\$ 400.000 e foram entregues no exercício 17 empreendimentos cujo valor total liberado foi de R\$ 18.453.

<u>Nº de Empreendimentos</u>	<u>Nº de U.H.</u>	<u>Valor Liberado</u>	<u>Valor Subsidiado (Nota 11)</u>
17	811	18.453	12.496

8 Outras obrigações

Representam os créditos a apropriar - CRAPO, cuja função é manter o equilíbrio do patrimônio e a linearidade das cotas e as taxas e tarifas a repassar à CAIXA como agente financeiro e operador, conforme detalhamento abaixo:

	<u>2011</u>
PCS – contratos firmados até 16 de maio de 2008	<u>1.050</u>
Agente financeiro:	1.004
Taxa de administração	690
Taxa de equilíbrio	314
Agente operador - Taxa de risco de crédito	46
Novo PCS – contratos firmados após 16 de maio de 2008	<u>277</u>
Agente financeiro – Taxa de administração	277
Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV	<u>1.812</u>
Agente financeiro – Taxa de administração	1.812
Outros credores	<u>2</u>
Total	<u><u>3.141</u></u>

9 Patrimônio líquido

Os recursos do FDS provinham da emissão de cotas adquiridas pelos extintos Fundos de Aplicação Financeira-FAF. A proposta de aquisição permite às instituições financeiras detentoras de cotas FDS o resgate dessas cotas ao Fundo pela cotação da data de extinção do FAF do qual elas foram adquiridas. Nos exercícios findos em 2011 e 2010 não ocorreram resgates de cotas.

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Taxas

(a) Administração do FDS e PCS

São calculadas, provisionadas e pagas, nos dias considerados úteis, à razão de 2% ao ano, computadas sobre o patrimônio líquido diário e neste exercício totalizaram R\$ 8.119 (2010 – R\$ 13.300), sendo R\$ 7.794 (2010 – R\$ 12.952) referente ao FDS e R\$ 325 (2010 – R\$ 348) referente ao PCS e estão registradas em “Comissões e Tarifas”, representando 0,79% (2010 – 1,11%) do patrimônio líquido médio do exercício.

(b) Administração e equilíbrio para o agente financeiro e risco de crédito ao agente operador do PCS

Essas taxas referem-se a contratos do PCS firmados até 16 de maio de 2008 e são devidas pelo fato da CAIXA ter acumulado as funções de agente financeiro e operador do Programa Crédito Solidário.

Para esses contratos foi provisionado o montante de R\$ 59.772 (2010 – R\$ 59.141), do qual foram pagos até dezembro de 2011, R\$ 31.792 (2010 - R\$ 31.442) de taxas de administração e R\$ 24.316 (2010 – R\$ 24.003) de taxas de equilíbrio para o agente financeiro e R\$ 2.614 (2010 – R\$ 2.614) de taxa de risco de crédito ao agente operador, restando o valor de R\$ 1.050 (2010 – R\$ 1.082) em “Taxas e Tarifas a Repassar”.

Foi provisionado e pago o montante de R\$ 307, referente a acerto de taxa de administração quando da migração em “Taxa de Administração FDS Agente Financeiro”.

O Fundo está aguardando a apresentação, pelo agente, de documentos que irão subsidiar os pagamentos restantes.

(c) Administração do agente financeiro com o Novo Programa de Crédito Solidário

Conforme estabelecido na Resolução nº 121, de 9 de janeiro de 2008, do Conselho Curador do FDS, que conferiu nova disciplina ao Programa Crédito Solidário, a CAIXA na qualidade de agente financeiro do novo PCS tem direito à taxa de administração paga à vista e em espécie, por operação de crédito realizada, no valor mensal máximo de R\$ 21,43, apurada durante o prazo de carência e amortização, descontado à taxa nominal de 12% a.a. até o início do prazo de carência.

A partir de 19 de maio de 2008, quando do início das contratações pelo novo PCS e do pagamento à vista ao agente financeiro, a contabilização das despesas com a taxa de administração está sendo registrada pelo regime de competência, portanto diferidas, mensalmente, de acordo com o prazo contratual e neste exercício foi registrado o montante de R\$ 613 (2010 – R\$ 613) em “Taxa de Administração FDS Agente Financeiro”.

Do montante de R\$ 12.818, registrado em Taxas e Tarifas a Repassar, devidos de junho de 2008 a dezembro de 2010, foram pagos à CAIXA, em 2008, o valor de R\$ 5.620 e, em 2009, R\$ 6.921, restando a pagar o valor de R\$ 277 em “Taxas e Tarifas a Repassar”, representando 0,02% (2009 – 0,75%) do patrimônio líquido médio do exercício.

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Administração dos agentes financeiros com o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV

Conforme estabelecido nas Resoluções nº 182, de 18 de agosto de 2011 e 183, de 10 de novembro de 2011, a taxa de administração dos agentes financeiros será paga à vista e em espécie, por operação de crédito realizada, no valor mensal de R\$ 22,06 (vinte e dois reais e seis centavos), apurada durante o prazo de carência e amortização, descontada a taxa de 12% a.a.. No exercício, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 4.762 (2010 -R\$ 12.788) em “Taxa de Administração PMCMV – Agente Financeiro”.

(e) Administração do agente operador com o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV

A Resolução do CCFDS nº 169, de 15 de setembro de 2010, alterou o item 13.2 da Resolução nº 141, de 10 de junho de 2009, do CCFDS, que passou a vigorar com a seguinte redação:

" 13.2 A remuneração do Agente Operador do FDS pela operacionalização do Programa Habitacional Popular - Entidades – Minha Casa, Minha Vida está inserida na taxa de administração estabelecida para o FDS."

A partir de setembro de 2010, a taxa de administração para o Agente Operador deixou de ser provisionada separadamente.

Comissões e tarifas	2011
FDS (Nota a)	7.794
PCS – contratos firmados até 16 de maio de 2008	632
Agente financeiro:	632
Taxa de administração (Nota b)	307
Taxa de equilíbrio (Nota a)	325
Novo PCS – contratos firmados após 16 de maio de 2008	613
Agente financeiro – Taxa de administração (Nota c)	613
PMCMV	4.762
Agente financeiro – Taxa de administração (Nota d)	4.762
Total	13.801

11 Despesas com subsídios

Registradas pelos descontos concedidos pelo FDS, a título de subsídio, que correspondem à diferença entre o valor da operação e o valor do financiamento. Este desconto é variável de acordo com a capacidade de pagamento do beneficiário final, conforme demonstrado na Nota 7.

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Distribuição do resultado

O resultado apurado é reinvestido, diariamente, sob a forma de aumento do valor unitário das cotas, permitindo que os cotistas dele participem proporcionalmente ao número de cotas possuídas.

	2011				
	Próprias	PMCMV	Sub-total	PCS	Total
Receitas					
Rendas de operações de crédito	295	10	305	2.832	3.137
Rendas de aplicações em operações compromissadas	40.941		40.941		40.941
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros		34.457	34.457	25.264	59.721
Rendas com títulos e valores mobiliários	4.372		4.372		4.372
Reversão de taxa de administração		3.459	3.459		3.459
Receita com subvenção		18.453	18.453		18.453
Outras receitas operacionais				6.906	6.906
Sub-total	45.608	56.379	101.987	35.002	136.989
Despesas					
Despesas com subsídios – PMCMV		(12.496)	(12.496)		(12.496)
Comissões e tarifas	(7.794)		(7.794)	(6.008)	(13.802)
Outras despesas operacionais				(330)	(330)
Sub-total	(7.794)	(12.496)	(20.290)	(6.338)	(26.628)
Total	37.814	43.883	81.697	28.664	110.361
					2010
	Próprias	PMCMV	Sub-total	PCS	Total
Receitas					
Rendas de operações de crédito	242		242	1.644	1.886
Rendas de aplicações em operações compromissadas	33.252		33.252	1.481	34.733
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros		24.290	24.290	17.310	41.600
Rendas com títulos e valores mobiliários	3.459		3.459		3.459
Outras receitas operacionais				287	287
Sub-total	36.953	24.290	61.243	20.722	81.965
Despesas					
Despesas com subsídios – PMCMV		(41.443)	(41.443)		(41.443)
Comissões e tarifas	(12.952)	(14.237)	(27.189)	(962)	(28.151)
Outras despesas operacionais	(9)		(9)		(9)
Sub-total	(12.961)	(55.680)	(68.641)	(962)	(69.603)
Ajuste (Nota 2 (e))		42.766	42.766		42.766
Ajustado	(12.961)	(12.914)	(25.875)	(962)	(26.837)
Total	23.992	11.376	35.368	19.760	55.128

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Reversão de despesas de taxa de administração

Em decorrência da nova legislação (Resoluções CCFDS nº 182 e nº 183, de 2011) foi efetuado ajuste, no mês de outubro/2011, com consequentes reflexos nos saldos das contas de Resultado, motivado pela revisão dos cálculos da provisão de taxa de administração do PMCMV, relativo aos períodos de agosto a outubro/2011.

14 Demonstração da evolução do valor da cota e da rentabilidade

A Demonstração da evolução do valor da cota e da rentabilidade foi elaborada de acordo com as definições da Instrução CVM nº 438, cujo objetivo é informar aos usuários das demonstrações contábeis a rentabilidade auferida no exercício.

Data	Valor da cota R\$	Rentabilidade em %	
		Fundo	CDI
		Acumulada (*)	Acumulada (*)
29/01/2010	0,054217	0,195894	0,657909
26/02/2010	0,054312	0,371459	1,254350
31/03/2010	0,054452	0,630186	2,020813
30/04/2010	0,054559	0,827928	2,695314
28/05/2010	0,054697	1,082959	3,465667
30/06/2010	0,054848	1,362015	4,281076
30/07/2010	0,055030	1,698361	5,175153
31/08/2010	0,055214	2,038403	6,107328
30/09/2010	0,055389	2,361811	7,003552
29/10/2010	0,055593	2,738815	7,865532
30/11/2010	0,055794	3,110273	8,734535
31/12/2010	0,056052	3,587071	9,742676
31/01/2011	0,056279	0,4050	0,8588
28/02/2011	0,056499	0,7975	1,7084
31/03/2011	0,056758	1,2595	2,6411
29/04/2011	0,056978	1,6520	3,5011
31/05/2011	0,057266	2,1658	4,5211
30/06/2011	0,057537	2,6493	5,5157
29/07/2011	0,057816	3,1471	6,5347
31/08/2011	0,058145	3,7340	7,6772
30/09/2011	0,058415	4,2157	8,6911
31/10/2011	0,058659	4,6510	9,6503
30/11/2011	0,058898	5,0774	10,5919
30/12/2011	0,059157	5,5395	11,5943

(*) Percentual acumulado por ano.

Patrimônio líquido médio mensal do fundo nos últimos 12 meses: R\$ 1.021.086 (2010 – R\$ 1.194.749).

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

JORGE FONTES HEREDA COELHO
PRESIDENTE

FABIO FERREIRA CLETO
VICE-PRESIDENTE - RESPONSÁVEL
PELOS FUNDOS E PROGRAMAS DO
GOVERNO FEDERAL

FABIO LENZA
VICE-PRESIDENTE

GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA
VICE-PRESIDENTE

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE

JOSE HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
VICE-PRESIDENTE

JOSÉ URBANO DUARTE
VICE-PRESIDENTE

MARCOS ROBERTO VASCONCELOS
VICE-PRESIDENTE

PAULO ROBERTO DOS SANTOS
VICE-PRESIDENTE

RAPHAEL REZENDE NETO
VICE-PRESIDENTE

SERGIO PINHEIRO RODRIGUES
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA
SOARES
GERENTE NACIONAL DE CONTAB. DE
ENTIDADES SOCIAIS E FUNDOS DE
INVESTIMENTO
CONTADORA CRC/DF 11025/O

* * *